



DECLARAÇÃO FINAL
dos Encontros do
Foro de São Paulo
(1990-2012)

**Publicado pela Secretaria de Relações Internacionais
do Partido dos Trabalhadores – Brasil – www.pt.org.br**

Iriny Lopes – Secretária de Relações Internacionais do PT

Editor: Valter Pomar

Revisão: Wladimir Pomar

Diagramação: Sandra Luiz Alves

Equipe da Secretaria de Relações Internacionais:

Edma Valquer (edma@pt.org.br); Fábio El-Khoury (sri@pt.org.br); Rosana Ramos (sribsb@pt.org.br) Wilma dos Reis (wilma.reis@pt.org.br); Valter Pomar – Miembro de la Dirección Nacional y Secretario Ejecutivo del Foro de São Paulo (pomar.valter@gmail.com).

**Partido dos Trabalhadores – Integrantes da CEN para o biênio 2010/2014
Comissão Executiva Nacional (CEN) – (Direito a voto e voz)**

Rui Falcão – Presidente; José Guimarães – Vice-presidente; Fátima Bezerra – Vice-presidente; Paulo Teixeira – Secretário Geral; João Vaccari Neto – Secretário de Finanças; Florisvaldo Souza – Secretária de Organização; Paulo Frateschi – Secretário de Comunicação; Renato Simões – Secretário de Movimentos Populares; Jorge Coelho – Secretário de Mobilização; Carlos Henrique Árabe – Secretário de Formação Política; Geraldo Magela Pereira – Secretário de Assuntos Institucionais; Iriny Lopes – Secretária de Relações Internacionais; Wellington Dias – Líder do PT no Senado; José Guimarães – Líder do PT na Câmara; Maria do Carmo Lara – Vogal; Benedita da Silva – Vogal; Mariene Pantoja – Vogal; Arlete Sampaio – Vogal; Maria Aparecida de Jesus – Vogal; Benedita Souza da Silva Sampaio – Vogal

Membros observadores da CEN – (Direito a voz sem direito a voto)

Angelo D’Agostini Junior – Secretário Sindical Nacional; Jefferson Lima – Secretário Nacional da Juventude; Edmilson Souza – Secretário Nacional de Cultura; Júlio Barbosa – Secretário Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento; Laisy Moriére – Secretária Nacional de Mulheres; Cida Abreu – Secretária Nacional de Combate ao Racismo; Elvino Bohn Gass – Secretário Nacional Agrário

São Paulo – Rua Silveira Martins, nº 132, Centro, CEP 01019-000
São Paulo-SP, Brasil. E-mail: sri@pt.org.br – Tel. (+5511) 3243-1377
Fax (+5511) 3243-1359

Brasília – SCS Quadra 2 – Bloco C – nº 256 – Edifício Toufic, CEP 70302-000
Brasília-DF, Brasil. Tel. (+5561) 3213-1373/1423
Fax (+5561) 3213-1397

Índice

Apresentação	5
Declarações finais dos Encontros do Foro de São Paulo (1990-2012)	9
Declaração de São Paulo	11
Declaração do México	16
Declaração de Manágua	26
Declaração final do IV Encontro	44
Declaração de Montevideú	52
Declaração final do VI Encontro	59
Declaração final do VII Encontro	67
Declaração final do VIII Encontro	80
Declaração de Niquinohomo	94
Declaração final do X Encontro	101
Declaração final do XI Encontro	113
Declaração final do XII Encontro	121

Declaração final do XIII Encontro	131
Declaração final do XIV Encontro.....	137
Declaração final do XV Encontro	145
Declaração final do XVI Encontro.....	154
Declaração final do XVII Encontro	163
Declaração de Caracas	
Os povos do mundo, contra o neoliberalismo e pela paz.....	172

Apresentação

Este livro contém a “Declaração final” de dezoito encontros do Foro de São Paulo, organização criada nos anos 1990 a partir de um seminário internacional convocado pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil.

Mais informações sobre o Foro de São Paulo podem ser obtidas no livro *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha*, de Valter Pomar e Roberto Regalado (Editora Fundação Perseu Abramo, 2013).

O debate sobre a organização e a estratégia da esquerda na América Latina e Caribe acontece em uma conjuntura histórica marcada pela crise global, pelo declínio da hegemonia dos Estados Unidos, pela emergência de novos pólos de poder mundial, pela instabilidade e por conflitos políticos, sociais e militares cada vez mais intensos e perigosos.

América Latina e Caribe sofrem os efeitos desta situação mundial, mas ao mesmo tempo constituem uma região marcada pela presença de movimentos sociais, partidos políticos e governos que não apenas têm conseguido reduzir os impactos da crise, como também têm conseguido implementar políticas públicas e colher resultados práticos que constituem inspiração e esperança para amplos setores da humanidade.

Como é óbvio, isto ocorre apesar da geralmente brutal resistência das elites locais e de seus aliados, notadamente as classes dominantes de Estados Unidos e Europa. No momento em que escrevemos esta apresentação, esta resistência assume a forma de uma contra-ofensiva ideológica, política, econômica e militar, de que são

mostra os golpes em Honduras e no Paraguai, as bases militares instaladas na região e o relançamento da IV Frota dos EUA, o cerco contra a Venezuela e a continuidade do bloqueio contra Cuba, a criação do chamado Arco do Pacífico e os tratados transoceânicos, assim como a pressão judicial e midiática sobre todos os governos progressistas e de esquerda da região, a começar pelo Brasil.

A história nos ensina a não confiar, nem subestimar, o imperialismo e o capitalismo. Embora a crise seja profunda, o capitalismo já demonstrou ter um fôlego surpreendente, equivalente a sua capacidade de destruir a natureza e a humanidade. Percebe-se este fôlego na América Latina, onde apesar das vitórias parciais obtidas pela esquerda, as forças conservadoras, neoliberais e capitalistas mantêm sua hegemonia no terreno econômico-social, o controle das instituições internacionais e do poderio militar, além de conservar o governo nacional em importantes países da região.

Embora costumem lançar mão, cedo ou tarde, da violência militar, as classes dominantes de cada um de nossos países e o imperialismo investem cotidianamente na luta política e ideológica, para o que contam com um imenso aparato educacional, uma indústria cultural potente e o oligopólio da comunicação de massas. A partir destas plataformas, buscam entre outros objetivos manipular a seu favor as diferenças estratégicas e programáticas existentes entre os governos, partidos e movimentos empenhados no “giro à esquerda” que nosso subcontinente vive desde 1998.

Alguns destes governos, partidos e movimentos declaram abertamente seu objetivo de construir o socialismo. Outros trabalham, assumidamente ou não, pela constituição de sociedades com alta dose de bem-estar social, democracia política e soberania nacional, mas nos marcos do capitalismo. Importantes setores, embora integrantes de partidos de esquerda, adotam premissas neoliberais. Há também profundas diferenças estratégicas acerca das formas de luta e vias de tomada do poder, bem como sobre qual deve ser a relação dos governos eleitos com as classes dominantes de cada país, da

Europa e dos Estados Unidos. Igualmente são distintas a visão e a postura frente aos chamados BRICS. Tais diferenças programáticas e estratégicas tornam particularmente complexo o debate sobre a natureza e o papel dos governos encabeçados por presidentes integrantes dos partidos de esquerda e progressistas de nossa região.

Neste debate, há desde aqueles que manifestam o temor de que nossos governos tentem colaborar na construção de um novo ciclo histórico, sem que existam as condições econômicas, políticas e ideológicas necessárias para enfrentar com sucesso as classes dominantes; até aqueles que alertam sobre o risco de nossa presença nos governos não contribuir para alterar as estruturas mais profundas de nossas sociedades e do conjunto da América Latina, o que resultaria numa desmoralização que abriria caminho para a direita recuperar a cabeça dos respectivos governos nacionais.

Para construir respostas adequadas para este tipo de debate, a esquerda latino-americana precisará construir soluções novas, para situações igualmente novas. E isto começa enfrentando nosso triplo “déficit teórico”: a análise do capitalismo do século XXI; o balanço das experiências socialistas, social-democratas, desenvolvimentistas e nacionalistas do século XX; e a discussão sobre como articular, numa estratégia continental unitária, as diferentes estratégias nacionais e variantes da transição socialista.

O Foro de São Paulo é um dos espaços onde este debate ocorre. Um espaço privilegiado, marcado pela diversidade e pelo calor típico dos debates vinculados à ação prática, à disputa concreta, à luta de classes e ao conflito entre governos e Estados.

Estas características refletem-se nas declarações finais aqui reunidas. Boa leitura!

Valter Pomar

Membro do Diretório Nacional do PT

e Secretário executivo do Foro de SP

São Paulo, junho de 2013

Declarações finais dos Encontros do Foro de São Paulo (1990-2012)

I Encontro	São Paulo, Brasil	2 a 4 de julho de 1990
II Encontro	Cidade do México, México	12 a 15 de junho de 1991
III Encontro	Manágua, Nicarágua	16 a 19 de julho de 1992
IV Encontro	Havana, Cuba	21 a 24 de julho de 1993
V Encontro	Montevideú, Uruguai	25 a 28 de maio de 1995
VI Encontro	San Salvador, El Salvador	26 a 28 de julho de 1996
VII Encontro	Porto Alegre, Brasil	31 de julho a 3 de agosto de 1997
VIII Encontro	Cidade do México, México	29 a 31 de outubro de 1998
IX Encontro	Manágua, Nicarágua	17 a 21 de fevereiro de 2000
X Encontro	Havana, Cuba	4 a 7 de dezembro de 2001
XI Encontro	Antigua, Guatemala	2 a 4 de dezembro de 2002
XII Encontro	São Paulo, Brasil	1 a 4 de julho de 2005
XIII Encontro	San Salvador, El Salvador	12 a 14 de janeiro de 2007
XIV Encontro	Montevideú, Uruguai	22 a 25 de maio de 2008
XV Encontro	Cidade do México, México	20 a 23 de agosto de 2009
XVI Encontro	Buenos Aires, Argentina	17 a 20 de agosto de 2010
XVII Encontro	Manágua, Nicarágua	16 a 20 de maio de 2011
XVIII Encontro	Caracas, Venezuela	4 a 6 de julho 2012
XIX Encontro	São Paulo, Brasil	31 de julho a 4 de agosto de 2013

Declaração de São Paulo

Convocados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), reunimo-nos em São Paulo, Brasil, representantes de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e do Caribe.

Inédito por sua amplitude política e pela participação das mais diversas correntes ideológicas da esquerda, o encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do subcontinente para compartilhar análises e balanços de suas experiências e da situação mundial. Abrimos, assim, novos espaços para responder aos grandes desafios com os que se deparam hoje nossos povos e nossos ideais de esquerda, socialistas, democráticos, populares e anti-imperialistas.

No transcurso de um debate intenso, verdadeiramente franco, plural e democrático, tratamos alguns dos grandes problemas que nos são colocados. Analisamos a situação do sistema capitalista mundial e a ofensiva imperialista, recoberta por um discurso neoliberal, lançada contra nossos países e nossos povos. Avaliamos a crise da Europa Oriental e do modelo de transição ao socialismo lá imposto. Passamos revista pelas estratégias revolucionárias da esquerda desta parte do planeta, e dos desafios a ela apresentados pelo quadro internacional. Seguiremos adiante com estes e outros esforços unitários.

Este Encontro é um primeiro passo de identificação e aproximação aos problemas. Desenvolveremos um novo Encontro no México, onde continuaremos somando inteligências e vontades à análise permanente que iniciamos, aprofundaremos o debate e procurare-

mos avançar com propostas de unidade de ação consensuais na luta anti-imperialista e popular. Promoveremos também intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que a esquerda continental enfrenta.

Constatamos que todas as nossas organizações da esquerda concebem que a sociedade justa, livre e soberana e o socialismo só podem surgir e se sustentar na vontade dos povos, entroncados com suas raízes históricas. Manifestamos, portanto, nossa vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar o seu caráter emancipador, corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas. Para nós, a sociedade livre, soberana e justa que almejamos e o socialismo não podem ser outra que a mais autêntica das democracias e a mais profunda das justiças para os povos. Rejeitamos, justamente por isso, toda pretensão de aproveitar a crise da Europa Oriental para encorajar a restauração capitalista, anular suas conquistas e direitos sociais ou alentar ilusões nas inexistentes bondades do liberalismo e do capitalismo.

Sabemos, pela experiência histórica da submissão aos regimes capitalistas e ao imperialismo, que as imperiosas carências e os mais graves problemas dos nossos povos têm suas raízes nesse sistema e que não encontraram solução nele, nem nos sistemas de democracias restringidas, tuteladas e até militarizadas que ele próprio impõe em muitos de nossos países. A saída que nossos povos desejam não pode ser alheia as profundas transformações impulsionadas pelas massas.

Nós, organizações políticas reunidas em São Paulo, encontramos um grande alento – para reafirmar nossas concepções e objetivos socialistas, anti-imperialistas e populares – no surgimento e desenvolvimento de vastas forças sociais, democráticas e populares no Continente que se opõem aos mandados do imperialismo e do capi-

talismo neoliberal, e à sua seqüela de sofrimento, miséria, atraso e opressão antidemocrática. Essa realidade confirma a esquerda e o socialismo como alternativas necessárias e emergentes.

A análise das políticas pró-imperialistas e neoliberais aplicadas pela maioria dos governos latino-americanos e seus trágicos resultados, assim como a revisão da recente proposta de “integração americana” formulada pelo presidente Bush para canalizar as relações de dominação dos EUA com a América Latina e o Caribe, reafirmam a nossa convicção de que não chegaremos a nada positivo por esse caminho.

A recente proposta do presidente norte-americano é uma receita já conhecida, mas adoçada para torná-la mais enganosa. Implica liquidar o patrimônio nacional através da privatização de empresas públicas estratégicas e rentáveis em troca de um irrisório fundo no qual os EUA contribuiriam com US\$ 100 milhões de dólares. Busca a ampliação permanente das nefastas “políticas de ajuste” que levaram a níveis sem precedentes a deterioração da qualidade de vida dos latino-americanos, em troca de uma minúscula e condicionada redução da dívida externa oficial com o governo imperial. A oferta de reduzir a dívida oficial latino-americana com o governo dos Estados Unidos em apenas US\$ 7 bilhões não representa nada para uma América Latina cuja dívida externa total se eleva a mais de US\$ 430 bilhões, se incluirmos a dívida com os bancos comerciais e com os organismos multilaterais. Mais ainda, os US\$ 100 milhões de “subsídios” prometidos aos países que aplicarem reformas neoliberais não chegam nem a 0,5% dos US\$ 25 bilhões que a América Latina transferiu para o exterior só em 1989 em conceito de juros, amortizações e remissão de lucros do capital estrangeiro. O plano de Bush pretende abrir completamente nossas economias nacionais à desleal e desigual concorrência com o aparelho econômico imperialista, submeter-nos completamente à sua hegemonia e destruir nossas estruturas produtivas mediante nossa integração

numa zona de livre comércio, hegemonzada e organizada pelos interesses norte-americanos, enquanto eles mantêm uma Lei de Comércio Externo profundamente restritiva.

Desta forma, tais propostas são alheias aos genuínos interesses de desenvolvimento econômico e social da nossa região e combinam-se com a restrição das nossas soberanias nacionais e com o recorte e tutela de nossos direitos democráticos. Elas, na verdade, visam impedir uma integração autônoma da nossa América Latina dirigida a satisfazer as suas mais vitais necessidades.

Conhecemos a verdadeira face do Império. É a que se manifesta no implacável cerco e na renovada agressão contra Cuba e contra a Revolução Sandinista na Nicarágua, no aberto intervencionismo e apoio ao militarismo em El Salvador, na invasão e ocupação militar norte-americana do Panamá, nos projetos e passos já dados no sentido de militarizar zonas andinas da América do Sul por trás do pretexto de lutar contra o “narco-terrorismo”.

Por isso, reafirmamos nossa solidariedade com a revolução socialista de Cuba que defende firmemente a sua soberania e as suas conquistas; com a revolução popular sandinista que resiste às tentativas de desmontar o que já foi construído e reagrupa suas forças; com as forças democráticas, populares e revolucionárias salvadorenhas que impulsionam a desmilitarização e a solução política para a guerra; com o povo panamenho – invadido e ocupado pelo imperialismo norte-americano, cuja retirada imediata exigimos – e com os povos andinos que enfrentam a pressão militarista do imperialismo.

Mas também definimos aqui, em contraposição com a proposta de integração sob o domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Nossa proposta passa pela reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e das nossas nações, pela plena recuperação da nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade interna-

cionalista dos nossos povos. Ela supõe defender o patrimônio latino-americano, pôr fim à fuga e exportação de capitais do subcontinente, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa, e adotar políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente aos desafios de renovar constantemente o seu pensamento e a sua ação.

Nesse marco renovamos hoje nossos projetos de esquerda e socialistas. Nossos compromissos são a conquista do pão, da beleza e da alegria, o afã de alcançar a soberania econômica e política dos nossos povos e a primazia de valores sociais, baseados na solidariedade. Declaramos a nossa plena confiança nos nossos povos, que mobilizados, organizados e conscientes gestarão, conquistarão e defenderão um poder que torne realidade a justiça, a democracia e a liberdade verdadeiras.

Aprendemos dos erros cometidos, assim como das vitórias. Armados de um inegociável compromisso com a verdade e com a causa dos nossos povos e nações, começamos a andar, certos de que o espaço que agora abrimos será preenchido com novos esforços de intercâmbio e de unidade de ação como alicerces de uma América Latina livre, justa e soberana.

São Paulo-Brasil, 4 de julho de 1990

Declaração do México

De 12 a 15 de junho de 1991, teve lugar na Cidade do México o II Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. Nesta ocasião, o Foro congregou 68 organizações e partidos políticos provenientes de 22 países, que examinaram a situação e a perspectiva da América Latina e do Caribe frente à reestruturação hegemônica internacional.

A ampliação do número de participantes da região complementou-se com a assistência de 12 organizações e partidos políticos da Europa, Canadá e Estados Unidos. Com a organização deste Foro, celebrado a convite do Partido da Revolução Democrática do México, dá-se cumprimento e continuidade às resoluções emanadas do I Encontro de Organizações e Partidos Políticos de Esquerda realizado no ano passado em São Paulo por iniciativa do Partido dos Trabalhadores do Brasil, no sentido de aglutinar um maior número de forças políticas interessadas em discutir a atual problemática latino-americana e na busca de alternativas viáveis para enfrentar o desafio das transformações colocado por nossas realidades.

O debate realizado neste II Encontro foi franco e aberto, democrático, plural e unitário, com a participação de um amplo leque de forças. Algumas têm identidades nacionalistas, democráticas e populares, enquanto várias outras levam estes conceitos para identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas com as transformações estruturais requeridas para o cumprimento dos objetivos das grandes maiorias dos nossos povos pela justiça social, a democracia e a libertação nacional.

No transcorrer do II Encontro foram analisados e discutidos os impactos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise, produto da imposição dos chamados modelos neoliberais em nossa região. Os participantes trocaram opiniões acerca de diferentes aspectos que decorrem da transição democrática; a relação da democracia com a economia e a sociedade, sua vinculação com os direitos humanos, com a soberania e com a não-intervenção.

O II Encontro examinou também as estratégias democráticas e populares nos campos econômico, político, social e cultural, assim como as experiências regionais no âmbito da integração.

Foram aprovadas, igualmente, resoluções de solidariedade com as lutas dos povos latino-americanos e caribenhos em defesa da soberania e pela democracia, o bem-estar e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, considerou-se a tarefa primordial de solidariedade na defesa da soberania de Cuba e dos esforços para frustrar os planos do poder imperialista estadunidense contra a Revolução Cubana. Destacou-se a necessidade de defender as conquistas da Revolução Sandinista, ameaçadas após a derrota eleitoral da FSLN; de apoiar os significativos avanços democráticos do povo haitiano, encarnados no governo do padre Aristide; de nos solidarizarmos com a luta da FMLN e demais forças progressistas de El Salvador na busca de uma sólida política negociada que erradique as causas da guerra; de apoiar a luta da URNG da Guatemala e sua proposta de uma solução política ao conflito armado sobre bases justas; de respaldar a luta pela saída das tropas ianques do Panamá; de assumir a luta anticolonial dos porto-riquenhos e dos demais povos das colônias do Caribe; de rechaçar a intervenção militar que sob o pretexto da “guerra andina contra o narcotráfico” os Estados Unidos praticam na Bolívia, Peru, Equador e Colômbia; e de condenar as fraudes eleitorais e todas as modalidades de repressão.

Da mesma maneira, o II Encontro expressou seu apoio à reivindicação da Argentina sobre as Ilhas Malvinas; seu respaldo à in-

dependência de Martinica e Guadalupe; sua adesão à campanha de solidariedade contra o cólera no Equador denominada “um barco pela vida”; e sua rejeição a todas as medidas de impunidade na América Latina frente aos crimes do militarismo e às violações dos direitos humanos no nosso continente, em particular as relacionadas com os desaparecidos, bem como ao processo de mudanças e negociação política na Colômbia.

A década de 80, a chamada década perdida para a América Latina, foi uma década de crise e reestruturação global da economia internacional, das relações entre as nações e as economias, assim como das relações políticas e sociais dentro de cada país.

Durante esses anos ocorre a queda dos modelos autoritários do “socialismo real”. Na América Latina, desaparecem as ditaduras militares em muitos países. Nesses e em outros, abrem-se novos espaços de participação política, muitas vezes em democracias restringidas, permitindo a gestação, em meio à crise, de novos movimentos sociais de ampla expressão popular, lutando por reivindicações econômicas e sociais e pela democracia.

É nesse contexto que surgem, em alguns países do continente, importantes partidos populares, além de se fortalecerem e adquirirem maior enraizamento social muitas organizações que desenvolviam suas lutas desde décadas precedentes. O avanço dessas forças expressou-se, em alguns países da América Latina, na conquista de governos locais, regionais e nacionais.

Globalmente, as forças e movimentos populares, reivindicando ou não o socialismo em seus programas, impulsionaram em seu interior processos de renovação política e orgânica – que deverão ser alavancados – em crescente articulação com as lutas sociais.

São expressão desse processo de renovação o crescente esforço de unidade, a crítica às concepções dogmáticas e burocráticas e o combate ao sectarismo.

A profunda reflexão feita pelas esquerdas e todas as forças democráticas latino-americanas coloca a necessidade de oferecer à

sociedade alternativas concretas na perspectiva das classes trabalhadoras, as forças democráticas e os interesses nacionais, superando assim a simples crítica do sistema capitalista.

As políticas recessivas de inspiração neoliberal aprofundam a crises política e social da nossa região causada pelo capitalismo dependente. Tais políticas destinam-se a assegurar a transferência de recursos que a região realiza para cobrir a carga dos serviços da dívida externa. A fim de cumprir com o capital financeiro internacional, os governos latino-americanos incrementam a descapitalização das nossas economias e os níveis de exploração e miséria das maiorias. Da mesma forma, essa política privilegia os mecanismos de mercado, aparentemente livres, para enfrentar os problemas econômicos e a regulação e reestruturação das nossas economias, favorecendo as grandes empresas transnacionais e nacionais que a controlam, em detrimento dos interesses nacionais e populares.

A estratégia predominante se caracteriza pela reestruturação e pela redução do papel do Estado na economia, sem considerar a sua necessária transformação em função dos objetivos nacionais, democráticos, econômicos e sociais das maiorias. Promove a privatização e acentua a centralização do capital e o predomínio das forças transnacionais na economia, instaurando uma indiscriminada abertura externa e maiores níveis de exploração e opressão da força de trabalho, com a redução dos salários reais, a desproteção das condições de trabalho e o recorte dos direitos sindicais.

Enquanto a participação do Estado foi funcional às necessidades de acumulação do capital, sua participação não foi questionada. Hoje em dia, diante da necessidade de ampliar a fronteira de investimentos do capital nacional e internacional, culpa-se o Estado pela crise econômica dos nossos países, assim como de supostas “práticas socializantes” na economia, motivo pelo qual se sugere sua redução ou seu “emagrecimento”, para poderem assim se apropriar das empresas estratégicas e prioritárias de alta rentabilidade que o Estado controlava. Essa situação de privatização relega os princí-

pios de soberania e o cumprimento dos objetivos nacionais em torno a crescimentos econômicos mais equilibrados e sustentados, já que passa a predominar o objetivo exclusivo da alta lucratividade. Isso leva a acentuar os problemas existentes, com a resultante vulnerabilidade das nossas economias aos fatores externos (maior investimento estrangeiro direto, maiores empréstimos) para o financiamento dos desequilíbrios gerados.

Para esse fim, promoveram-se transformações do aparelho jurídico-institucional que rege as relações internacionais, entre as quais se destacam: a eliminação de barreiras protecionistas que permitiram a industrialização dos nossos países; a modificação das leis de investimento estrangeiro; a modificação das leis trabalhistas para garantir uma maior exploração da força de trabalho; assim como a modificação das leis agrárias para reverter os processos de reforma agrária e privatizar o campo. Esse processo compreende, além dos recursos institucionais, o uso da violência contra os movimentos camponeses do continente, dado seu notável peso no movimento popular e social.

A imposição do neoliberalismo e suas políticas pró-imperialistas e antipopulares foi possível, em boa medida, devido aos controles verticais e às democracias restringidas predominantes em muitos de nossos países. Nesse contexto destacam-se as fraudes e mecanismos eleitorais irregulares, a extensão de práticas venais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, o controle à imprensa e dos meios de comunicação na perspectiva de limitar os alcances das transformações democráticas, manipular os anseios democratizadores da sociedade, e permitir – com relativa governabilidade – a instrumentação de seu novo esquema de dominação, no qual se combina o neoliberalismo com o autoritarismo político e um sistema de impunidade para o abuso e a corrupção dos governantes.

Também constituem instrumentos a serviço do neoliberalismo a sobrevivência das doutrinas de segurança nacional, a militarização

das sociedades e o crescente papel das forças armadas e paramilitares em diversos Estados e governos latino-americanos que se apoiam em estados de exceção e de emergência e recortam, cada vez mais, os direitos democráticos da população. Além disto, devemos destacar que em diversos países foram desenhadas estruturas políticas nas quais aqueles que são eleitos têm sua capacidade de mandato recortada, pois ficam superpostas instituições não eleitas e instâncias eletivas, limitando aos governos a capacidade de ação para modificar as políticas neoliberais já impostas e transformar tais realidades.

A reestruturação neoliberal implicou um processo de maior submissão dos Estados nacionais aos interesses imperialistas dos países desenvolvidos, o que se traduziu na perda de soberania, na priorização do pagamento da dívida externa, na concessão de grandes benefícios às transnacionais e, conseqüentemente, na eliminação de políticas de bem-estar social, na redução da renda das maiorias trabalhadoras e no prejuízo dos interesses das classes médias, dos operários e dos camponeses.

Na medida em que a política neoliberal tem fracassado na solução dos problemas econômicos da nossa região e não tem sido capaz de gerar condições de crescimento econômico e estabilidade, isso leva a novas concessões ao capital transnacional: maiores facilidades para o investimento estrangeiro direto, maior abertura econômica, acordos econômicos bilaterais, para estimular o fluxo de investimentos para nossos países e retomar ou impulsionar condições de crescimento que somente passam a favorecer os setores hegemônicos.

As políticas neoliberais conduzem as nossas economias a se especializarem novamente em torno das vantagens comparativas (recursos naturais e processos produtivos baseados no uso intensivo de mão de obra) para enfrentar o processo de concorrência e inserção na economia mundial. Pondo o foco do crescimento nesses setores, serão inevitavelmente acentuados a dependência e o atraso das nossas economias em relação às dos países desenvolvidos. Em con-

sequência, tal projeto não é mais do que a subordinação das economias latino-americanas ao projeto de reestruturação global comandado pelos países desenvolvidos, em especial os setores hegemônicos da economia norte-americana.

Nesse projeto, combinam-se novos e velhos métodos de penetração e ingerência, de reestruturação hegemônica dos Estados Unidos com o continente: a “Iniciativa para as Américas”, a invasão do Panamá para garantir o controle do Canal e do país, o estrangulamento da Nicarágua por uma guerra imposta, o bloqueio e a ameaça contra Cuba, as tentativas de mediação dos processos de solução política negociada na América Central para dismantlar os movimentos democráticos e a preparação da “guerra andina” com o pretexto do narcotráfico.

Todas são medidas para reconstruir na região as zonas de dominação econômica e geopolítica dos Estados Unidos, a “fortaleza americana”, condenando os países latino-americanos a uma nova e maior subordinação consentida por seus governos.

É indispensável pensar em nossa alternativa própria, como novos supostos e critérios, a fim de evitar que as relações econômicas com os países imperialistas e os mecanismos do mercado aprofundem as diferenças existentes e perpetuem o subdesenvolvimento, a dependência e a integração subordinada e passiva com os países desenvolvidos.

Ante os enormes desafios que temos pela frente não podemos pensar que o melhor caminho para os países da América Latina e do Caribe seja o de continuar cada um por si, limitados a seus próprios esforços e desatendendo nossas raízes comuns e as condições comuns vividas hoje pelos nossos países em relação ao mundo desenvolvido. A solução de fundo das dificuldades e problemas encontra-se hoje na transformação profunda das nossas sociedades e na integração política e econômica da América Latina e do Caribe, que foi durante séculos um incentivo nas lutas libertárias e constitui agora a ideia motriz

para impulsionar a nossa cabal emancipação em relação ao processo de reestruturação do capitalismo no âmbito mundial para ajudar a gestar uma nova ordem internacional que respeite os nossos valores nacionais e satisfaça as necessidades dos nossos povos.

Avançar em direção a essa meta só será possível se forem estabelecidos em nossos países Estados democráticos e independentes e governos comprometidos com a transformação, sustentados em um forte apoio e uma decisiva participação dos seus povos. Esse tipo de respaldo só pode ser dado, nos nossos dias, por sociedades justas, democráticas e organizadas.

Em tal processo, deverão ter participação fundamental os setores afetados pelo modelo neoliberal, ou seja, os trabalhadores da cidade e do campo, a pequena e média burguesia, os empresários nacionalistas, amplos setores de mulheres e jovens, as nacionalidades e etnias oprimidas, bem como os setores mais desprotegidos da sociedade.

No campo econômico, trata-se de que a organização democrática da sociedade defina as funções do mercado e a participação do Estado na vida econômica. Isso deverá ser feito numa perspectiva antimonopólica e de justiça social. Esse será um ponto de conteúdo das nossas propostas democráticas na luta para sermos governo e poder.

Com base nisso poderão ser alcançados e consolidados, em cada um de nossos países, os objetivos e valores comuns: democracia econômica, política e social; respeito pelo voto e pela participação política direta e permanente do povo; pluralismo; direitos cidadãos; direitos humanos; direitos sociais; reformas estruturais e reforma agrária; organização democrática e independente do povo; proteção da natureza; respeito e promoção da identidade cultural e nacional dos povos originários do nosso continente; solidariedade social e soberania nacional.

A partir da consolidação dos limites dos processos democratizadores na América Latina, os debates do Foro apontaram para a reafirmação de seu compromisso com a democracia econômica, po-

lítica e social, que consideramos um valor permanente em todos os momentos de luta.

As discussões trouxeram a necessidade de articular as dimensões econômica, cultural e social da democracia com a sua dimensão política. Os valores da igualdade e da justiça social são, assim, inseparáveis da liberdade.

Para que esta democracia possa se constituir e se desenvolver, é de fundamental importância que os trabalhadores e os setores populares tenham neste processo um papel protagonista decisivo. Uma democracia, como processo aberto de criação de novos direitos, incorpora necessariamente reivindicações e alternativas que são apresentadas pelo movimento de mulheres, pelos que lutam pela preservação do meio ambiente, pelos jovens, pelas nacionalidades e etnias – minorias ou não – que sofrem opressão e discriminação em nossas sociedades.

Ao defender a democracia para a sociedade e para o Estado, estamos, ao mesmo tempo, defendendo a democracia no interior dos partidos, dos sindicatos e de todas as organizações sociais.

Nessa visão, a educação é uma necessidade no interior dos partidos, mas particularmente uma responsabilidade inescapável destes para com a sociedade, o que exige rever os termos em que ela deve ser concebida e realizada.

Portanto, esta educação política deve contribuir para a democratização de nossas sociedades e, de maneira relevante, a de nossos partidos e organizações, oferecendo elementos para a geração de uma nova cultura política.

As organizações e partidos políticos que participaram do II Encontro coincidiram na necessidade de continuar discutindo a busca de políticas alternativas aos modelos neoliberais hoje predominantes em nossa região. Nessa busca, nós nos comprometemos a empreender iniciativas políticas conjuntamente com partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil de outros países e regiões do

mundo, a fim de lutar por uma nova ordem econômica e política baseada na justiça, na equidade e na reciprocidade.

Nós, participantes deste II Encontro, acordamos uma série de eventos que permitirão dar continuidade ao intercâmbio de opiniões sobre a atual temática latino-americana:

- 1- Um seminário sobre projetos alternativos de integração latino-americana, com a participação de especialistas, sindicalistas e dirigentes políticos latino-americanos (fevereiro de 1992).
- 2- Realizar o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo, para continuar o intercâmbio de experiências, a discussão política e as conclusões geradas no seminário (junho de 1992).
- 3- Celebrar um fórum sobre o diálogo Norte-Sul, a ser realizado em alguma capital europeia.
- 4- Celebrar um fórum sobre América Latina e a nova ordem mundial, a ser realizado nos Estados Unidos.
- 5- Enviar delegações de destacados dirigentes políticos latino-americanos a diferentes fóruns nacionais, regionais e internacionais a fim de apresentar as conclusões dos nossos eventos.
- 6- Estimular, participar e respaldar todos os programas alternativos às comemorações oficiais do V Centenário do denominado Descobrimento da América.

O II Encontro decide, igualmente, formar um grupo de trabalho encarregado de consultar e promover estudos e ações unitárias em torno aos acordos do Foro, integrado pelas seguintes organizações: Partido dos Trabalhadores do Brasil, Esquerda Unida do Peru, Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional de El Salvador, Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua, Partido Comunista de Cuba, Frente Ampla do Uruguai, Partido da Revolução Democrática do México, Movimento Lavalás do Haiti e Movimento Bolívia Livre.

Cidade do México-DF, 12 a 15 de junho 1991

Declaração de Manágua

De 16 a 19 de julho de 1992, teve lugar em Manágua, na Nicarágua, o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi anfitriã do Encontro, do qual participaram 61 organizações e partidos políticos provenientes de 17 países da América Latina e do Caribe, com um total de 122 delegados, 43 organizações e partidos que participaram na qualidade de observadores, dos quais 2 são da África, 9 da Ásia, 21 da Europa e 11 dos Estados Unidos e Canadá, com um total de 60 observadores que, somados aos 122 delegados, perfazem um total de 182 assistentes ao evento.

Importância e futuro do Foro de São Paulo

Como revela este III Encontro e o evidente reconhecimento internacional, o Foro de São Paulo tem demonstrado servir de instância de encontro e intercâmbio entre as diferentes forças democráticas de identidades nacionalistas, populares e socialistas.

Aos 500 anos da invasão, conquista e colonização da América Latina, aspiramos não apenas a recolher cinco séculos de resistência indígena, negra e popular, reafirmando o direito dos nossos povos à liberdade, à soberania, à justiça social e ao desenvolvimento, mas também queremos, a partir da organização autônoma das maiorias trabalhadoras e nacionais, a partir do fortalecimento da nossa identidade histórica e cultural e a partir da ação combativa e criadora, gestar a nossa entrada no Terceiro Milênio.

Queremos, dessa perspectiva, saudar em particular a presença dos observadores de outros continentes que consideram o Foro como uma expressão viva da determinação dos povos do Sul para fazer frente a um sistema de opressão que pretende se perpetuar sobre as grandes maiorias do mundo.

O Foro evidencia a disposição de continuar a luta pela definitiva libertação econômica e política da América Latina e do Caribe, hoje ameaçados por novos mecanismos de dominação e opressão imperialista. Reafirma a vigência da luta pela libertação nacional, pela justiça social e pela democracia em toda a sua extensão e componentes que abrange, não só o político, mas também o econômico, social e cultural. Representa o rechaço da grande maioria dos latino-americanos à pretensão de identificarem democracia com capitalismo, modernização com submissão e renúncia ao desenvolvimento com justiça social.

É de particular importância o compromisso assumido pelos participantes nos Seminários de Lima e Manágua de institucionalizarem e coordenarem os seus trabalhos, fornecendo ao Foro e a todos os movimentos progressistas o resultado de suas análises e recomendações.

Ofensiva multifacetada do Norte contra América Latina e Caribe

Na América Latina e no Caribe, ocorre uma ofensiva multifacetada do Norte para redobrar a sua dominação, modificando e aprofundando as estruturas básicas do capitalismo dependente, impondo políticas neoliberais com a conseqüente deterioração das condições de vida do povo, recortes de seus direitos básicos, desnacionalização e abertura indiscriminada dos países ao capital e à produção mundial.

Cumprem um papel chave nesta investida contra os interesses populares os organismos financeiros multinacionais controlados pelos Estados Unidos e pelas grandes potências imperialistas, como

o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento; assim como a instrumentalização da injusta e impagável dívida externa e a conformação de blocos econômicos e geopolíticos sob o controle das grandes potências que pretendem submeter os países do Sul.

Torna-se mais aguda uma situação de dependência na qual as sociedades do Sul não podem se reproduzir sem passar pelas decisões do Norte. Os países que sempre viveram da venda dos produtos primários enfrentam um fenômeno de “quarta mundialização”, que consiste em sua crescente exclusão do processo global de produção e intercâmbio.

É importante frisar que estas tentativas de realizar uma nova divisão do mundo entre os monopólios das principais potências se desenvolve em meio ao agravamento dos conflitos imperialistas e da crise mundial, condições que os povos oprimidos e explorados do mundo devem saber aproveitar.

Não obstante os fatores externos que, em grande medida, causam a situação extremamente grave vivida pelos povos da América Latina e do Caribe, não se pode minimizar – é necessário sublinhar – a alta responsabilidade dos elementos internos sobre ela. Setores da oligarquia e do grande capital transnacionalizado empenham-se em manter os vínculos dependentes do Sul com o Norte, atuando como cúmplices e beneficiários da imposição de “democracias controladas”, para resguardar seus interesses comuns e a hegemonização do poder nos níveis local e internacional.

Este modelo promove, por sua vez, a transformação profunda dos Estados num sentido antidemocrático, concentrando o poder em instituições não elegíveis nem sujeitas ao controle social, como os organismos de condução econômica, as forças armadas repressivas, excluindo e marginalizando as grandes majorias nacionais das principais decisões econômicas e políticas. Nesse contexto operam as diversas formas de adequação da Teoria e Prática de Segurança

Nacional como elementos permanentes de autoritarismo que levam as forças armadas a assumirem um papel repressivo, direto ou latente, para com os movimentos populares.

A ofensiva neoliberal se desenvolve também no plano cultural e ideológico, visando a desagregação de valores solidários enraizados em nossa sociedade, impondo um modelo individualista e competitivo que enfrenta uns contra outros para sobreviver. Fica, assim, cada vez mais restringida a participação social e política do nosso povo.

Os programas de ajuste estrutural, políticos e econômicos, definidos e impostos pela pressão de organismos financeiros multilaterais, longe de assegurar um desenvolvimento social, procuram apenas criar melhores condições para a inserção dependente e funcional aos interesses imperialistas das economias e Estados do Sul ao sistema hegemônico capitalista. Essas reformas e essa inserção acarretam a marginalização das maiorias populares, classes médias e forças da cultura, a ampliação do desemprego e a reversão de conquistas sociais e uma maior concentração da riqueza, especialmente por parte dos monopólios e oligopólios.

Ao mesmo tempo, diversos fóruns e organizações mundiais e regionais são cada vez mais hegemonzados pelos Estados Unidos e pelas outras potências capitalistas, para consolidar uma ordem mundial e regional à medida dos seus interesses, pretendendo legitimar o papel de gendarme internacional para os EUA, principalmente por meio do Conselho de Segurança da ONU. Tudo isso é feito aproveitando as mudanças nos países da Europa do Leste e a perda do contrapeso geopolítico, além do enfraquecimento das instâncias articuladoras dos países do Sul.

Em Manágua, o Foro se dedicou a definir pautas sobre as alternativas em matéria de política econômica que possam servir de pontos de referência e de apoio para as forças políticas que em cada nação definem posições específicas. Para tanto, contou-se com a rica

contribuição dos Seminários-Oficinas sobre Alternativas de Desenvolvimento e Integração na América Latina e no Caribe, levados a cabo em Lima, Peru, de 26 a 29 de fevereiro de 1992, e em Manágua, de 13 a 16 de julho de 1992, em cumprimento da resolução do II Encontro no México.

Os participantes do Foro consideraram que os Seminários-Oficinas puderam continuar cumprindo com o seu objetivo de analisar as experiências de desenvolvimento e integração econômica latino-americana, ampliando a participação de novos enfoques alternativos da esquerda, abrindo o caminho para enriquecer a análise e a definição de propostas populares concretas regionais, assim como aquelas que os membros do Foro levarem adiante no nível nacional.

Elementos para a defesa dos interesses populares

A busca de alternativas populares e revolucionárias deve conjugar a capacidade de promover a resistência à política neoliberal com a criação de espaços de poder popular que afirmem a tendência à recomposição da capacidade de luta do povo e a gestação de uma cultura contraposta à cultura de dominação.

Para a América Latina e todas as forças democráticas do mundo, destacam-se no debate os seguintes elementos, baseados nos subsídios preparados pelos Seminários-Oficinas:

- 1- O projeto neoliberal proposto para a América Latina e o Caribe não admite emendas, pois o seu mal radica na natureza da injusta ordem econômica mundial que busca consolidar o modelo de sociedade que pretende impor. Só a unidade ampla, em toda a sua diversidade, de todas as esquerdas e forças progressistas poderá alcançar uma mudança de metas mais acorde com as exigências da justiça e da paz.
- 2- O conteúdo econômico de uma integração alternativa deve partir do interior das sociedades, da luta destinada a superar as estruturas e modelos dominantes e a eliminar controles oligo-

- pólíós, e da construção de um desenvolvimento econômico autônomo orientado, em primeiro lugar, a satisfazer as necessidades básicas das maiorias, substituindo a atual aliança dos setores transnacionalizados da burguesia com o capital internacional por uma aliança entre todas as forças interessadas na promoção de projetos nacionais para a consecução da justiça social, da democracia e da libertação nacional.
- 3- Hoje em dia é possível afirmar que todo processo de desenvolvimento econômico genuíno passa por uma mudança de sujeitos sociais no poder, por uma justa distribuição da propriedade e da riqueza, pela criação de poderes de maiorias e pelo fortalecimento da sociedade civil. Os espaços de participação para alcançar essas metas devem ser abertos, tanto na organização autônoma do povo quanto nas instâncias estatais, ampliando a influência das grandes maiorias populares. As políticas sociais não podem ser separadas das políticas econômicas, porque estas devem ser desenhadas para atender os problemas sociais. É preciso modificar o caráter da estrutura produtiva tradicional, ou lutar pela vigência das mudanças nos países que já as alcançaram, combatendo as políticas, tanto ortodoxas quanto heterodoxas, de ajuste estrutural e favorecendo o desenvolvimento das forças produtivas.
 - 4- É necessário um trabalho político ativo orientado à organização autônoma da população em suas diferentes estruturas e modalidades, partindo da base até chegar a suas expressões nacionais. Devemos enfrentar a estratégia neoliberal de enfraquecimento da ação e do peso político do movimento popular.
 - 5- Precisamos de programas que contemplem de maneira específica os mecanismos para garantir a integração plena e igualitária da mulher na sociedade, que reconheça a maternidade como função social e o trabalho doméstico como produtor de riqueza. Programas com metas para a inclusão das mulheres na produção e apropriação da riqueza material, cultural, polí-

- tica, tecnológica, intelectual da sociedade e eliminação de relações sociais opressivas.
- 6- Uma alternativa genuinamente popular deve contemplar um programa democratizador que altere e substitua instituições antidemocráticas elegíveis e não elegíveis e que, sobre novas bases constitucionais, possibilite criar e desenvolver uma democracia integral: política, econômica e social.
 - 7- Uma alternativa popular tem que se preparar para assumir responsabilidades econômicas monopolizadas por setores empresariais nacionais e estrangeiros que impedem o desenvolvimento mais profundo de iniciativas favoráveis às maiorias. Num novo marco estrutural e institucional, pessoas e organizações populares devem assumir papéis de direção e gestão econômicas que facilitem as transformações requeridas. São essenciais para isso a informação, a transparência, o debate público e o desenvolvimento de formas de participação popular, do nível local ao nacional. Estas formas de participação terão viabilidade somente dentro de um projeto de transformação global para uma nova sociedade.
 - 8- A participação popular no desenho, direção, gestão e fiscalização das decisões estratégicas depende da existência de um projeto claro de desenvolvimento nacional ao qual são direcionados os esforços das partes. A soma de tarefas microeconômicas, por muito autônomas e populares que sejam, não constituem por si sós uma alternativa nacional.
 - 9- O Estado deve constituir um cenário de participação e de poder de decisão nacional, na medida em que está obrigado a assumir um papel central regulador e promotor da equidade social, sem abandonar a direção da economia à chamada suprema vontade do mercado, que não é mais do que a vontade do grande capital nacional e estrangeiro e dos organismos financeiros multilaterais.

Deve-se abrigar a luta de nossos povos e nações originárias, rompendo com a submissão ancestral, a fim de criar as condições que permitam a construção de sociedades e Estados plurinacionais. Trata-se de um fator central para o desenvolvimento popular, o que significa que não se pode permitir que os conteúdos da educação e dos meios de comunicação sejam impostos de fora, nem que reflitam exclusivamente interesses minoritários locais.

Os movimentos populares e as forças democráticas devem fortalecer e modernizar os seus próprios meios de comunicação, assim como lutar pela democratização dos meios de comunicação social.

Na América Latina e no Caribe, a autonomia dos povos indígenas e dos grupos étnicos social e culturalmente estruturados exige bases econômicas próprias e formas de representação política idôneas, como parte indispensável de todo projeto de participação democrática. A luta pela democracia no nosso continente também deve expressar a reivindicação do fim do colonialismo na América Latina e no Caribe e o respaldo ao direito desses povos à sua autodeterminação e plena independência.

Os direitos dos imigrantes latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos devem ser assumidos, em forma militante, por todos os nossos movimentos e partidos, procurando apoiar seus justos protestos e reivindicações articulados à rebeldia das minorias negras e às lutas de outros setores empobrecidos, exigindo com vigor o fim da discriminação, da exploração, da exclusão e da repressão que continuam em aumento.

A integração dos povos

A Iniciativa para as Américas e os Tratados de Livre Comércio nela enquadrados pretendem tornar permanentes e imutáveis as concessões globais hoje demandadas pelo capital estrangeiro.

Representam um atentado contra a democracia na América Latina e no Caribe, pois outorgam ainda mais poder a empresas

transnacionais para tomar decisões que tem muita relação com a possibilidade de os povos terem educação, saúde e outros serviços indispensáveis para melhorar a qualidade de vida.

Essas políticas, sustentadas por setores dominantes em cada país, geram graves processos de desestruturação econômica e desintegração das nossas sociedades, bloqueando as chances de um desenvolvimento efetivo.

O esquema político e econômico promovido pelos Estados Unidos supõe uma integração subordinada, que atualiza e destaca a necessidade de impulsionar um processo de integração entre os países da América Latina e do Caribe que corresponda à sua visão, necessidades e interesses específicos. Esse processo deve ser fundado na solidariedade entre os povos: uma integração “de baixo para cima”, que favoreça a conformação de redes de intercâmbio, de coordenação e complementação de políticas produtivas, financeiras e sociais a partir das quais um processo de desenvolvimento e integração regional possa avançar.

Estamos convencidos de que a luta pela integração dos povos constitui um desafio político, consistente em desenvolver um esforço comum para construir relações políticas democráticas, abrangendo organizações nos níveis local, nacional, sub-regional, regional e mundial, com vistas a construir uma nova ordem democrática em toda a globalidade.

Essa integração alternativa deve incluir um componente cultural capaz de responder às reivindicações próprias de diversos grupos da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, camponeses, mulheres, povos indígenas, etnias, religiosos, pequenos e médios empresários e todas as forças econômicas que ponham o interesse nacional acima dos interesses particulares.

Os partidos de esquerda deverão sempre manter as mais estreitas relações com estas organizações populares ou da sociedade civil, não para instrumentalizá-las, mas sim para conhecer bem as suas exigências e assumi-las na sua luta.

Deve ser um componente fundamental de um projeto popular uma educação que garanta o desenvolvimento econômico e social, e aprofunde a democracia oferecendo os instrumentos para opções conscientes, de real participação.

Um projeto alternativo de integração deve ir além do contorno meramente comercial liberalizador, que tende a incrementar a vulnerabilidade das nossas economias e a dependência em relação ao capital transnacional. Deve ter como objetivo de curto, médio e longo prazo, uma integração social, política e econômica e uma articulação dinâmica de culturas, para alcançar um desenvolvimento econômico e social justo.

Nós, participantes do Foro, reafirmamos que todo projeto alternativo ou programa de ação política deve levar em conta o papel nocivo da política intervencionista dos Estados Unidos. Esse ingerencismo teve historicamente o objetivo de resguardar as estruturas do capitalismo dependente na região, agredindo todo projeto político que não priorize os interesses econômicos e geopolíticos dessa potência.

O êxito da integração dos povos pode ser seriamente comprometido pela manipulação da dívida externa. Os bancos credores e organismos financeiros querem nos fazer acreditar que, com os acordos assinados com base no Plano Brady, estariam resolvidos os problemas criados pela dívida externa. Nada mais falso do que isso. O pagamento da dívida externa continua aprofundando a miséria e impossibilitando os investimentos necessários ao crescimento econômico, progresso técnico e justiça social. A integração exigirá a procura de mecanismos próprios de negociação conjunta como resposta à unidade dos credores.

Preocupante “legitimação” da política intervencionista

Alertamos o mundo sobre o perigo embutido nas mais recentes manifestações da intervenção militar, amparadas e ocultas na luta contra o narcotráfico e o terrorismo. Sob esse pretexto, os Estados Unidos organizam campanhas militares na região andina, ao mesmo tempo em que fortalecem a capacidade repressiva das estruturas de segurança e espionagem da nossa região.

À política das canhoneiras, tradicionalmente empregada pelos Estados Unidos contra os nossos povos, soma-se agora a legitimação desta a partir da sentença ilegal da Corte Suprema de Justiça dos Estados Unidos, que, junto a uma série de gestões de extradição sob pressões diversas, legitima o sequestro de quem o próprio governo de Washington considerar que cometeu um delito. Unimos a nossa voz às outras forças defensoras do direito para denunciar esta nova tentativa de impor a lei do mais forte nas relações internacionais, em flagrante violação das soberanias nacionais e do direito internacional. Demandamos a anulação dessa pretensão ilegítima pelos organismos mundiais e regionais jurídicos competentes, bem como a imediata repatriação dos sequestrados.

A política agressiva e de crescente hostilidade do governo dos Estados Unidos contra o povo e o governo de Cuba, incluindo as novas tentativas de ampliar o bloqueio econômico contra essa nação soberana, constitui uma afronta à soberania latino-americana e caribenha e uma ofensa à dignidade dos povos. Frente a isso, afirmamos o nosso apoio ao direito do povo e do governo de Cuba de defender a sua determinação de levar adiante a construção do socialismo no seu país. Nós nos comprometemos com a mobilização dos povos da nossa região e do mundo para contribuirmos para a defesa desta irmã nação latino-americana, exigindo a todos os governos não cederem às pressões imperiais que pretendem obstaculizar os laços de cooperação com Cuba que só podem acarretar saldos positivos em termos materiais e morais.

Alternativas e exigências

Em defesa da soberania dos povos e do direito de autodeterminação e independência, e dos direitos políticos, cívicos, econômicos, sociais e culturais dos homens, mulheres, crianças e povos inteiros da América, chamamos a construir uma nova ordem econômica e política internacional, diferente da que hoje pretende se impor sob a hegemonia norte-americana e das potências capitalistas, que permita:

- A democratização dos organismos multinacionais e, em especial, das Nações Unidas, revisando suas atuais normas orgânicas que permitem o abuso hegemônico do Conselho de Segurança, organismo criado para resguardar a paz, fórum agora utilizado com o propósito de justificar recentes guerras ilegais dos Estados Unidos;
- Resolver definitivamente o grave problema da dívida externa que agonia os países do Sul e os oprime, remetendo-a e conseguindo um fluxo de recursos financeiros positivos em direção a esses países;
- Modificar o atual regime de intercâmbio desigual entre os países desenvolvidos e os do Sul, que impõe a estes últimos uma permanente e crescente drenagem de recursos;
- Uma total reorientação das políticas e funções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, redefinindo os mecanismos de tomada de decisões;
- Políticas econômicas e modelos de desenvolvimento que garantam a preservação do meio ambiente, acabem com a devastação ecológica e vinculem a luta pelo meio ambiente com a luta contra a pobreza;
- O reconhecimento da dívida ecológica que os países do mundo capitalista desenvolvido têm com os países do Sul;
- A reorientação de gastos militares das grandes potências para o desenvolvimento do Sul, impulsionando o desarmamento mundial;

- A democratização do mecanismo de informação e comunicação mundial;
- O respeito à soberania nacional e aos princípios de não intervenção, e de solução política das diferenças entre nações;
- O impulso para a reforma jurídica internacional de acordo com as metas propostas, no contexto da designação nas Nações Unidas desta década como a Década do Direito Internacional e da Paz, para a elaboração de projetos de acordos e convenções que garantam a nossa entrada no ano 2000 com um sistema jurídico internacional à altura das exigências da justiça e da paz;
- O impulso a processos de integração dos povos e nações nos níveis regionais e Sul-Sul como instrumentos dos países do Sul para fortalecer a sua inserção na economia mundial.

O Foro de São Paulo demanda:

- 1- O fim imediato do ilegal e imoral bloqueio contra Cuba e a assistência econômica internacional maciça para impedir que continuem se aprofundando as nefastas consequências de mais de trinta anos de bloqueio. Além da restituição do território de Guantánamo a Cuba.
- 2- A restituição de Jean Bertrand Aristide na Presidência do Haiti e a plena aplicação de sanções contra esse país até seu legítimo Presidente retornar com os poderes que lhe correspondem. Damos nosso apoio à proposta de Aristide de que as negociações sejam levadas a cabo no Haiti e sem nenhum tipo de intervenção militar ou ameaça de tal.
- 3- O reestabelecimento pleno dos direitos democráticos cerceados no Peru e a eleição democrática de um Congresso Constituinte soberano, com prévio acordo de suas características e da legislação eleitoral entre as forças políticas e o regime “*de facto*”. Condenamos o golpe militar que impôs no Peru um regime ditatorial e militarizado com a participação de quem fora

- eleito dois anos atrás presidente constitucional. Demandamos o fim da hostilização e repressão contra organizações políticas, sociais e populares.
- 4- O fiel e oportuno cumprimento por parte do governo de El Salvador dos Acordos de Paz assinados com a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional. É de suma importância proceder ao imediato cumprimento dos acordos sobre o tema socioeconômico, particularmente no que se refere à transferência das terras das zonas de conflito a seus atuais moradores e trabalhadores, bem como superar o atraso no funcionamento do Fórum para a concertação econômica e social, pois se trata de acordos chave para criar novas opções de desenvolvimento para os setores populares.
 - 5- A agilização do processo negociador na Guatemala, levando em conta que não haverá paz na América Central sem paz na Guatemala e que a proposta da URNG denominada “Por uma paz justa e democrática: Conteúdo da Negociação” constitui uma proposta viável para chegar a uma solução política para o conflito armado.
 - 6- O fim imediato de toda ingerência e intromissão dos Estados Unidos nos assuntos da Nicarágua, assim como o fim das pressões e chantagem que pretendem condicionar o futuro político dessa nação e reverter as conquistas da Revolução Popular Sandinista.
Nesse sentido, denuncia o congelamento de fundos já aprovados, pretendendo ignorar ou esquecer que essas alocações representam miseráveis migalhas do que teriam que entregar pois a Corte Internacional de Justiça de La Haia ordenou aos Estados Unidos que pagassem à Nicarágua pelos danos ocasionados pela guerra.
 - 7- O desconhecimento do governo ilegítimo imposto no Panamá pela invasão dos Estados Unidos, a retirada de todas as tropas

- estadunidenses desse país e o respeito aos tratados Torrijos-Carter.
- 8- O respeito ao direito do povo irmão latino-americano de Porto Rico à livre determinação e à independência, assim como o fechamento das bases militares nessa nação.
 - 9- A restituição à República Argentina das Ilhas Malvinas e demais enclaves coloniais ingleses no Atlântico Sul e, ao mesmo tempo, o imediato desmantelamento das bases militares instaladas pelo Reino Unido da Grã Bretanha, assim como o fim da exploração econômica dos recursos naturais do mar adjacente e de toda restrição aplicada na zona à República Argentina.
 - 10- A total erradicação do colonialismo no Caribe e a eliminação das bases militares estrangeiras nessa região, para tornar realidade o direito à autodeterminação e independência dos países e territórios que ainda sofrem dominação colonial na América Latina e no Caribe.
 - 11- A continuidade do processo de negociação para uma solução política e não militar ao conflito interno colombiano e a pronta retomada do diálogo entre o governo e a Coordenadora Simón Bolívar.
 - 12- O fechamento das bases militares dos EUA em Honduras.

O Foro constata que não houve avanços no panorama político e democrático na imensa maioria dos países da região, cuja situação foi adequadamente caracterizada no ano passado na Cidade do México. Em alguns países subsistem regimes autoritários que, para aplicar as políticas neoliberais e facilitar a impunidade, o abuso e a corrupção dos governantes, se negam a impulsionar a transição à democracia, a respeitar o voto cidadão e a se comprometer na formação de autênticos sistemas de partidos políticos regidos pela concorrência em condições de igualdade e pela possibilidade real da alternância no governo.

Exige portanto o fim imediato e inequívoco dos mecanismos e fraudes eleitorais, da extensão de práticas penais e corruptas, da repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, do controle da imprensa e dos meios de comunicação para limitar o alcance das transformações sociais e manipular os anseios democratizadores da sociedade.

Acreditamos que existe hoje a possibilidade e a necessidade de construir novas pontes de entendimento e fórmulas de ação conjunta entre as forças democráticas do Sul e do Norte, ambas vítimas do mesmo sistema global neoliberal. A existência de opressão e desemprego crescente, as crises fiscais e o prejuízo dos serviços sociais, o surgimento de tendências racistas e direitistas, a ameaça ideológica, o fortalecimento do poder e da autonomia das comunidades, o autogoverno, a igualdade de gênero e racial, são elementos comuns às plataformas políticas de organizações, movimentos e partidos democráticos tanto do Sul como do Norte.

Consideramos imprescindível impulsionar a criação de uma frente comum de negociação latino-americana para contrapor às grandes potências e blocos. Recordamos aos chefes de Estado e de governo, por ocasião da cúpula em Madri, a necessidade imperiosa de assumir esse desafio com uma base unitária sem ingerência externa alguma.

Também é necessário retomar os esforços realizados na década passada, para analisar a crescente concentração dos meios de comunicação em mãos de cada vez menos empresas e o crescente domínio norte-americano na difusão de notícias.

Estando próximo o Quinto Centenário do chamado descobrimento da América e do conseqüente início da resistência indígena, negra, popular, os participantes do Foro convidam os povos do mundo a assumir as lutas de nossos povos originários, a partir de uma reflexão sobre este acontecimento histórico que, com o extermínio de mais de 100 milhões de vidas humanas dos nossos povos origi-

nários, impôs a subjugação política, cultural, econômica e social que hoje continua negando os mais elementares direitos a nossos povos indígenas junto às grandes maiorias populares.

Decisões

O III Encontro aprovou as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a futura integração deste, suas normativas e faculdades para assegurar o acompanhamento e execução das resoluções do Foro, assim como sua representação e divulgação de seus objetivos e princípios nos diversos fóruns e eventos internacionais. Foi recebido também um relatório sobre os fóruns a ser realizados na Europa e na América do Norte.

Os participantes deste III Encontro encomendaram ao Grupo de Trabalho levar a cabo as seguintes ações em cumprimento dos compromissos e tarefas políticas assumidas pelo Foro:

- 1- Dar a conhecer, particularmente entre as outras regiões do Sul, as posições políticas e econômicas expressas em nossos trabalhos e eventos, promovendo o reconhecimento institucional do Foro e o estabelecimento de uma comunicação permanente com fóruns e instâncias análogas.
- 2- Enviar uma delegação de destacados dirigentes para a celebração do 33o Aniversário da Revolução Cubana e para transmitir ao governo e ao povo cubano as decisões do Foro e tornar efetiva sua solidariedade com a defesa de Cuba.
- 3- Participar e promover ativamente os programas alternativos à celebração oficial do V Centenário. Chamamos a impugnar a celebração oficial dessa data, e exaltar a resistência indígena, negra e popular, como parte do grande esforço libertador.
- 4- Convocar um Seminário-Oficina sobre Educação Política e a Nova Relação Partidos Políticos-Movimentos Sociais, assegurando a presença de organismos sindicais e populares.

- 5- Designar uma delegação que dê acompanhamento ao processo de paz e busca de uma solução política negociada na qual estão empenhados governo e guerrilha e o conjunto da sociedade colombiana. Além disso, convocar uma Conferência de Solidariedade e pela Solução Política do conflito na Colômbia, cuja data e sede serão determinadas oportunamente.
- 6- Promover a conformação de delegações multinacionais e multipartidárias de forças participantes do Foro de São Paulo, para atuar em diversos fóruns internacionais.
- 7- Promover a ação unitária dos parlamentares dos partidos do Foro de São Paulo nos parlamentos regionais, no Parlamento Latino-americano e na União Interparlamentar Mundial.
- 8- Consultar a convocatória a um Seminário-Oficina sobre a opressão de gênero, priorizando os seguintes temas: feminização da pobreza; reprodução humana; participação e representação da mulher; políticas públicas, democratização do Estado e da sociedade, assim como de cultura feminina.
- 9- Realizar o seu IV Encontro em Havana, Cuba.

Manágua-Nicarágua, 16 a 19 de julho de 1992

Declaração final do IV Encontro

O IV Encontro do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Havana entre os dias 21 e 24 de julho de 1993, com a presença de 112 organizações membros e de 25 observadores da região, constituiu uma demonstração de vitalidade das forças políticas de identidades nacionalistas e anti-imperialistas, democráticas e populares, de esquerda e socialistas da América Latina e do Caribe comprometidas com as mudanças profundas em nosso continente. Da mesma forma, a assistência de observadores representantes de 44 instituições e forças políticas da América do Norte, Europa, Ásia e África revela a significação adquirida pelo Foro.

A escolha, durante o III Encontro, celebrado em Manágua, Nicarágua, da cidade de Havana como sede deste Encontro se transformou em uma decisão transcendente. Conseguiu a incorporação de 31 forças políticas, entre as quais se incluem 21 partidos e movimentos anticolonialistas, populares e democráticos do Caribe, que fortalecem este esforço unitário. Permitiu entrar em contato com a difícil situação atravessada pelo povo irmão de Cuba e constatar os graves efeitos do bloqueio e da política sistemática de agressão levada adiante pelo governo dos Estados Unidos. Igualmente, testemunhou a firmeza e vontade de luta cotidiana mostrada pelos cubanos para salvaguardar as conquistas econômicas e sociais alcançadas. Quando mais de 180 milhões de latino-americanos e caribenhos vivem na pobreza e 88 milhões suportam a extrema pobreza ou indigência, essas conquistas revolucionárias se tornam ainda mais significativas.

Por isso, o IV Encontro reafirmou sua decidida condenação ao imoral bloqueio imperialista contra Cuba e assumiu o compromisso de aprofundar as ações políticas tendentes à sua suspensão, assim como a sua integração plena e incondicional à Comunidade Continental da qual é parte indivisível.

O Foro de São Paulo se transformou num feito sem precedentes. Forças políticas da região, de diversas orientações ideológicas e políticas, encontraram formas de ir avançando no difícil e necessário caminho da unidade na diversidade, assentada no nosso próprio desenvolvimento histórico e fundada num continente mestiço, étnica e culturalmente, base da nossa potencialidade para desenvolver um modelo de sociedade soberana, solidária, justa e integradora.

A América Latina e o Caribe, insertos num mundo unipolar conformado por blocos econômicos hegemônicos – que redefinem em função de parâmetros tecnológicos os termos de intercâmbio e a divisão internacional do trabalho – resistem à aplicação do modelo neoliberal.

No último ano, evidenciam-se as fissuras do projeto neoliberal, até pouco tempo atrás francamente hegemônico. A mudança de presidentes no Brasil, Venezuela e Guatemala manifesta a força da mobilização social e uma vontade de mudança da parte do povo, tanto no campo da luta contra a corrupção quanto no da rejeição à política econômica. É também manifestação dessa rejeição o resultado do plebiscito no Uruguai, no qual 72% dos votantes se expressaram contra a política de privatização de empresas públicas que o neoliberalismo vem impondo.

São mais visíveis hoje as consequências das políticas neoliberais. Vivemos a abertura indiscriminada da economia, a confiança cega no mercado, um mercado controlado por oligopólios e transnacionais; a organização da economia em função de garantir o pagamento da dívida externa e a sujeição a políticas definidas no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Essa realidade provoca destruição de ramos industriais, em especial os nacionais;

aprofunda desequilíbrios entre os diversos setores da economia; incrementa o déficit das balanças comerciais e de pagamentos; inclusive – em alguns casos – faz retroceder as economias a uma nova fase primário-exportadora. Por outro lado, leva ao abandono da produção agropecuária não exportadora, minando as possibilidades de autossuficiência alimentar e, sobretudo, aumenta o desemprego e prescinde de todo interesse na equidade e na justiça social. Assim, mesmo havendo crescimento em alguns países, não ocorre o aumento dos postos de trabalho, ao mesmo tempo em que se debilitam crescentemente os Estados nacionais, diminui a sua responsabilidade na atenção a urgentes necessidades sociais, a soberania nacional é recortada e a desigualdade se incrementa, o que contribui para o empobrecimento da população.

A pobreza é cada vez mais difícil de ocultar. Hoje, governo e organismos internacionais a reconhecem formalmente. A III Cúpula Ibero-americana teve que incorporar esta questão da miséria em sua agenda.

A ausência de democracia econômica e social, o narcotráfico, a corrupção, o militarismo, os aparelhos repressivos e de inteligência à margem de todo controle democrático, o terrorismo de Estado e a impunidade constituem as mais graves ameaças à construção da democracia política na América Latina.

O Foro destacou a importância da luta pela democracia política, entendida como um produto histórico de combate de povos. Afirmou a necessidade de aprofundar a democracia através da combinação de mecanismos representativos e formas de democracia participativa e direta, integrando lutas institucionais com lutas sociais. Ressaltou, igualmente, a necessidade de reconhecer e incorporar a pluralidade étnica e cultural, e a igualdade de gênero no exercício da democracia.

A defesa e o aprofundamento das conquistas democráticas passa, também, pela luta contra a corrupção, transformada em prática cotidiana das elites políticas latino-americanas, em suas expres-

sões tradicionais e neoliberais. A corrupção é um problema político e ético que põe em evidência as tentativas das classes dominantes de “privatizar” cada vez mais o Estado, subordinando-o ao serviço dos seus interesses corporativos e particulares.

A democracia é incompatível com a sobrevivência do colonialismo, que subjuga diversos povos do nosso continente e com as restrições à soberania, e à independência impostas aos nossos países pela dominação externa, econômica e política.

É evidente que o presente estado da economia e da política no continente conduz a uma persistente violação dos direitos humanos dos nossos povos, provoca revoltas sociais e ações desesperadas, assim como uma ampla mobilização popular de rejeição ao neoliberalismo. É preciso que as nossas forças políticas contribuam para a orientação e organização das lutas sociais com uma perspectiva política de transcendência histórica.

Para vencer os desafios colocados pelo quadro de miséria social, crise ética, instabilidade social e política e autoritarismo, é necessário passar da denúncia e da resistência para propostas e ações alternativas concretas.

Diante destes desafios, e no que diz respeito a processos eleitorais no que resta de 1993 e em 1994, várias das forças integrantes do Foro disputarão a presidência ou os governos dos seus países, em eleições nacionais, como nos casos do Brasil, Colômbia, Chile, El Salvador, México, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Eleições limpas e democráticas é uma palavra de ordem que o Foro apoia em todos os casos.

Urge, portanto, formular e implementar projetos de desenvolvimento que, expressando os interesses e a força organizada de movimentos populares, apontem para um crescimento econômico sustentado e independente, ambientalmente equilibrado, e com distribuição equitativa da riqueza, num contexto de aprofundamento da democracia em todos os terrenos.

O eixo deste projeto são as mudanças econômicas, políticas e sociais que permitam o acesso das grandes maiorias ao emprego, ao consumo, à propriedade e aos direitos cidadãos. Este projeto deve também evitar a degradação ecológica provocada pelo afã de lucro desmedido e pela pobreza extrema.

Não se pode aceitar a fórmula “primeiro crescer e depois distribuir”, há que se definir uma estratégia de crescimento com distribuição.

O projeto que queremos supõe combinar a existência do mercado com uma função reguladora do Estado – exceto nas colônias – e a enérgica promoção das mudanças estruturais necessárias para configurar o desenvolvimento com democracia e com justiça social e, em particular, para garantir as políticas sociais: educação, saúde, habitação, transporte etc.

Vivemos um processo de crescente globalização da economia: um projeto de desenvolvimento não pode desconhecer esse processo. Mas, nele, os Estados Unidos pretendem que a América Latina e o Caribe sejam um simples apêndice submetido a sua economia, articulado ao redor dos interesses do grande capital. Isso coloca diante de nós, mais uma vez, a essencial necessidade da integração continental dos nossos povos e nações.

A integração deve ocorrer, em primeiro lugar, no interior da América Latina e no Caribe, como um processo político e econômico que nos articule como um bloco político e que nos potencialize no sentido de complementar e compensar as diferenças das nossas economias. Somente uma comunidade latino-americana e caribenha de nações, econômica e politicamente integrada, terá força para se recolocar, com independência, num mundo hoje controlado pelos grandes blocos econômicos e suas políticas adversas aos interesses dos nossos povos.

Independência, desenvolvimento, democratização e integração não devem ser processos separados, nem consecutivos, mas sim integrados, interativos e contemporâneos da nossa atividade econômica e política.

A integração deve comportar atividades produtivas, articulações políticas e objetivos sociais visualizados numa perspectiva continental. Por isso, é preciso e viável, ademais, fomentar a pesquisa científica e tecnológica comum, compartilhando os recursos humanos e naturais, oferecendo acesso aos avanços das nossas universidades e centros de pesquisa.

O IV Encontro percebe que nas relações hemisféricas do atual governo norte-americano continuam prevalecendo as políticas de administrações anteriores. A presença militar no Panamá, a ilegal ocupação da base de Guantánamo, a manutenção do bloqueio a Cuba, o intervencionismo, associado ou não à luta contra o narcotráfico, assim como as pressões políticas e econômico-comerciais sobre nossos países, constam entre as situações que devem mudar radicalmente, se o que se deseja é concretizar uma relação efetivamente nova entre América Latina e o Caribe, de um lado, e Estados Unidos, do outro. É necessário que este último respeite o exercício da autodeterminação dos nossos povos e, em consequência, a pluralidade de sistemas econômico-sociais no nosso continente.

O Foro de São Paulo registra como uma inaceitável e persistente realidade o status colonial de Porto Rico, Guiana Francesa, Martinica, Guadalupe e outros territórios coloniais, fazendo sua a causa da independência nacional e da autodeterminação para os seus povos, assim como o reconhecimento da soberania argentina sobre as Malvinas.

O IV Encontro expressa o seu respaldo aos esforços que na América Central realizam a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e a Unidade Revolucionária Guatemalteca (URNG) por fortalecer os processos de paz que se desenvolvem na área e pela flexibilização e concertação de políticas a favor das classes populares. Da mesma forma, acredita que é de extrema importância a retomada das negociações na Colômbia para uma solução política do conflito armado e condena a estruturação de um regime autori-

tário e militarizado pseudo-constitucional no Peru, que não contribuirá para resolver os graves problemas desse país irmão.

Apoia, igualmente, a luta do povo do Haiti encaminhada a restituir a democracia e a constitucionalidade, mediante a reinstalação sem condições do seu legítimo presidente, e adverte contra a utilização do Acordo de Nova Iorque como pretexto para o intervencionismo militar estrangeiro nesse país.

O Foro de São Paulo considera que é válido e necessário lembrar que no centro dos antecedentes que deram origem a estes conflitos já relacionados, que com uma ou outra intensidade tiveram lugar historicamente no continente, estão: a violação sistemática dos direitos humanos, a dependência, a injustiça social e as atrocidades ditaduras, fatos e situações por cuja erradicação definitiva e completa devem continuar lutando infatigavelmente todas as forças patrióticas, democráticas e progressistas da América.

No plano internacional, por fim, o Foro declara que é necessário batalhar pela construção de uma nova ordem mundial, cujo conteúdo já precisamos no III Encontro de Manágua.

A atual situação no âmbito dos organismos supranacionais, gestados à luz de outras realidades mundiais, manifesta-se em forma absolutamente injusta e carente de garantias. O caráter com que é invocado e usado o direito internacional e as próprias Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança, condiciona e atropela a soberania e a independência dos Estados. Sob o pretexto de fins legítimos, a interpretação das normas é enviesada, e elas ficam em função dos interesses das grandes potências; ao mesmo tempo em que estão condicionadas pela hegemonia militar dos Estados Unidos. Exemplos disso são a recente agressão ao Iraque, a ocupação militar da Somália com pretexto humanitário, a ameaça nuclear imperialista sobre a Coreia e as sanções à Líbia. Para completar, as Nações Unidas desconhecem as resoluções que o seu próprio Conselho de Segurança acordou, em qualidade de obrigações, para

Israel, enquanto, nos fatos, faz-se cúmplice das agressões e do drama de que é objeto o povo palestino na sua luta pelo estabelecimento de um Estado independente.

Após os desconcertos, frustrações e vazios dos últimos anos, o IV Encontro se realiza num momento em que ocorre uma ascensão das lutas populares e são alcançados progressos na busca e renovação do pensamento da esquerda latino-americana e caribenha.

Estamos decididos a avançar por novos e criativos caminhos de luta e de vitória!

Havana-Cuba, 24 de julho de 1993

Declaração de Montevideu

Reunido em Montevideu, República Oriental do Uruguai, de 25 a 28 de maio de 1995, o V Encontro do Foro de São Paulo, com a presença de 65 delegações da América Latina e do Caribe e observadores da Europa, África, Ásia, América e Austrália, constituiu uma reafirmação de forças dos partidos e movimentos de esquerda do Continente.

Centenas de delegados de toda a América Latina e Caribe foram calorosamente recebidos por seus companheiros, militantes dos partidos que integram a Frente Ampla do Uruguai.

A cidade de Montevideu, governada desde 1990 pela Frente Ampla, foi o cenário de um debate de grande significado sobre a situação atual da América Latina e sobre as alternativas que se abrem para os trabalhadores e para o movimento popular na atual conjuntura marcada pela grande ofensiva econômica, política e ideológica do neoliberalismo.

Nós, assistentes ao V Encontro do Foro, dedicamos a nossa atenção à análise da situação econômica, social e política da América Latina e do Caribe, ao intercâmbio de experiências na construção de projetos alternativos para o desenvolvimento e a integração, assim como a avaliar as nossas perspectivas.

Nos nossos debates constatamos o incremento da combatividade dos movimentos populares, que se expressou no seu crescimento, diversificação e fortalecimento organizativo, bem como num importante desenvolvimento das suas lutas, através de greves, protestos, manifestações, cortes de estradas e outros meios, entre os quais

se destaca a rebelião no Chiapas, caracterizada pela irrupção de novas formas de expressão, de democracia e poder popular.

Todas estas manifestações indicam um caminho e põem na ordem do dia a necessidade de que nós, forças progressistas e revolucionárias, desenhemos, promovamos e construamos ao mesmo tempo um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social, mas fundamentalmente um modelo alternativo de democracia e novas formas de poder popular.

Essas lutas têm como resposta fortes medidas de repressão policial ou institucional encaminhadas a calar a resistência popular. Esse modelo de democracia restringida desconhece o direito soberano dos nossos povos e a soberania das nossas nações.

Simultaneamente, incrementou-se o papel de gendarme dos EUA, que no contexto da unipolaridade militar em escala mundial, utiliza o Conselho de Segurança da ONU e iniciativas particulares para impor pela via da intervenção militar direta a sua injusta ordem e o seu modelo, empregando todo tipo de pretexto e considerando a sua soberania como a única válida neste mundo. Enfrentar e derrotar essa proposta hegemônica é um dos grandes desafios do presente.

Os partidos e movimentos presentes neste V Encontro puderam avaliar de perto o importante resultado eleitoral do Encontro Progressista e da Frente Ampla, que há poucos meses obtiveram nas eleições presidenciais mais de 30% da votação nacional, afirmando-se como efetiva alternativa de governo no país.

As eleições realizadas em 14 países da América Latina entre novembro de 1993 e maio de 1995, embora não tenham alcançado as perspectivas manifestadas no IV Encontro de Havana, foram, no entanto, o melhor resultado global que as esquerdas já obtiveram até hoje.

Apesar da falta de equidade na qual se desenvolveram esses processos, os partidos que integram o Foro de São Paulo elegeram mais de 300 deputados, mais de 60 senadores, vários governantes, cen-

tenas de prefeitos, além de milhares de vereadores municipais, perfazendo a quarta parte do total do eleitorado dos países.

É de fundamental importância realizar uma análise descarnada das nossas propostas programáticas, dos nossos canais de comunicação com amplos setores e dos nossos níveis de inserção social, para compreendermos por que, em muito países, setores empobrecidos da população votaram nos candidatos conservadores.

Para que possam continuar constituindo uma alternativa de poder, as esquerdas têm que expressar – contra as posições neoconservadoras – as aspirações sociais, nacionais e democráticas dos setores organizados da sociedade, ao mesmo tempo em que anseiam ser a voz dos que não têm voz, em consequência da exclusão em que vivem.

Integração econômica e alterativas ao modelo neoliberal

Durante as últimas décadas, a economia e a política mundial têm estado imersas num processo de profundas mutações. O neoliberalismo constitui a pedra angular para implementar a atual agenda do capital frente ao trabalho. A partir desse esquema, pretende-se avançar no processo de integração subordinada dos países periféricos aos centros de poder, explorar ao máximo as potencialidades das novas tecnologias, ampliar e controlar os mercados, transitar para uma nova divisão das zonas de influência e consolidar as já existentes.

Nesse contexto, a Cúpula das Américas, celebrada em Miami em dezembro de 1994, representa a culminação da primeira fase de um processo direcionado a implementar um novo desenho de “segurança coletiva” e a fortalecer um modelo de integração ainda mais subordinado e dependente dos Estados Unidos.

Os modelos neoliberais impostos são acompanhados pela tentativa de legitimar democracias tuteladas e excludentes que têm como finalidade impedir a plena participação política e econômica das

grandes maiorias, restringir a luta por demandas justas que ponham em questão esse modelo e, em alguns casos, colocar as Forças Armadas como garantidoras do sistema.

Nos quase dois anos que separam a reunião de Montevideu do Encontro de Havana, o processo de integração continental sofreu importantes mudanças.

Para iniciar o processo de negociação do ingresso nas áreas de livre comércio, o governo norte-americano impõe importantes condições, a saber: pagamento pontual do serviço da dívida externa às custas do bem-estar da maioria da população, severos ajustes estruturais, diminuição de salários e do emprego, desindustrialização, redução do gasto público, desregulação econômica, privilégios para o capital especulativo, privatização indiscriminada de empresas públicas e abertura unilateral das economias latino-americanas, entre outros. Requisitos estes que estão provocando efeitos muito negativos nas economias da região.

O neoliberalismo, após a crise de dezembro de 1994, demonstra ainda mais a sua incapacidade de consolidar um regime de investimentos produtivos. Não consegue garantir as transformações sociais que os nossos povos precisam para alcançar um desenvolvimento sustentável, nem criar as condições para conduzir um processo de integração que responda aos desafios da nova situação internacional. Pelo contrário, provoca maiores níveis de pauperização em amplos setores da população, sobretudo entre as mulheres e a juventude, eliminando importantes conquistas sociais.

Somos conscientes de que os países da América Latina devem se inserir na economia mundial, num contexto internacional que mudou e oferece novas oportunidades e desafios. Mas sustentamos que essa integração na economia internacional deve ser guiada pelos interesses nacionais, que são os das grandes maiorias.

Defendemos um desenvolvimento sustentado, generalizado em todos os ramos, setores e regiões de cada país; um desenvolvimento

no qual a eficiência e a produtividade crescentes se reflitam em melhores níveis de vida para a maioria da população. Um desenvolvimento no qual o Estado assumira o seu papel de regulador da economia e garantidor do bem-estar e da justa distribuição da renda.

Sem integração social e econômica interna em cada país, é impossível sustentar qualquer projeto integrativo regional. Para a integração social é imperioso consolidar e desenvolver as democracias pela via do protagonismo permanente dos povos.

Aspiramos a que a integração latino-americana e caribenha não se limite a uma liberalização comercial e de investimentos. Concebemos o objetivo último da integração como o desenvolvimento conjunto e complementar dos setores produtivos e de serviços entre os diferentes países da região, para não sofrermos as consequências do mercado mundial dirigido pelas transnacionais.

O desenvolvimento não pode ser conduzido pelo mercado. Um conceito integral desse processo supõe a integração de todos os membros da sociedade e dos fatores produtivos nacionais e regionais.

Não é saudável reduzir os nossos objetivos unicamente ao terreno da economia. Também devemos procurar a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento conjunto de políticas sociais, sobretudo nos setores da educação, da saúde, da construção e preservação das identidades culturais latino-americanas e caribenhas como meio de contrarrestar as perniciosas tendências impostas às nossas sociedades pela chamada “cultura de massas”.

A integração regional deve preservar um espaço indígena e de outros grupos étnicos raciais e culturais que compõem o rico leque da nossa especificidade e identidade continental.

Algumas áreas nas quais seria imperativo atuarmos unidos são as seguintes:

- Lutar para derrotar em escala continental o modelo neoliberal imposto pelo FMI, Banco Mundial e Estados Unidos, formulando um projeto alternativo de poder que implique democra-

cia política real, democracia econômica e social e participação e protagonismo do nosso povo em tudo o que diz respeito a direitos e deveres.

- Lutar pela reestruturação, em benefício dos povos, dos atuais mecanismos de integração regional.
- Revitalizar as negociações dos países latino-americanos, para estabelecer um comércio internacional equitativo que facilite o acesso dos nossos produtos aos mercados mais desenvolvidos.
- Promover a renegociação conjunta da dívida. Isso exige corresponsabilidade, reconhecimento da incompatibilidade entre o pagamento da dívida nas condições atuais e a recuperação de um desenvolvimento sustentado; redução do principal e dos juros; transferência líquida de recursos do Norte para o Sul para reiniciar um crescimento ordenado e socialmente justo; e desconhecimento das dívidas ilegítimas.
- Definir uma plataforma comum da América Latina em matéria de comércio internacional ante os acordos tomados no GATT – hoje OMC – e que afetam os interesses dos povos latino-americanos.
- Negociar conjuntamente convenções internacionais para terminar com a sistemática violação dos direitos humanos dos trabalhadores migrantes nos países desenvolvidos.
- Intervir nas instâncias parlamentares e representativas da sociedade no plano regional, em especial junto aos setores mais impactados pela integração, para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades dos nossos povos.
- Demandar o cumprimento, por parte dos governos que positivamente endossam o acordado pelo Pacto de San José de Costa Rica, quanto à imprescritibilidade dos crimes de lesa humanidade.
- Defender integral e incondicionalmente os direitos humanos e promover a solidariedade com todas as lutas sociais, em especial quando elas motivam atitudes repressivas dos governos.

Fortalecer os movimentos e as diversas demonstrações a favor da ética na política.

- Defender os direitos dos grupos indígenas e dos camponeses, da juventude, dos trabalhadores, das mulheres e das classes médias, principais vítimas da exclusão e da pauperização ocasionada pelas políticas neoliberais.

Companheiras e companheiros, cidadãos desta pátria grande que são a América Latina e o Caribe, a luta continua. A grande tarefa histórica do nosso tempo é continuar e coroar o sonho dos libertadores, conquistando o direito ao pleno exercício da independência, da soberania, da democracia, da justiça e do bem-estar para os nossos povos e nações.

O V Encontro do Foro de São Paulo exorta à unidade e à construção de espaços de concertação de todas as forças políticas, sociais e produtivas, democráticas e progressistas para enfrentar a ofensiva neoliberal no continente.

O Foro de São Paulo se solidariza com os irmãos cubanos e condena o criminoso bloqueio imposto a eles pelo governo dos Estados Unidos da América. Também rejeita energicamente o projeto de lei Helms-Burton, que viola os direitos humanos do povo cubano e as normas que regem a soberania dos Estados, assim como pretende, de maneira brutal, reinstaurar a injustiça social e destruir as conquistas econômicas, políticas e sociais da revolução.

Povos da América Latina e do Caribe: o V Encontro do Foro de São Paulo nos convoca ao esforço persistente, ao trabalho, à luta para construir a grande pátria latino-americana e caribenha; para conquistar a nova independência, a liberdade plena e a felicidade que nos têm sido negadas.

Façamos realidade o sonho dos nossos heróis e mártires!

Reconstruamos a esperança!

Montevidéu-Uruguai, 28 de maio de 1995

Declaração final do VI Encontro

O VI Encontro do Foro de São Paulo, reunido na cidade de San Salvador, República de El Salvador, entre os dias 26 e 28 de julho de 1996, com a presença de 187 delegados pertencentes a 52 organizações membros, 144 organizações convidadas representadas por 289 participantes e 44 observadores pertencentes a 35 organizações da América, Europa, Ásia e África, significou tanto um progresso político como organizativo de relevância continental, e constituiu um evento de enorme transcendência nacional. O Foro se reafirma como o espaço de confluência das esperanças dos despossuídos da América Latina e do Caribe. A repercussão do evento e os laços criados com o povo salvadorenho e a FMLN superaram as expectativas e mostraram uma constante e progressiva ascensão no seu amadurecimento.

O Foro se afirma em sua caracterização como um espaço anti-imperialista de encontro, ação, solidariedade e formulação de projetos alternativos no movimento democrático e revolucionário da região, no qual convergem correntes de diversas origens. A diversidade, que no passado foi a causa de muitas divisões, hoje se transforma em um fator de enriquecimento do debate de ideias, de propostas e ações comuns, partindo da imperiosa necessidade de derrotar o neoliberalismo.

Foi possível constatar a importância do cumprimento das tarefas resolvidas no V Encontro de Montevideú, expressas na realização da Oficina sobre Fluxos Migratórios no Continente Americano, no México, no Encontro de Parlamentares pela Soberania e Inte-

gração na América Latina e no Caribe, em Havana com a participação de 153 parlamentares de 19 países e no Simpósio sobre Integração Caribenha realizado em Guadalupe.

O VI Encontro incluiu em seu funcionamento as valiosas contribuições das oficinas realizadas dias antes de sua inauguração, como o Encontro Cultural Latino-Americano “Roque Dalton”, a Primeira Oficina Continental de Mulheres e a Oficina Continental sobre Meio Ambiente “Chico Mendes: continuamos lutando pela vida”, e o Primeiro Encontro de Jovens da América Latina e do Caribe.

O tema do documento preparatório do debate central foi “Crise e Alternativas ao Neoliberalismo”, desenvolvido numa mesa de trabalho que permitiu aprofundar e incorporar contribuições, críticas e propostas. Estamos certos de que, uma vez publicadas, estas constituirão um rico documento ampliado, aberto, de trabalho e debate, entre as esquerdas e as organizações sociais da América Latina e do Caribe. Existe a convicção de que se está frente a um valioso subsídio para a reflexão e a ação.

No debate, os partidos coincidiram em que o documento apresentado pelo Grupo de Trabalho é um esforço importante e construtivo, que contribui para o debate da esquerda latino-americana e que é preciso aproveitar para aprofundar tanto o diagnóstico do processo e da correlação de forças quanto os enfoques e componentes que devem conter a estratégia e o modelo alternativo ao neoliberalismo.

A política neoliberal é a forma assumida pela dominação do capitalismo na conjuntura atual. A batalha contra ele, sua derrota, é a condição fundamental para poder chegar a formas de organização econômica, política e social que superem as injustiças da sociedade capitalista.

Nesse sentido, considera-se que após dez anos de aplicação do modelo econômico neoliberal, os resultados para a generalidade dos países da América Latina e do Caribe são essencialmente os mesmos e afetam cada vez mais novos setores da economia nacional e a fraca integração existente. Ao lado do desigual crescimento econô-

mico e da relativa estabilidade conjuntural macroeconômica exibidos como êxitos, os países têm sofrido uma grave deterioração das condições de vida das imensas maiorias empobrecidas do continente, ampliando como nunca a brecha social e acelerando a destruição já muito alastrada da natureza.

Paralelamente, são produzidos outros desequilíbrios estruturais enormes, incluído o desmantelamento de uma parte importante das bases produtivas, acentuando insustentáveis déficits comerciais e persistindo o endividamento externo que limita e bloqueia as possibilidades de desenvolvimento econômico e social a médio e longo prazo.

Da mesma forma, a desindustrialização, o desemprego, a terceirização e informalização das economias se aprofundam e a sociedade se decompõe, afetando os valores de solidariedade e justiça social, pilares essenciais na construção do nosso modelo alternativo. Fica enfraquecida a capacidade de organização autônoma dos movimentos sociais, entre eles os sindicatos, e mais forte a tendência à imposição autoritária sobre o protesto emanado pelos diversos setores atingidos da sociedade.

Ao mesmo tempo, e como mostra da permanente busca de respostas dos povos, surgem e se organizam novos protagonistas sociais, além de se recomporem antigos instrumentos de luta. Irrumpem germens de novas formas de expressão política, de democracia e de construção de poder popular, determinados pelo intuito de eliminar as intermediações e a suplantação social e política.

Houve uma deterioração das atividades agropecuárias, industriais e comerciais vinculadas à produção nacional, com a conseqüente marginalização de amplos segmentos populacionais, incluindo camadas médias, pequenos e médios empresários, e inclusive setores da burguesia que não resistem às novas regras monopólicas e oligopólicas da concorrência impostas pela chamada liberalização.

A implantação do esquema neoliberal e a polarização social resultante, não só se expressa com conseqüências no campo econômico

co e social, mas também muito profundamente nos campos político, jurídico e moral. É assim como se incrementa, a partir do poder, a perda das referências éticas e a potencialização dos fenômenos de corrupção. Tudo isso reduz a credibilidade nas instituições, aumenta o abstencionismo eleitoral e a desconfiança nos sistemas políticos, nos partidos, e alarga a dificuldade dos processos democratizadores. Pretende-se socavar e exterminar a identidade cultural dos nossos povos, para impor de maneira implacável a cosmovisão contida nesse modelo.

Reafirma-se, desta forma, o que sustentamos em instâncias anteriores: que neoliberalismo, desenvolvimento e democratização política, econômica e social são antagônicos e incompatíveis. Com a justificação da defesa de sua concepção da “democracia”, da luta contra o narcotráfico, incrementa-se a ingerência do imperialismo norte-americano e seus planos anexionistas, que violentam a soberania dos povos. No Caribe, às consequências das políticas neoliberais soma-se a hipócrita persistência do colonialismo.

Diante dessa realidade, os partidos integrantes do Foro de São Paulo, como está colocado no documento central do debate e nas iniciativas separadas, resolvem impulsionar e apoiar todas as iniciativas tendentes a elevar a participação e decisão democrática dos povos em prol do desenvolvimento econômico e social, sustentável e com equidade, da preservação da vida no planeta, da defesa da soberania e da identidade nacional, da defesa dos direitos inalienáveis do ser humano, da superação das desigualdades entre os gêneros e a superação de todo tipo de discriminação social, étnica e cultural. Devemos ser nós os portadores de valores como a honestidade, a verdade, a simplicidade, a transparência, o respeito pelo coletivo, pelo autônomo e pelo solidário, a luta para encontrar e fazer prevalecer a verdade e o interesse majoritário.

A mais extensa e ativa mobilização e concertação popular envolvendo todos os setores da sociedade é a única garantia para que as

propostas contidas no documento central debatido e ampliado encontre maiores horizontes, amplie os limites que querem nos impor, tanto no campo político quanto no comercial, financeiro, produtivo e social.

A derrota do modelo neoliberal depende fundamentalmente da capacidade dos movimentos políticos e sociais para gerar uma correlação de forças favorável que permita as melhores condições para desenvolver o projeto popular alternativo. Isso requer elevar as formas de organização e participação popular de baixo para cima e em todos os âmbitos da vida cotidiana, através das diferentes formas de ação política, eleitoral, social, econômico-reivindicativa, cultural, onde possamos ir construindo espaços de poder popular, novas relações sociais e políticas que permitam avançar rumo a uma sociedade mais digna, justa, fraterna, equitativa e solidária.

Nesse sentido, a experiência do povo e do governo cubano para recompor a sua economia e sustentar as conquistas sociais e políticas da Revolução é fundamental para os membros do Foro, e hoje mais do que nunca constitui um objetivo incondicional a sua defesa diante do bloqueio e do caráter anexionista, extraterritorial e criminal da Lei Helms-Burton.

Paralelamente ao debate do documento central, foram desenvolvidas Mesas de Trabalho agrupadas em: Parlamentares, Gênero, Migrações, Meio Ambiente, Encontro Euro-Latino-americano, Encontro com Organizações dos EUA e Canadá, Mesas estas que sugeriram importantes resoluções, posteriormente adotadas em Plenário pelo VI Foro e incorporadas como anexos desta Declaração.

Da Mesa de Gênero surge que o VI Encontro do Foro de São Paulo recomenda a suas organizações integrantes incorporar o enfoque de gênero como instrumento para a análise e elaboração de programas e políticas. Além de manter o tema na agenda permanente do Foro.

A luta contra o neoliberalismo e a busca de uma nova ordem econômica e social, demanda a participação ativa das mulheres e, por-

tanto, requer que as organizações assumam os interesses estratégicos e as práticas das mesmas.

Entende-se como necessário denunciar com energia as violações aos direitos humanos e trabalhistas das mulheres nas maquilas e diante do exercício crescente e generalizado da violência de gênero no âmbito familiar, de trabalho e social.

Da Mesa de Trabalho de Migrações, destacam-se: a elaboração e aprovação da Declaração dos Direitos Universais dos Trabalhadores Migratórios e de suas Famílias; a exigência feita aos governos dos países receptores de imigrantes no continente, da subscrição e/ou ratificação de todas as convenções internacionais relativas aos direitos desses trabalhadores; o apoio solidário à realização da Marcha dos Pobres da América Latina, prevista para o dia 12 de outubro deste ano, em Washington DC.

Na Mesa de Meio Ambiente, destacou-se a necessidade de promover marcos legais que regulem os aspectos relacionados com a defesa do meio ambiente, que incorporem o delito ecológico, que promovam um processo de conscientização no interior das sociedades sobre o tema, bem como ações para impedir que o continente seja utilizado como depósito de tóxicos e resíduos químicos e radioativos e gerem condições favoráveis dentro do marco legal, para evitar a patente sobre organismos vivos e para regular e controlar as ações da engenharia genética e proibir a manipulação de organismos do ecossistema.

Da Mesa de Trabalho Cultura e Identidade dos Povos, surge a preocupação de fazer da identidade cultural um eixo transversal do nosso pensamento. Para tanto, a cultura e a identidade devem ser dimensionadas de maneira integral, ligada à vida cotidiana e confrontando as políticas de penetração cultural imperialistas, devendo lutar para resgatar a memória histórica como uma riqueza moral das nossas sociedades e como um instrumento de transformação da realidade. Reiterando a nossa posição de luta pelo respeito à di-

versidade cultural dos povos indígenas, e do seu direito a desenvolver autonomia democrática nos campos econômico, político e social.

A Mesa de Parlamentares acordou propostas organizativas para dar continuidade aos trabalhos de coordenação dos partidos políticos do Foro que vêm sendo realizados desde o V Encontro. Sugeriu-se fortalecer a presença com propostas conjuntas nos fóruns parlamentares sub-regionais, regionais e internacionais. Entre as propostas operacionais, resolveu constituir um Comitê Permanente de Contato e Acompanhamento de Parlamentares do Foro, prévio ao VII Encontro.

A Mesa do Grupo de Trabalho do Foro com organizações do Canadá e Estados Unidos, que significou a primeira aproximação nesse sentido dentro do Foro, pronunciou-se firmemente contra as legislações intervencionistas do governo dos Estados Unidos, a favor do direito à independência ou autodeterminação de Porto Rico e a solidariedade com o seu povo. Pronunciou-se energicamente também contra o racismo e a xenofobia promovida contra os imigrantes por setores ultradireitistas nos Estados Unidos e sobre a necessidade de traçar novas estratégias de solidariedade entre os povos e criar uma rede de comunicação. E acordou a realização de um encontro nos Estados Unidos.

A constituição da Mesa de Trabalho Euro-Latino-americana representa um feito significativo; nela se reafirmou a vontade do Foro de São Paulo de manter um Encontro na Europa com a esquerda em sua acepção ampla, conformando uma comissão promotora para sua viabilização.

Do debate nas diferentes Mesas de Trabalho surgem diversos pontos de vista que é preciso continuar debatendo, estendendo os espaços de legitimação das diferentes posições ao conjunto da sociedade. Sendo o Foro um ponto de encontro para a reflexão e a ação, reconhecemos a contribuição para o enriquecimento de todos emanada desse espaço plural no seio da esquerda.

Foram ouvidas diversas contribuições sobre a origem e a sustentação da democracia, da sua projeção, do seu conteúdo de classe, diferentes valorações sobre o socialismo e as vias para construí-lo, sobre os sujeitos históricos, políticos e sociais, sobre as políticas de aliança tanto no âmbito político quanto no social e a participação da esquerda no governo na atual conjuntura mundial. Constatou-se a necessidade de pensar formas mais concretas para enfrentar o problema da Dívida Externa. O Foro deverá continuar a sua reflexão em diversos eventos sobre essas temáticas no transcorrer deste ano, buscando uni-las à luta diária da população para resistir ao neoliberalismo e aumentar a sua capacidade de ação e decisão política.

Nós, assistentes ao Foro de São Paulo, realizamos um reconhecimento muito especial aos heróicos combatentes caídos da FMLN e ao povo salvadorenho, que, com sua luta e sua vida, ajudaram a gerar as condições que possibilitaram a realização deste VI Encontro.

O Foro de São Paulo está aberto aos movimentos sociais e à criatividade operária e popular, dispostos a recriar a esperança, decididos a fundar a verdadeira democracia, a conquistar o pão e a justiça e encher de alegria a vida de todas e todos os desprotegidos, desamparados e esquecidos da nossa América oprimida, decididos pela solidariedade sem limites, com todas as causas justas e as lutas emancipadoras em todo o planeta.

Nosso pensamento e nossa ação se fundem em arma eficaz contra a injustiça e se constituem em força para abrir os caminhos dos sonhos almejados.

San Salvador-El Salvador, 28 de julho de 1996

Declaração final do VII Encontro

“Lutamos contra a miséria, mas ao mesmo tempo lutamos contra a alienação.”

Ernesto Che Guevara

O 7º Encontro do Foro de São Paulo, que contou com a participação de 158 delegadas e delegados de 58 partidos procedentes de 20 países da América Latina e do Caribe, além de 36 organizações fraternas, caracterizou-se por uma rica discussão acerca das condições sociais, políticas e econômicas na região. Apesar da existência de várias perspectivas e análises diversas, às vezes até divergentes, é indubitável que o Foro foi fortalecido por este encontro.

É preciso destacar, da própria discussão, os vários elementos que definem como e em que termos se perfila a luta política do continente. Em primeiro lugar, é constatado que, após vários anos de hegemonia econômica, política e ideológica do neoliberalismo, presencia-se novamente uma ascensão das lutas populares, democráticas e sociais em praticamente todos os países. Esta ascensão é acompanhada por avanços eleitorais importantes em várias nações da região, bem como pela fortalecimento nacional e internacional de movimentos sociais com grande autoridade moral.

Em segundo lugar, confirma-se a crescente importância e o peso político do qual gozam as alternativas programáticas e políticas das forças que compõem o Foro de São Paulo. O olhar dos povos está crescentemente posto sobre a opção e a viabilidade de governança oferecida a partir das próprias lutas de nossos povos, onde

se expressa a aparição de novas representações e movimentos sociais e políticos.

Em terceiro lugar, o crescimento de novas formas organizativas, tanto sociais, civis, de moradores, rurais, sindicais, de jovens, de mulheres com visão de gênero e cidadãs são uma expressão nítida de um novo dinamismo político e organizativo dos povos. A promoção e o fortalecimento desses instrumentos de participação popular constituem uma nova noção de nossos tempos, de como as pessoas se preparam para as tarefas do exercício do poder.

Em quarto lugar, toda esta ascensão está sendo acompanhada, desde já, por uma resposta dos centros financeiros mundiais e do governo dos Estados Unidos. Eles procuram fortalecer e aprofundar suas alianças políticas e econômicas com os grupos de poder oligárquicos latino-americanos, a fim de questionar a viabilidade da soberania dos países e de seu direito a determinar, sem intervencionismo, o curso que tomarão seus respectivos processos de desenvolvimento.

Por último, em um mundo crescentemente interconectado e intercomunicado percebe-se que se aproximam momentos de grandes definições dos povos. Para estar à altura que estes processos exigem, nós, dos partidos integrantes do Foro de São Paulo, vemos como conveniente desenvolver, nas condições de cada país, as alianças e relações políticas que favorecem a consolidação do projeto democrático e popular contra o neoliberalismo. Este contexto político de incertezas e esperanças oferece a oportunidade de sermos criadores e atores decisivos na conformação do novo poder emergente. A combinação de programas alternativos, de inclusão social e de determinação política são os ingredientes fundamentais para preparar a América Latina e o Caribe para a passagem para o novo milênio e para uma nova vida de nossos povos.

O 7º Encontro do Foro de São Paulo resolveu estabelecer mecanismos de coordenação e discussão permanentes entre seus membros, para cujo fim fortalecerá a ação das secretarias regionais.

Desenvolverá seminários de análise e debate, além de impulsionar espaços de intercâmbio parlamentar, municipal, sindical, de gênero, de juventudes e de direitos humanos.

A necessidade de aprofundar o debate sobre as perspectivas do Foro, suas características orgânicas, sua normatividade e os instrumentos para a unidade de ação são temas a ser desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, em relação com as forças integrantes do Foro, para o 8º Encontro que ocorrerá no México a convite do PRD.

Estamos conscientes de que nossos intercâmbios e debates se desenvolvem nos alvares do Terceiro Milênio, momento no qual o desenvolvimento científico e tecnológico impõe ao mundo transformações inevitáveis e irreversíveis. Nós dos partidos e movimentos políticos do Foro de São Paulo não as ignoramos nem as tememos. A ciência e a tecnologia são conquistas do gênero humano e não podem servir de pretexto para aumentar a miséria social. Nossa luta pretende evitar que elas sejam utilizadas pelo grande capital como instrumento de mais dominação, subordinação, injustiça, desigualdade e exclusão. Nosso objetivo é colocá-las a serviço do desenvolvimento sustentável e equitativo, do aprofundamento e extensão da democracia política, econômica e social, da consolidação da solidariedade e a integração em benefício dos povos e do enriquecimento das relações humanas.

O imperialismo norte-americano aspira a eternizar o *status quo* para seu benefício exclusivo, pretendendo que seu modelo de sociedade, opressivo e espoliador, seja uma consequência inevitável do avanço científico e tecnológico. Estamos convencidos de que, pelo contrário, esse avanço mostra a capacidade da humanidade para resolver todos os problemas fundamentais que ameaçam sua existência. O modelo neoliberal concebe o desenvolvimento como a condição na qual as elites podem acumular mais riqueza às custas do crescimento da pobreza, da marginalização e da exclusão de uma crescente faixa da população mundial. Afirmamos que o objetivo supremo do desenvol-

vimento deve ser a satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano, com justiça social e harmonia com a natureza. Com as alternativas que defendemos, aspiramos a colocar o conhecimento humano a serviço dos povos e sob seu estrito controle.

O neoliberalismo, como nova expressão da acumulação capitalista, impulsionado pela hegemonia norte-americana e pelas agências financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, aumenta e concentra o fluxo impetuoso de capitais e mercadorias das grandes potências destruindo as barreiras e erodindo a soberania das demais nações. Cresce a perda de fontes de trabalho e a deterioração das já prejudicadas condições de subsistência das maiorias. Os três grandes blocos dominantes impõem uma abertura unilateral aos países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo que se constroem novos muros para que os trabalhadores não possam migrar atrás de um emprego escasso, precário e mal remunerado. A globalização neoliberal pretende que as fronteiras nacionais se mantenham apenas como barreiras de contenção dos migrantes. Cresce o racismo e a xenofobia. Globalizam-se os mercados submetendo-os aos interesses das grandes potências. Propaga-se a pobreza, o desemprego, a marginalização, a polarização e a exclusão. Uma faixa crescente da população mundial, nações inteiras e até continentes são classificados como inviáveis, privados de suas identidades culturais e submetidos às consequências da destruição ambiental do planeta, sobre a qual se sustenta o consumo opulento das elites. Esse mundo do sem futuro é o que nos oferece o neoliberalismo.

O processo da globalização neoliberal implicou uma crise com diferentes tentativas de reestruturação dos instrumentos dos partidos tradicionais, o que desarticulou, no geral, o bloco histórico dominante e agravou os conflitos e contradições do próprio modelo. Os processos de restauração autoritária e de revanche neoliberal, como na Nicarágua, procuram reverter o acumulado pelas forças populares e democráticas, particularmente a luta pela preservação

da propriedade em mãos de setores populares. O autoritarismo se torna, em casos como o Peru, uma das tendências pelas quais os governos, recorrendo a fachadas pseudodemocráticas, violentam o estado de direito, agridem a imprensa independente e as forças de oposição e concentram o poder para conter e reprimir a crescente resposta dos setores populares à crise social e econômica.

Com a globalização neoliberal os centros da hegemonia se deslocam para o estrangeiro e tornam obsoletas algumas das estruturas dos instrumentos para a atividade política. A reestruturação dos partidos é determinada, então, pela funcionalidade que obtenham frente ao modelo. Isto é válido também para nossos espaços do pensar e agir político, onde o nacional deve ser pensado a partir do mundial e o local a partir do nacional, sem que isto implique desconhecer a particularidade que cada um representa.

Aparece uma grande diversidade de novos atores sociais e renova-se o perfil dos já existentes. As reivindicações de gênero, ambientais, raciais, étnicas e muitas outras, que no passado eram agregadas politicamente aos partidos, criam seus próprios espaços políticos e desenvolvem sua autonomia. Surge uma ampla gama de explorados e excluídos que contemplam a possibilidade e a necessidade de criar um novo universalismo emancipador. Ao mesmo tempo, existem setores que tendem a uma postura crítica em relação ao modelo, como é o caso de camadas médias, pequenos e médios empresários e também capitais nacionais de relativa envergadura.

No contexto de nossa diversidade, na qual coexistem diversas visões sobre o futuro e a forma de sua concreção, coincidimos na necessidade de desenhar e executar programas capazes de representar e organizar os trabalhadores e as grandes maiorias populares. O desafio consiste em articular todas essas forças em um projeto político e social capaz de incluir o conjunto no exercício pleno de sua diversidade e sua autonomia, mas reivindicando em seu seio a necessidade da cooperação e da unidade política e de ação para derrotar o neoliberalismo.

Nesta direção, para que nós, forças de esquerda, sejamos consequentes articuladores de amplos movimentos de oposição e coalizões de governo, torna-se fundamental possuímos nitidez programática, flexibilidade tática e instrumentos de ação capazes de assegurar nosso peso específico e independência. É por isso que estamos desenhando programas amplos que cumpram uma dupla função: promover e aprofundar mudanças capazes de desatar uma dinâmica de luta que derrote a histórica hegemonia das elites dominantes e crie as condições para solucionar os problemas urgentes de nossos povos, ao mesmo tempo que realize uma transformação política e econômica de caráter mais profundo e que avance em direção a uma nova sociedade mais justa e igualitária.

Nós, organizações políticas do Foro, estamos derrubando definitivamente as barreiras artificiais entre o político e o social como elemento imprescindível de verdadeiras alternativas. Esta perspectiva coloca a luta de classes, o social, no centro de nossa atividade e reflete uma vontade expressa de uma nova maneira de fazer política. Movimentos como os Sem Terra e os trabalhadores agrários da CUT no Brasil, assim como o movimento insurgente de Chiapas, demonstram claramente esta tendência de articular o social com o político. Cresce a compreensão de que a satisfação dessa diversidade de reivindicações sociais só será possível com o enfrentamento político à dominação neoliberal.

Diante disso, nós dos partidos e organizações do Foro temos feito intervenções, resistindo a partir de espaços sociais e institucionais, mas também realizamos experiências de profunda transcendência, que em muitos casos mudaram a correlação de forças e influem positivamente na realidade em que sobrevivem os povos latino-americanos e caribenhos. Desde a celebração de nosso Encontro anterior, a esquerda latino-americana também registrou importantes avanços nas lutas populares travadas contra o neoliberalismo no Equador, República Dominicana, Nicarágua, Colômbia e outros países. Nesse contexto destacam-se os sucessos eleitorais da Fren-

te Farabundo Martí para a Libertação Nacional de El Salvador e o Partido da Revolução Democrática do México, tanto no nível legislativo, como nos governos locais e suas respectivas capitais, aos quais se soma a transformação de ambos em segunda força política dessas nações. Outro fato de grande relevância é a conclusão do processo de negociações que, devido ao seu conteúdo, abriu uma nova etapa de lutas para a URNG e o povo guatemalteco, depois de 30 anos de enfrentamento armado, pelo que exigimos do governo desse país seu estrito cumprimento.

Os avanços deste último ano se somam ao desenvolvimento e ao acúmulo de outros processos anteriores. A revolução cubana continua demonstrando que é possível governar e enfrentar a globalização neoliberal com um projeto popular e sem abandonar o princípio gerador de nossa luta: o ser humano. A partir dos governos locais e estaduais temos sido capazes de administrar grandes cidades, combater a corrupção e construir experiências de participação. A proposta de Orçamento Participativo, tão bem-sucedida em diferentes cidades do Brasil, em particular em Porto Alegre, e o processo de descentralização em andamento em Montevideu marcam um caminho, que tende a reduzir o poder burocrático e construir espaços para avançar em formas de participação e poder popular. Nestes crescentes espaços institucionais, estamos desenvolvendo políticas públicas alternativas que reafirmam a responsabilidade do Estado e respondem aos interesses e necessidades da cidadania.

No entanto, na Colômbia aprofunda-se a falta de garantias políticas pelo avanço do terrorismo do Estado, a violação sistemática e maciça dos Direitos Humanos e o desenvolvimento e legalização do paramilitarismo e criminalização do protesto social. A guerra se agrava apesar das manifestações dos movimentos insurgentes para buscar uma solução política ao conflito social e armado.

Cem anos após ter sido invadido pelas forças armadas estadunidenses no contexto da guerra hispano-cubano-americana, Porto Rico continua submetido à dominação colonial. O povo porto-riquenho

luta hoje com tenacidade, por sua nacionalidade, contra a presença militar estrangeira, pela libertação dos presos políticos e por seu direito à autodeterminação e independência. Sua causa é nossa causa. Também nos pronunciamos contra o colonialismo vigente nas Ilhas Virgens e em outros territórios de além-mar como: Guadalupe, Martinica e Guiana Francesa.

Cuba continua resistindo vitoriosamente às agressões, à hostilidade, ao bloqueio e às tentativas de isolamento do governo dos Estados Unidos, que atualmente desenvolve uma nova ofensiva, que inclui a adoção de mais férreas leis e medidas extraterritoriais que fortalecem a mundialmente rechaçada Lei Helms-Burton, combinadas com a crescente utilização de atos de provocação e sabotagem. A Lei Helms-Burton é uma expressão da atual tendência unilateralista da política estadunidense, tendente a impor seus interesses e sua legislação como parâmetro de conduta de outras nações. Esse mesmo unilateralismo se expressa também no estabelecimento dos chamados processos de certificação, na introdução de cláusulas de condicionalidade aos acordos comerciais, na negociação da Zona Hemisférica de Livre Comércio e as pressões para a militarização da luta contra o narcotráfico. É por isso que devemos nos unir mais do que nunca em defesa da soberania nacional, porque ela constitui uma premissa imprescindível para a construção da democracia.

A sociedade que propomos tem que se basear na mais profunda democracia. Trata-se de construir uma sociedade e um Estado democráticos, mediante a efetiva e harmônica combinação da participação com a representação e o poder de decisão. Para isso é necessário enfrentar e superar as múltiplas distorções existentes nos mecanismos participativos e representativos que deformam a vontade cidadã. Por meio deles se desenvolve uma contradição permanente entre o jogo de exclusão política e inclusão política, onde a primeira é a que vai se impondo. O neoliberalismo e a democracia

são cada dia mais excludentes. A democracia alternativa que queremos construir supõe criar os mecanismos que permitam a todo o povo participar da definição e implementação das políticas nacionais e exercer o controle sobre a gestão governamental. Um componente fundamental de nosso programa é contar com parlamentos que tenham capacidade de decisão e independência, junto com o Poder Judicial, frente aos Poderes Executivos e aos grupos elitistas de pressão econômica. Igualmente, é preciso promover uma efetiva democratização dos meios de comunicação de massa.

Nós nos propomos a lutar pela criação de um marco ético, legal e político, frente à gravidade sem precedentes adquirida durante os últimos anos pela corrupção, o tráfico de influência, as vinculações de líderes governamentais, políticos e militares com o narcotráfico e a lavagem de dinheiro e outras práticas ilícitas e degradantes, que vêm justificando diferentes formas de intervenção e conduzem ao retrocesso e a práticas coloniais supostamente superadas. Lutaremos para que prevaleça a justiça e não a impunidade, procurando fazer com que a corrupção, o tráfico de influência e os crimes de Estado sejam exemplarmente sancionados.

A tarefa de reconstruir a máquina produtiva, detendo a crescente desindustrialização das economias, implica desenvolver o parque industrial e impulsionar o avanço tecnológico. Exige que retomemos o controle da economia e dos recursos naturais, a solução do grave problema sobre a posse da terra, assim como o fortalecimento das formas associativas e solidárias de produção. O desenvolvimento estável do gasto social requer o fortalecimento do Estado, o estrito controle financeiro e uma reforma fiscal que, contribuindo para a estabilidade macroeconômica, seja um instrumento para uma distribuição mais justa da riqueza.

Um aspecto essencial de nossa proposta é avançar na criação de uma frente comum de devedores, que nos permita enfrentar conjuntamente a solução da dívida externa. A evolução deste fenôme-

no nos últimos anos deixa claro o reconhecimento implícito dos duros condicionamentos que a dívida impõe e como se mostraram nocivos os mecanismos de troca de dívida por supostos investimentos.

Parece importante combinar harmonicamente a produção com os mercados internos e externos, assim como articular políticas de desenvolvimento de dentro para fora, que promovam a competitividade da indústria nacional. O investimento estrangeiro direto pode vir a ser um fator importante na captação de novas tecnologias e na abertura de mercados, mas precisa ser concebido como complementar à economia nacional e regional. Igualmente, torna-se necessário fortalecer o sistema bancário estatal e cooperativo.

As políticas compensatórias voltadas aos setores excluídos devem ser incorporadas apenas como soluções de emergência para corrigir circunstancialmente situações críticas, enquanto são desenvolvidos os resultados das reformas estruturais. É imperativo assumir políticas ativas no nível industrial, agrário, políticas ativas de criação de emprego que levem a aumentar a participação dos salários na renda nacional, bem como estratégias de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que possibilitem a criação de uma base concreta para harmonizar o crescimento com a distribuição. Neste contexto, deve-se oferecer estímulos à pequena e média empresa por sua capacidade de gerar emprego.

A estratégia de construção do novo modelo econômico e social deve incorporar a visão de gênero. Para isso devemos estabelecer ações concretas para eliminar a discriminação da mulher no emprego e salário, impulsionar programas específicos para a mulher rural e as mulheres chefes de família. Trata-se de gerar programas de formação profissional e adequar as normas de seguridade social, incorporando os direitos das mulheres. Também devemos estabelecer políticas de ação afirmativa que assegurem o acesso das mulheres aos postos de decisão em todos os níveis.

Assumimos que os países da América Latina e do Caribe são constituídos por populações multirraciais, multiétnicas e multiculturais,

onde o racismo, a exclusão e a transculturação são algumas das causas fundamentais que impedem o desenvolvimento das populações negras, mestiças e indígenas. Consideramos que é impossível realizar transformações estruturais em nossos países sem a devida consideração da problemática racial e do caráter estratégico do combate ao racismo, na luta por uma sociedade nova. No contexto da luta por uma nova ordem política internacional, nós nos propomos impulsionar o fortalecimento do apoio e da solidariedade internacional com o continente africano, o qual foi considerado inviável dentro do esquema do livre mercado neoliberal.

Nós, organizações políticas do Foro, devemos assumir de fato as demandas e propostas dos povos indígenas, incluindo-as efetivamente em nossos conteúdos programáticos e práticas políticas, além de assumir suas lutas concretas pela conquista de seus direitos secularmente negados. Abrir mais espaços para a participação indígena nas instâncias de participação e decisão interna, respeitando sua cosmovisão e as especificidades da forma indígena de fazer política e exercer a democracia.

Todas as alternativas têm uma dimensão cultural. Devem responder a uma perspectiva de futuro, a uma utopia necessária, capaz de sustentar as propostas. Elas precisam também de uma dimensão de esperança para manter o ânimo nas situações difíceis e nos fracassos. Precisam de uma ética para conservar as metas da ação e determinar as orientações cotidianas e os meios concretos no desenvolvimento dos compromissos sociais e políticos. Por isso são importantes as referências espirituais e éticas, que na América Latina e no Caribe têm tanta vigência e significação nas correntes cristãs de base e de outras expressões religiosas de compromisso social.

Os debates do Foro giraram ao redor do tema da reforma e da revolução. Alguns companheiros consideram que a reforma é um momento na luta revolucionária, mas que, assim entendida, muitas vezes significou retrocesso, quando não inscrita em projetos transformadores que apontem para os objetivos estratégicos e his-

tóricos de superação definitiva do Modelo de Acumulação Capitalista em sua fase imperialista. Outros companheiros consideram que nessa fase é preciso priorizar a luta democrática, a eleitoral, e lutar por reformas que vão minando a solidez do neoliberalismo.

Existem também diferenças sobre a valorização da luta armada nessa etapa. No Foro coexistem organizações que optaram pela luta armada e outras que, sem praticá-la, a consideram como uma opção válida para determinados contextos e outras ainda que se opõem a essa forma de luta. As diferenças se baseiam na inexistência de um consenso na valorização das novas expressões de luta armada, e no que representam estas expressões nesta fase das lutas sociais.

Todos estes temas continuarão sendo pontos de debate no Foro de São Paulo, e se procurará aprofundá-los tanto teórica e politicamente, como a partir das experiências.

Após trinta anos da queda do Comandante Ernesto Che Guevara e seus companheiros internacionalistas de vários países latino-americanos, os trabalhadores, os camponeses, os jovens, os excluídos e os oprimidos do continente, continuam se identificando com sua figura. São eles os mesmos que nos encorajam e empurram para continuarmos nos unindo à luta pela construção de alternativas ao neoliberalismo, da qual o socialismo continua sendo uma das opções de superação que, seguindo seu exemplo, serão baseadas em profundas convicções éticas que integrem sem fissuras nosso pensar e agir. Trinta anos depois, quando nos dizem que devemos renunciar aos sonhos, à dignidade e à ética transformadora, seu exemplo de vida, sua capacidade de amar enaltece e se personifica nos povos do mundo. No VII Foro de São Paulo, reafirmamos nosso compromisso de solidariedade e luta junto aos trabalhadores e movimentos sociais do continente, com a defesa da causa do povo cubano e com a herança exemplar de Ernesto Che Guevara.

RESOLUÇÃO

O Plenário do 7º Encontro do Foro de São Paulo acorda:

- Aprovar a proposta de Declaração feita pelo Grupo de Trabalho com as seguintes modificações e emendas:
 - 1- Acentuar a importância da luta pela soberania nacional frente à hegemonia do imperialismo norte-americano e à pretensão de subordinar os países a suas políticas e interesses.
 - 2- Afirmar que as alternativas ao neoliberalismo, entendido como uma forma concreta do capitalismo imperialista, vão desde as opções nacionalistas e democrático-populares até as de perspectiva socialista que representam uma opção de justiça social, de participação autêntica das classes trabalhadoras e do povo nas decisões políticas, econômicas e culturais, e de transformação estrutural e qualitativa dos regimes capitalistas dependentes que existem na América Latina.
 - 3- Revisar o conjunto da redação para incorporar a problemática e a terminologia de gênero no texto.
 - 4- Introduzir uma reflexão maior no que diz respeito aos regimes de democracia recortada, tutelada ou militarizada existentes em diferentes países do continente.
- Incorporar a noção de democracia como conceito que implica o aspecto econômico e social junto ao político.

Porto Alegre-Brasil, 31 de julho a 3 de agosto de 1997

Declaração final do VIII Encontro

O VIII Encontro do Foro de São Paulo, dedicado à memória do comandante guatemalteco Rolando Morán, realiza-se em meio à crise do modelo neoliberal e do crescente rechaço aos governos e partidos que o implementaram e que uma vez mais tentam fazer com que sejam os povos aqueles a pagar suas consequências.

A crise, que teve início no sudeste asiático, chegou ao nosso continente e ameaça agravar ainda mais a situação da maioria dos latino-americanos e caribenhos. Os países desenvolvidos desacelerarão seu crescimento e, dentro deles, muitos setores sociais sofrerão as consequências. Mas nossa região – cuja participação no PIB mundial é apenas de 6,1% e tem uma situação de atraso estrutural e dependência, com uma volumosa dívida externa – pagará o mais alto custo social, o que aumentará ainda mais a brecha entre ricos e pobres, assim como também aprofundará ainda mais as desigualdades sociais por razão de gênero, etnia, raça e idade, agravando as consequências na população feminina e infantil. Como nunca antes, a partir de agora ficarão expostas as atrocidades perpetradas pelo neoliberalismo. Como nunca antes, a partir de agora se justificará uma mudança radical nas orientações prevaletentes na região.

Até agora predominou uma orientação segundo a qual impera no mundo uma lógica de globalização neoliberal que leva a propiciar a partir dos governos as melhores condições para a competitividade das empresas transnacionais. Nós acreditamos na lógica de uma

economia humanizada, a serviço da sociedade. Enquanto o imperialismo pretende que o avanço científico e tecnológico leve a eternizar o *status quo*, nós estamos convencidos de que esse avanço mostra a capacidade da humanidade para resolver os problemas que ameaçam sua existência. Ratificamos plenamente o expresso na Declaração Final do VII Encontro do FSP: “O modelo neoliberal concebe o desenvolvimento como a condição na qual as elites podem acumular mais riqueza às custas do crescimento da pobreza, da marginalização e da exclusão de uma crescente faixa da população mundial. Afirmamos que o objetivo supremo do desenvolvimento deve ser a satisfação das necessidades materiais e espirituais do ser humano, com justiça social e em harmonia com a natureza”.

Este panorama mundial é agravado pela crescente hegemonia política dos Estados Unidos e uma situação unipolar no campo militar que habilitou um crescente intervencionismo dessa potência em diversas partes do planeta, seja utilizando os organismos supranacionais ou através de sua ação militar direta.

Como já declarado pelo FSP em encontros anteriores, as críticas que fazemos à ordem internacional vigente não supõem isolar-nos neste mundo contraditório, conflituoso e em globalização, mas sim aproveitar as oportunidades e vantagens que nossa época oferece para o desenvolvimento, o que só será possível com projetos integrais alternativos ao neoliberalismo, capazes de gerar o mais amplo consenso e compromisso de todos os atores sociais afetados, no marco de um projeto de integração regional a serviço dos interesses dos povos, que se sustentem em uma estratégia de poder funcional aos interesses das grandes maiorias nacionais que nos permita acumular forças na direção de mudanças profundas.

É notável que agora se escutem vozes de “autocrítica” no seio dos mesmos organismos internacionais que são responsáveis pelo modelo e insensíveis às aspirações dos povos a uma vida digna. Mas para nós está claro que não existe vontade política de implementar

mudanças substanciais ao modelo, em função dos interesses que historicamente foram defendidos pelas elites latino-americanas.

Corresponde aos povos lutar por mudanças na ordem mundial, que modifiquem drasticamente as condições internas no interior de cada país. A justiça social e a plena vigência dos direitos humanos não serão realidade se não avançarmos em direção a uma sociedade que se proponha eliminar a brecha cada vez maior entre ricos e pobres, e superar as desigualdades de gênero, raça, etnia e idade, utopia que alguns chamamos de socialista e outros chamam de sociedades pós-capitalistas.

Os governos neoliberais pretendem absorver o efeito dos ajustes anunciados após a crise da bolsa, com um assistencialismo pontual que apenas procura impedir a adoção de medidas encaminhadas a uma justa produção e distribuição da riqueza material e espiritual, e às mudanças estruturais que tal objetivo requer. Não podemos aceitar que os responsáveis pela pobreza nos falem da necessidade de erradicá-la, enquanto ocultam a riqueza que se acumula no outro polo cada vez mais reduzido da sociedade, destruindo inclusive as camadas médias e muitos empresários não vinculados ao capital transnacional. É preciso remarcar a responsabilidade dos governos da região que, ao não adotarem medidas para reverter tal situação, estimulam em nossos países uma maior crise social e política, ameaçando de fato as conquistas democráticas.

Diante desta realidade, temos plena certeza de que existem saídas alternativas para a exploração e a desigualdade social e de gênero, a depredação do planeta e a crescente degradação da condição humana. Esses desafios exigem revalorizar, a partir da esquerda, a ação política e o papel dos partidos, para torná-los capazes de cumprir democraticamente a função de representação de amplos setores sociais, de organizar e conduzir as maiorias, com estratégias de poder adequadas para realizar as transformações necessárias exigidas pelas sociedades injustas de nossos países, e governar

identificados com os interesses de suas nações e seus povos. Não há democracia sem política, sem partidos, sem sindicatos e sem movimentos sociais organizados.

Nas condições atuais da globalização capitalista, o poder das transnacionais está reduzindo o papel dos governos para controlar os movimentos do capital – os quais foram acelerados vertiginosamente através da informática – e para conduzir as políticas econômicas e sociais. Paralelamente são promovidas, pelas forças de direita, transformações institucionais, funcionais a esta nova realidade econômica.

É que o sistema não pode se sustentar a não ser pela condição de limitar, sempre mais drasticamente, a participação dos povos na tomada de decisões. Quando não impõe ditaduras ou autoritarismos, encarrega-se de esvaziar de conteúdo as formas democráticas. Em concordância com os dogmas do neoliberalismo, fica decretado que as grandes decisões são puramente opções de natureza técnica. Toda consideração das demandas sociais é desqualificada como populismo. O consenso é proclamado como o modo de ser da política moderna, esvaziando-a assim de sua função de representação dos diferentes interesses sociais. Age-se deliberadamente para limitar o caráter representativo dos órgãos eletivos, para isolar ao máximo da influência e controle do povo os centros de decisão fundamentais.

Por sua vez, luta-se intensamente pela limitação de sua soberania nacional. Resoluções determinantes para o futuro dos povos são transferidas crescentemente a instâncias supranacionais, não eleitas, alheias e inalcançáveis a todo controle popular onde se exerce determinantemente a influência das empresas transnacionais e dos centros imperiais. O FMI, o Banco Mundial, a OMC, o Grupo dos 7, o Fórum Mundial da Economia, reduzem mais e mais o exercício da soberania nacional de nossos países. A isso se pretende acrescentar agora o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que dará às transnacionais a possibilidade de acusar internacionalmente os governos que aprovarem leis que possam afetar seus lucros previstos.

Não aceitamos uma ordem mundial que não é capaz de garantir a própria sobrevivência da humanidade em condições de dignidade. Em meio às complexidades e às incógnitas de nossa era, a esquerda latino-americana e caribenha, reunida no Foro de São Paulo — espaço antiimperialista, antineoliberal e plural de encontro, ação, solidariedade e formulação de alternativas programáticas e de luta — procura conhecer cada vez mais as novas condições presentes no mundo e em cada país, para construir, a partir dessas realidades internacionais e nacionais, projetos compatíveis com seus princípios, mas concebidos não como modelos fechados e definitivos, mas sim abertos, sujeitos à experimentação e à retificação, e impulsionados pelo componente fundamental da participação social.

Toda alternativa ao neoliberalismo requererá, tendo em conta as peculiaridades de cada país, uma aposta efetiva na independência nacional, na justiça social, na igualdade de condições e oportunidades, na solidariedade e na participação, no marco de uma nova democracia, altamente participativa e que vá se aprofundando. Temos princípios mas não receitas para nos movermos em prol desses objetivos — que exigem empreender profundas transformações estruturais, autenticamente revolucionárias — e cada governo de esquerda e progressista, em cada país, em cada âmbito, deverá aplicar com criatividade e perseverança uma política que assegure o direito do povo a construir seu próprio destino.

Nunca antes como agora, e cada vez mais, a esquerda foi convocada a dar uma resposta alternativa. Temos feito valiosas experiências de governo, impulsionado e protagonizado significativas lutas, e temos crescido na consideração de nossos povos, fazendo uma contribuição substancial para construir uma nova sociedade.

Sem pretender enumerar aqui todas as iniciativas que devem ser incluídas em um programa alternativo, nem fazer um desenvolvimento exaustivo delas, é oportuno resenhar alguns dos elementos essenciais a serem levados em conta para estruturar nos-

sas propostas nacionais, populares, democráticas e revolucionárias, cuja aplicação deverá ser ajustada às peculiaridades de cada realidade nacional e às correlações de força em cada lugar e momento, tendo presente o desenvolvimento integral da pessoa.

Será imprescindível deter e reverter o processo de destruição produtiva que tem lugar na maioria dos países da região adotando as medidas estruturais, de política financeira, de crédito, comercial e trabalhista, que promovam o desenvolvimento da indústria manufatureira, do agro – onde é frequente uma forte concentração da propriedade e da posse da terra – e das áreas produtivas em geral. Parte essencial desta tarefa é a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, assim como estabelecer legislações em matéria de comércio exterior e investimento estrangeiro, e políticas de desenvolvimento tecnológico regidas por um projeto autônomo, nacional e regional.

Será necessário combinar harmonicamente a produção para os mercados interno e externo, impulsionar políticas responsáveis em matéria fiscal, bem como articular políticas de desenvolvimento industrial. O sucesso desta política deve ser medido por seu papel no restabelecimento das cadeias produtivas nacionais e regionais, na geração de emprego, na satisfação das necessidades sociais e na configuração de uma economia balanceada.

Um requisito central deve ser o controle dos movimentos internacionais do capital especulativo. Será imprescindível inclinar-se em direção a constituição e ao fortalecimento de blocos entre as economias da região, de acordo com a linha que o Foro de São Paulo veio reafirmando sobre integração como única forma de contrarrestar a ação dos megablocos encabeçados pelos Estados Unidos, União Europeia e Japão. Será necessário revisar os condicionamentos que vieram sendo impostos pelas instituições internacionais de crédito, travando a batalha em todos os âmbitos, aproveitando inclusive os reconhecimentos que começam a ser ouvidos dos próprios organismos financeiros ao ver que “a aldeia está em chamas”.

Na maioria de nossos países devem ser impulsionadas reformas substanciais nos sistemas tributários, de tal maneira que a política fiscal contribua a desenvolver economias produtivas e conseguir uma melhor redistribuição da renda. Deve-se tributar mais aqueles que têm mais e combater a evasão para reverter as situações em que os pobres são os únicos que pagam impostos.

Assegurar processos através dos quais se garanta a participação democrática na tomada de decisões por parte de todos os atores sociais no contexto de uma relação igualitária e de respeito à diversidade. Assim como o desenvolvimento de estratégias políticas que articulem o nacional com o regional e o local, assegurando reais processos de descentralização e a democratização dos processos de elaboração e aplicação de políticas públicas.

Será preciso buscar novas articulações entre os setores público e privado, o que exigirá transformações no Estado, que deve ser um participante ativo na orientação das atividades econômicas, e um ator central no impulso e na articulação junto à sociedade civil das políticas sociais. É necessária a modernização do Estado, eliminando a corrupção, o clientelismo, e defendendo nossos patrimônios nacionais das políticas de privatização, e uma nova relação do Estado com o mercado que garanta o bem-estar da população.

A reestruturação econômica voltada ao desenvolvimento sustentável, ao incremento do nível de vida da população e à redistribuição da riqueza, exige que se reverta a tendência à redução do mercado interno, políticas para o controle nacional dos excedentes, o estímulo à asfíxiada pequena e média empresa, a criação de empregos produtivos que resgatem a população economicamente ativa das filas do desemprego e do setor informal, assim como a solução dos problemas sociais básicos.

Será preciso encarar imprescindíveis reformas sociais, incluindo programas de emergência. A educação, ferramenta imprescindível para construir uma sociedade onde exista a igualdade de oportuni-

dades, a saúde, a moradia e a seguridade social em seus diversos aspectos constituem outras áreas onde serão exigidas iniciativas audazes, imaginativas, de longo prazo e de profundo conteúdo solidário. Também na abordagem de graves problemas, como a discriminação da mulher – que exige ser tratada e combatida com um claro enfoque de gênero, a situação da infância, o racismo, a delinquência e a insegurança cidadã, o narcotráfico e o papel das forças armadas em uma sociedade democrática.

Em relação à multietnicidade, pluriculturalidade e multilinguismo que caracterizam as sociedades latino-americanas, é fundamental o reconhecimento social, político e jurídico desta diversidade, o respeito a suas identidades, assim como aos direitos que derivam das mesmas, em um contexto de unidade nacional e regional.

Nenhum desses objetivos será alcançado sem uma ativa participação social, o que demandará o desenvolvimento de políticas públicas, e a promoção de condutas coletivas em todos os níveis.

Nossa meta é a revolução, isto é, uma profunda transformação da sociedade, que deverá ser realizada reafirmando e recriando a democracia, aspecto essencial de todo projeto alternativo. A cada dia se faz mais notória a necessidade de reformular, ampliar e aprofundar a democracia na América Latina e no Caribe, o que acontece, essencialmente, abrindo mais e melhores canais de participação de todos os segmentos da população, sobretudo dos que continuam marginalizados do processo de decisões. O avanço de uma nova democracia passa por conseguir maior poder político para o povo e por restituir às instituições do Estado-nação a capacidade decisória que lhe permita cumprir suas funções de mediação social. A vigência e consolidação de um sistema político-institucional democrático é substancial para o projeto alternativo. Nele devem confluir simultaneamente a liberdade, a justiça e a participação efetiva da população.

A política exterior deve estar a serviço dos interesses de cada país e da busca e promoção de mercados para sua produção, no marco

dos seguintes princípios: afirmação da independência irrestrita nas decisões que cada nação tomar; solidariedade com os povos do mundo; reafirmação do princípio de não intervenção e autodeterminação; manutenção de relações com todos os países; democratização dos organismos internacionais; promoção da constituição de uma frente de devedores para encarar o problema da dívida externa e do intercâmbio desigual e apoio às iniciativas que a este respeito foram estabelecidas no Encontro de Caracas; defesa dos direitos humanos; impulso aos fóruns internacionais a favor do combate ao “dumping social” e pela melhoria das condições de vida; defesa do meio ambiente; respaldo ao desarmamento e compromisso ativo a favor da paz mundial, luta por uma ordem internacional justa.

Uma linha fundamental deve ser a não aceitação de tratados impostos unilateralmente, violando nossa soberania. Nesse contexto rejeitamos o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e toda forma unilateral de condicionamentos comerciais e de investimento.

O poder transformador das forças democráticas na América Latina dependerá, mais do que nunca nesta época, de sua capacidade para interpretar e ganhar o apoio ativo das grandes maiorias, bem como do impulso de autênticas e flexíveis políticas de alianças que possibilitem amplos consensos sociais. O objetivo não é meramente chegar ao governo, mas sim chegar para transformar a sociedade. E como isso não é tarefa de uns poucos anos, e sim um processo complexo e longo, será imprescindível consolidar e ampliar os respaldos sociais para a construção de um projeto estratégico que permita manter-se no governo e realizar as grandes mudanças revolucionárias que nossas sociedades demandam. Um triunfo eleitoral, e em geral a ascensão da esquerda ao governo, não deve se transformar em uma frustração. Diante dos reiterados fracassos dos partidos de direita, são crescentes as expectativas de que a esquerda solucione os problemas das pessoas, o que pode gerar impaciências e até atritos com um governo popular. Por isso é preciso falar

com muita clareza antes de alcançar o governo, sem demagogia, sem gerar falsas expectativas, acerca das possibilidades mas também das limitações e condicionamentos que deveremos enfrentar para levar adiante nosso projeto. Deve ficar claro que não poderão ser revertidos de um dia para outro todos os efeitos de décadas de políticas antipopulares. Estas tarefas históricas são de responsabilidade das forças revolucionárias, democráticas e progressistas em seu próprio país e corresponde a elas resolvê-las de acordo com as condições concretas nacionais.

Finalmente, temos consciência de que o projeto alternativo em cada país somente poderá chegar a algum lugar se o conjunto dos povos e as organizações de esquerda conjugarem esse valor superior que é a solidariedade.

Solidariedade com os que lutam pelo pão, pela democracia, pela paz e pela justiça; com os que enfrentam a reação e o imperialismo; solidariedade com Cuba – há décadas objeto de um inadmissível e desumano bloqueio; solidariedade com os governos populares locais que já são realidade em várias cidades e regiões do continente; solidariedade com as frentes e partidos progressistas e de esquerda que nos próximos anos certamente irão assumindo os governos nacionais em diferentes países. A solidariedade e a unidade dos povos e das organizações políticas comprometidas com as transformações democráticas e revolucionárias serão outro dos grandes requisitos para nos abrir caminho no difícil cenário internacional.

Paralelamente a reconhecer a necessidade da busca e admitir que não pretendemos respostas definitivas para todos os problemas, afirmamos que a esquerda tem percorrido um longo caminho não apenas na elaboração teórica e na luta junto ao povo, mas que possui já diversas e bem-sucedidas experiências de governo. Elas demonstram que existem outras maneiras de se fazer as coisas. O crescente respaldo popular às opções progressistas vai tornando cada dia menos críveis as predições da direita (e de vários chefes de

Estado) com relação à suposta incapacidade da esquerda para governar, para atrair investimento estrangeiro e impedir a fuga de capitais, e para garantir os equilíbrios e a segurança. Foram eles que fracassaram. Não fomos nós e sim eles que desencadearam ou facilitaram uma crise como a atual, que abriram o espaço para o voo dos capitais andorinha, que geraram a instabilidade e a incerteza, que ocasionaram os conflitos sociais e as situações de enfrentamento e guerra. Também é no contexto do modelo neoliberal que se engendrou a corrupção, outro dos elementos que colocam em xeque a política e encurralam a ética.

Com confiança mas com humildade, com firmeza mas com flexibilidade, certos de nossos princípios e conquistas, mas conscientes da necessidade de aprofundar nossas buscas e lutas, nós das organizações integrantes do Foro de São Paulo chamamos os povos da América Latina e do Caribe, todas as forças democráticas, todos os setores dispostos ao diálogo, a redobrem os esforços para alcançarmos um mundo mais justo e seguro para todos. Consideramos que a busca de uma alternativa ao neoliberalismo e a conquista de vitórias na luta pela independência nacional, a democracia e a justiça social em nossos países requerem a mais ampla unidade do povo, o que implica a convergência política entre as forças e correntes democráticas e antiimperialistas.

Saudamos e nos solidarizamos com aqueles que por todos os cantos do nosso continente encorajam a esperança nas mudanças; os milhões de excluídas e excluídos de uma vida digna; os povos que enfrentam a repressão, a guerra suja e o terrorismo de Estado - como o da Colômbia, ou o criminoso bloqueio imposto pelo imperialismo - como o padecido por Cuba, ou sofrem ainda o anacronismo histórico do colonialismo - como Porto Rico (onde se completam cem anos da invasão norte-americana), Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa, Ilhas Malvinas e outros países da América Latina e do Caribe, ou o abuso de castas dirigentes envolvidas na corrupção e saqueio dos bens públicos.

Identificamo-nos com as lutas dos povos indígenas da América Latina, para conseguir o reconhecimento de suas identidades e direitos. Destacamos especialmente como uma tarefa pendente das forças democráticas, progressistas e revolucionárias conseguir com que os Estados cumpram com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece a obrigatoriedade das empresas nacionais e estrangeiras de consultar as comunidades originárias e indígenas sobre as condições dos investimentos e explorações dos recursos naturais, renováveis e não renováveis, e se é possível beneficiá-las com os lucros de sua exploração.

Solidarizamo-nos com a luta pela equidade de gênero, que deve ser empreendida por homens e mulheres por igual. Reafirmamos nosso compromisso de combate a toda expressão de racismo em nosso continente.

Comprometemo-nos a vigiar o cabal cumprimento dos Tratados do Canal do Panamá, de acordo com os quais em 31 de dezembro de 1999 deverá culminar o desmantelamento das bases militares estrangeiras ali instaladas, e a reversão dessa via aquática ao patrimônio nacional panamenho.

Saudamos as ações das entidades e partidos que, por ocasião da Conferência da OEA sobre Terrorismo, que será realizada em Mar del Plata nos dias 24 e 25 de novembro de 1998, estão organizando uma Contra-conferência com o propósito de desmascarar os verdadeiros objetivos da mesma.

Rechacamos a estratégia norte-americana de “guerra às drogas” que se desenvolve na América Latina em geral e nos países andinos de maneira particular, a qual se converteu em um pretexto de intervenção política, econômica e militar em nossos países. Rejeitamos a certificação unilateral com que os Estados Unidos subjagam os nossos povos e demandamos uma certificação multilateral que envolva tanto os países produtores como os consumidores de droga. Reiteramos nosso compromisso com a luta frontal contra a livre

empresa da droga e exigimos uma saída pacífica e concertada para um problema mundial que, com a atual política antidrogas, teve apenas os camponeses como suas principais vítimas.

Saudamos e nos solidarizamos com os movimentos populares e as organizações de esquerda e progressistas que levam adiante jornadas de lutas sociais, como as recentes greves na Colômbia, Equador, Argentina, Peru e Chile; com os povos que alcançaram conquistas relevantes, frutos de processos de luta que propiciaram bem-sucedidas negociações, como El Salvador e Guatemala, que devem se expressar e aprofundar em uma democracia econômica, política e social; as conversas de paz na Colômbia e em Chiapas, respeitando os direitos desses povos; a concretização de importantes avanços, com perspectivas de governo, em todo o Continente.

Saudamos o povo cubano ao completar, em 1º de janeiro de 1999, os primeiros quarenta anos do triunfo de sua revolução. Uma vez mais nossa fraterna solidariedade em sua luta por construir uma nova sociedade muito mais justa e democrática.

Saudamos o povo da Nicarágua e a FSLN, pela comemoração em 19 de julho de 1999 dos 20 anos do triunfo da revolução popular sandinista, que significou uma vitória de todos os povos da América e do Caribe, e teve profundas repercussões no continente e particularmente na América Central. É preciso refletirmos sobre esse processo, seu presente e futuro.

Saudamos e nos solidarizamos com o povo do México e seus partidos de esquerda e, muito especialmente, com o Partido da Revolução Democrática (PRD), fraterno e hospitaleiro anfitrião deste VIII Encontro, que levou o companheiro Cuauhtémoc Cárdenas a governar a maior cidade do continente e a alcançar importantes vitórias em outras partes do México, impondo uma mudança substancial nas perspectivas futuras deste país.

O VIII Encontro do Foro de São Paulo reafirma a vigência e projeção deste espaço plural, democrático, antiimperialista e solidá-

rio, e se compromete a continuar trocando experiências e opiniões, buscando com espírito aberto as soluções que nossos países requerem, e lutando junto a cada povo para que se torne realidade o sonho de nossos próceres da primeira independência e dos que, com Ernesto Che Guevara como símbolo e exemplo, construíram ao longo do século que termina a inextinguível confiança em nossas próprias forças.

Cidade do México-DF, 1 de novembro de 1998

Declaração de Niquinohomo

Nos alvares do século XXI e do Terceiro Milênio da nossa era, há uma década da fundação do **Foro de São Paulo**, o agravamento da crise política, econômica, social e cultural atravessada pela humanidade despertou as inquietações – algumas reais e outras aparentes – que motivaram a convocação do “**Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe**”, celebrado no Brasil em julho de 1990.

O núcleo fundador do que é hoje o nosso **Foro** assistiu a aquele encontro em São Paulo para realizar um intercâmbio de pontos de vista sobre o impacto que o fim da bipolaridade da segunda pós-guerra teria nas lutas dos partidos e movimentos políticos da esquerda da América Latina e do Caribe.

O Encontro de São Paulo teve o mérito de conseguir, pela primeira vez na história latino-americana, a convergência de partidos e movimentos políticos de todo o espectro da esquerda; protagonistas das mais diversas formas de luta, que em conjunto constatamos que os dramáticos problemas que afetam os povos do mundo, particularmente os da América Latina e do Caribe, não desapareceriam com o fim da Guerra Fria, mas que só se erradicariam com o fim da opressão, dominação, exploração e do racismo. Dentro de nossa pluralidade e diversidade, os partidos e movimentos políticos membros do **Foro de São Paulo** coincidem na luta contra o imperialismo, que nas duas últimas décadas do século XX adotou a forma do capitalismo neoliberal.

Os dez anos transcorridos desde a criação do nosso **Foro** não fizeram outra coisa senão ratificar a validade de nossas ideias iniciais.

Assim como em julho de 1990, nós, partidos e movimentos políticos do **Foro de São Paulo**, rechaçamos terminantemente que o neoliberalismo possa constituir um projeto de desenvolvimento que, após um período do chamado ajuste, “derramaria” riqueza para todos os habitantes da Terra. Negamos que a doutrina neoliberal responda a supostas leis inexoráveis do desenvolvimento econômico e científico-técnico.

Em especial, a realidade da última década demonstrou os limites do modelo neoliberal e sua incapacidade para resolver os problemas da humanidade. O fracasso da reunião de Seattle, em dezembro de 1999, é a expressão simbólica da força da resistência internacional antineoliberal e do fracasso deste modelo.

A doutrina neoliberal responde, em realidade, a interesses econômicos e políticos dos que estão dispostos a sacrificar e exterminar uma maioria da humanidade para manter uma diabólica e vertiginosa corrida em prol da acumulação de riqueza, em magnitudes quase inimagináveis.

A economia mundial entrou em uma fase depredadora. As palavras-chave para descrever o mundo contemporâneo são concentração, polarização e dominação neocolonial. Concentração de riqueza, propriedade e produção. Polarização política, econômica e social, com sua seqüela de miséria, exclusão e marginalização.

Esta polarização e desigualdade se expressam no âmbito mundial na reduzida proporção da população planetária que consome a maior parte dos produtos e faz uso dos serviços disponíveis; na riqueza concentrada em não mais de trezentas famílias; nos milhões de seres humanos sem acesso ao trabalho, à saúde, à alimentação, a uma moradia digna, à educação, aos direitos básicos de sobrevivência, reprodução e desenvolvimento conquistados pela espécie humana de geração em geração.

A isso são acrescentados os efeitos da agressiva unipolaridade militar dos Estados Unidos e sua criminoso determinação de vio-

lentar a ordem legal internacional do pós-guerra, claramente expressa no genocídio do povo da Iugoslávia sob o rótulo da ONU e de uma OTAN reformada para esses fins.

Diante destas realidades, reunidos na terra natal do general Augusto C. Sandino, proclamamos:

- Que a única forma de salvar a humanidade da autodestruição é colocar a satisfação das necessidades humanas, e não o ganho e o lucro individuais, como a prioridade básica da sociedade futura.
- Que é necessário continuar desenvolvendo a luta da mulher para vencer práticas e ideologias sexistas, que até mesmo no seio de nossas organizações e partidos continuam subsistindo como manifestações de discriminação que é necessário erradicar para uma nova relação entre os gêneros em condições de igualdade de oportunidades.
- Que a esquerda deve assumir os novos problemas que a intelectualidade progressista propõe em torno da defesa da universidade e da educação públicas como patrimônio da cultura democrática.
- Que a solução dos problemas do mundo passa pela erradicação, através da luta, das contradições fundamentais que hoje permeiam a sociedade; isto é, as contradições de classe que se encontram estreitamente relacionadas com as mais diversas formas de opressão, discriminação e exploração, entre elas, as de gênero, étnicas, raciais, culturais, religiosas, geracionais ou por preferência sexual.
- Que os povos do mundo não poderão aspirar a consolidar sua liberdade, nem conquistar sua autodeterminação e soberania integral enquanto não tenha sido apagado todo vestígio de colonialismo e neocolonialismo, como o que oprime os irmãos povos de Porto Rico, Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa, Antilhas Holandesas e casos específicos como o das Ilhas Malvinas.

- Que no século XXI, a esquerda se apresenta como uma real alternativa de poder popular, construindo novas instituições participativas, novas formas democráticas de governo e de desenvolvimento econômico fundamentadas no bem-estar integral das maiorias nacionais. Que todos os reveses e as vitórias da história do movimento operário e popular e, em particular, as tradições de luta da esquerda latino-americana e caribenha, e a experiência que temos adquirido como membros do **Foro de São Paulo**, fazem parte do acervo político e social para assumir o papel que corresponde aos povos no governo de seus próprios destinos.

Nesse acervo contamos com a experiência de elaboração de propostas, de conquista de espaços e poderes, de construção de modelos alternativos que nascem da identificação e conhecimento da realidade concreta, que aspiramos a transformar, e da necessidade de encarar profundas mudanças estruturais que levem a reverter o processo de destruição de nossos setores produtivos, que combatam a especulação financeira internacional, redistribuam a riqueza, democratizem e socializem a elaboração orçamentária, promovam a participação social e a descentralização política e econômica voltada a transformar o Estado, colocando-o a serviço do desenvolvimento e do aprofundamento de uma nova democracia integral: social, política, econômica, cultural e de gênero.

Parte fundamental desse patrimônio é o avanço das forças de esquerda, particularmente dos partidos membros do Foro, na conquista de maiores espaços institucionais, em governos estaduais e municipais, assim como nos movimentos sociais, nas instâncias não governamentais, nas lutas extrainstitucionais e nas insurgências populares.

Conquista essencial da nossa América é a heróica resistência do povo cubano e seu avanço na construção de uma sociedade mais justa e humana. O sequestro em Miami do menino cubano Elián González é uma mostra da irracionalidade e do ódio contra o povo

cubano que guia os círculos reacionários dos Estados Unidos, capazes de colocar o governo desse país em uma situação de refém de seus estreitos interesses. Este **IX Encontro do Foro de São Paulo** ratifica sua solidariedade com a Revolução Cubana, exige a devolução imediata de Elián e o fim de todas as medidas de bloqueio e isolamento contra esse povo irmão.

Parte fundamental do processo é constituída pela luta do povo irmão da Nicarágua que conseguiu derrocar a ditadura de Anastasio Somoza e construir uma Revolução Popular Sandinista, cujas conquistas hoje são defendidas pela FSLN, nas condições e pelos meios que correspondem à conjuntura nacional e internacional.

Faz parte destas conquistas o processo democrático salvadorenho que, depois de uma guerra revolucionária de doze anos, foi concluído com a assinatura de Acordos de Paz que incidem notavelmente nos avanços democráticos que conseguiram superar uma ditadura militar e que foram para a FMLN o ponto de partida para construir o poder popular. Ainda estão pendentes importantes transformações, que só serão possíveis com o avanço firme das forças populares em El Salvador.

Os Acordos de Paz na Guatemala, ainda não cumpridos em partes fundamentais, estabelecem rumos diferentes e representam obstáculos decisivos às políticas neoliberais que se pretendem impor totalmente. Estes Acordos permitiram a emergência de novos sujeitos sociais importantes, assim como o desenvolvimento das forças políticas de esquerda representadas pela URNG e a Aliança Nova Nação, com crescentes possibilidades de chegar a governar no futuro próximo.

Soma-se a esta contribuição, na grave crise econômica, social e política da área andina, a insurgência indígena popular e de militares democráticos no Equador, o que revela não só o esgotamento progressivo de um sistema político pervertido, mas também uma reiterada crise de governabilidade e dominação política, e um crescente processo de acúmulo de forças no campo popular e progres-

sista, que devido a manobras de setores da cúpula militar, não pôde esta vez conseguir a ruptura dessa ordem injusta, mas que ao mesmo tempo revela maiores possibilidades nessa direção.

O singular processo político que se desenvolve na Venezuela, sob a condução do presidente Hugo Chávez Frías, conseguiu desarticular o sistema político corrupto, fraudulento e ineficiente que havia sido imposto nesse país durante quase quatro décadas. Saudamos as importantes medidas do governo venezuelano para garantir a soberania nacional e rejeitamos qualquer ingerência estrangeira que possa colocar em perigo o desenvolvimento e avanço pacífico deste processo revolucionário.

A luta do povo panamenho, latino-americano e caribenho que se viu coroada com o estabelecimento da soberania panamenha do Canal do Panamá, estreitamente unida à memória do general Omar Torrijos Herrera.

O peso político, organizativo e de mobilização alcançado pelo povo e pela esquerda colombiana, e muito particularmente, pelos movimentos político-militares que desenvolvem atualmente processos de diálogo para buscar soluções de fundo aos problemas estruturais dessa nação. O Foro de São Paulo denuncia e rechaça as imposições do Fundo Monetário Internacional neste país, bem como a intervenção militar direta dos Estados Unidos ou de uma eventual ação coletiva com participação de exércitos latino-americanos.

A presença dos povos indígenas da nossa América, que resistem aos embates do neoliberalismo e das transnacionais com rebeliões e mobilizações, que contribuíram para destacar a necessidade de profundas transformações em nossos Estados nacionais para garantir a preservação da biodiversidade, do ecossistema, assim como da pluralidade étnica, do reconhecimento de sua identidade, direitos e livre autodeterminação desses povos.

Os desafios são enormes para a esquerda latino-americana e só conseguiremos vencer na medida em que façamos da unidade de ação e de propósitos o instrumento mais valioso de nossas lutas,

compreendendo que a pluralidade e a diversidade da esquerda são um capital democrático que devemos preservar. Nelas, e na tolerância às diferenças, encontra-se a base da unidade das forças da mudança e sua capacidade transformadora. Unidade que deve ser gestada em cada país, e também para além das fronteiras, de modo a tornar viável o projeto, e que este tenha um caráter integrador e solidário.

Assumimos o compromisso com os princípios humanistas que foram defendidos com suas vidas por nossos heróis e mártires; a defesa dos interesses nacionais e populares acima dos interesses de nossos respectivos partidos e organizações; o sentimento patriótico que eles hastearam e a gestação de nossas nacionalidades em sua luta contra toda forma de dominação externa e contra toda tirania. Após dez anos da fundação do **Foro de São Paulo**, a esquerda latino-americana reafirma essas tradições democráticas e de resistência das quais deram exemplo os nossos povos e está resolvida a lutar e a vencer.

Manágua-Nicarágua, 20 de fevereiro de 2000

Declaração final do X Encontro

O X Encontro do Foro de São Paulo realizou-se na cidade de Havana, Cuba, entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2001, com a participação de 518 delegados provenientes de 81 países da América Latina e do Caribe, América do Norte, Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Austrália, representantes de 74 partidos e movimentos políticos membros e de 127 partidos e organizações convidados.

Em meio a um ambiente guerreirista e uma crise política, econômica, social e moral sem precedentes, o X Encontro ratifica seu compromisso com as bandeiras da independência nacional, da justiça social, da paz, da democracia e do internacionalismo; reitera a disposição de redobrar sua luta por um projeto econômico, social e político que se identifique com esses princípios, e por uma ordem internacional alternativa, que reverta o caráter subordinado de nossos países e responda aos interesses das grandes majorias.

O X Encontro do FSP confirma a vitalidade, pertinência e vigência deste espaço, que se define de esquerda, anti-imperialista, anti-neoliberal, contra todas as manifestações do colonialismo e neocolonialismo, solidário e participativo na formulação de projetos alternativos para os povos da América Latina e do Caribe, convencidos de que um mundo melhor é possível.

Este X Encontro teve em Cuba um cenário de alto valor simbólico, pelo qual este país representa para a esquerda do continente um exemplo de resistência, por sua dignidade e por seu inabalável compromisso com os princípios que guiam o Foro. Segue o agradecimento de todos os participantes ao povo cubano, pela fraternal

acolhida que nos dispensou, e ao Partido Comunista de Cuba, por sua capacidade organizativa e contribuição, em todos os aspectos, ao sucesso desta reunião, que se caracterizou pelo clima fraternal, pela disposição construtiva de todas as delegações e pelo valioso conteúdo das contribuições realizadas.

Que este reconhecimento se estenda igualmente ao Grupo de Trabalho e a todas as organizações que contribuíram para a preparação do X Encontro. De maneira especial reconhece-se a numerosa participação de organizações do Caribe e a incorporação crescente de novas organizações da área andina.

Contexto internacional

Existe consenso na análise do contexto socioeconômico e político que serve de marco para este Encontro, caracterizado pelo crescente controle da produção, a comercialização de bens e serviços, assim como dos fluxos financeiros por parte de um reduzido número de países desenvolvidos e de megaempresas transnacionais, que por sua vez são os agentes protagonistas do processo de globalização neoliberal. Este, longe de propiciar uma participação mais homogênea dos diferentes países na economia mundial, acentuou a diferenciação entre os desenvolvidos e sua periferia, marginalizou-a ainda mais, e incrementou a polarização da riqueza ao interior de ambos os grupos de países.

Os participantes no X Encontro debateram particularmente a situação econômica e social da América Latina e do Caribe. Ressaltaram os magros crescimentos conquistados na última década, que estão abaixo de suas necessidades e potencialidades, e os frágeis alicerces nos quais se assentam, dada a ausência de sólidas bases endógenas para sua sustentabilidade.

A distribuição de suas rendas é a mais regressiva do mundo, acompanhada de uma penosa lentidão no progresso educacional e cientí-

fico-técnico, inquietantes manifestações de volatilidade, insegurança econômica, alarmantes fluxos migratórios, corrupção e violência. A eliminação da pobreza foi identificada como o maior desafio da região, especialmente suas manifestações nos segmentos populacionais mais vulneráveis: as crianças, as mulheres, os idosos e, no caso dos povos indígenas, por sua dupla condição de indígenas e pobres.

Se acrescentarmos a tudo isso o problema não resolvido da distribuição da terra, o aumento da brecha que separa a América Latina e o Caribe dos países desenvolvidos, a perda de participação relativa da região na economia mundial, a insatisfação manifestada pelos cidadãos e o crescente endividamento externo, pode-se demonstrar que o neoliberalismo — orientado a reforçar o poder do capital financeiro transnacional — contrariamente ao que proclama seu discurso, tem um caráter destrutivo sobre as economias e as sociedades, como evidenciado por sua incapacidade para reativar a produção, gerar emprego, elevar a renda e reverter o processo de marginalização. Isso se traduz abertamente em uma crise do paradigma hegemônico e do chamado “pensamento único”.

É possível cumprir objetivos de mais longo alcance deixando de lado a influência dos argumentos que sustentam o pensamento dominante, que limita o aproveitamento das forças produtivas porque se opõe às mudanças nas relações sociais exigidas pelos níveis atuais do desenvolvimento científico-técnico. Isso está vinculado à dependência do imperialismo e à subordinação das classes dominantes de cada país, que impossibilitam resolver os problemas de nossa região sem modificar essas relações para avançar num projeto alternativo.

Nenhuma proposta diferente de sociedade, de construção de Estados nacionais com desenvolvimentos soberanos, poderá ser edificada se continuar a transferência líquida de riquezas ao sistema bancário e aos Estados imperialista. Por isso é preciso exigir o fim dos processos de privatização e impedir a escalada indiscrimi-

nada de apropriação dos recursos estratégicos da região em benefício do capital transnacional e seus aliados.

A vertiginosa velocidade do processo de globalização em andamento, apoiada no avanço do progresso científico-técnico e na expansão das novas tecnologias da informação e das telecomunicações, coincide com uma ordem econômica internacional e uma organização da sociedade que são inaceitáveis e que distorcem o próprio desenvolvimento material da humanidade. Por isso lutamos por outra globalização: a da solidariedade, da justiça, da equidade, da vigência plena da democracia, do respeito à diversidade, à autonomia, à identidade pluricultural e aos direitos dos povos; embora também entendamos que o fundamental está na libertação de cada país.

Os atentados de 11 de setembro em Nova Iorque, Washington e Pensilvânia agravaram a situação internacional, gerando uma nova conjuntura e abrindo um processo de imprevisíveis consequências.

O Foro de São Paulo se solidarizou de imediato com as vítimas desses atos criminosos e definiu o caminho da paz e da justiça como o único válido para derrotar o terrorismo, reiterando sua solidariedade com todos aqueles que sofrem suas consequências. Nós, partidos e movimentos pertencentes a povos que sofreram e sofrem os terríveis efeitos do terrorismo de Estado, somos contrários a todas as manifestações de terrorismo, por razões éticas, morais, humanitárias e políticas.

Esses lamentáveis acontecimentos propiciaram o marco para legitimar uma política, até então encoberta, expressa hoje nos perigosos termos da doutrina Bush: “ou estão conosco ou estão com os terroristas”. A lei recentemente aprovada pelos Estados Unidos, intitulada “Unindo e fortalecendo a América fornecendo as ferramentas apropriadas para interceptar e obstruir o terrorismo (USA PATRIOT ACT)” merece ser condenada por este Encontro, não só pelos efeitos imediatos contra o povo dos Estados Unidos, como também pelo caráter extraterritorial de sua aplicação, que se inscreve

no propósito de estabelecer uma legalidade imperialista em detrimento de nossos povos. Não aceitamos a imposição dessa alternativa antagônica e rejeitamos o papel de policiais do mundo que os Estados Unidos se autoadjudicam.

Também estamos convencidos de que não é com ações bélicas, nem violando o direito internacional, nem com presença militar ostensiva em escala planetária que se combate o terrorismo. Pelo contrário, a doutrina Bush está gerando um ressurgimento da intolerância, do racismo, da xenofobia, da discriminação, de mais vítimas inocentes, além da exacerbação de fundamentalismos irracionais.

Rejeitamos toda tentativa de apresentar como terroristas os movimentos de libertação nacional, o chamado movimento antiglobalização, a esquerda, os movimentos sociais e progressistas. Reafirmamos o direito de nossos povos de saber a verdade e de obter justiça acerca dos terroristas de Estado que hoje continuam impunes.

No contexto da denominada luta antiterrorista, a “Carta Democrática da OEA” e a reativação do “TIAR” se convertem em uma camisa de força para negar a soberania popular, controlar os processos de mudança e legitimar eventuais intervenções, mediante mecanismos de bloqueio ou ações militares coletivas.

No atual cenário global, o Plano Colômbia assume um novo protagonismo e funcionalidade à estratégia norte-americana, intervencionista no campo militar e neocolonial no econômico e no institucional.

Esta realidade, relativamente encoberta até 11 de setembro, é complementada com a presença das bases militares norte-americanas, cujas atividades contribuem para sustentar as políticas econômicas e sociais dos países onde se transformaram em exércitos de ocupação e de onde apoiam ações de contrainsurgência e repressão. Tornam-se assim uma constante ameaça para os regimes que defendem projetos políticos contrários aos interesses do imperialismo. O enfraquecimento político dos Estados Unidos, se tenta contrarrestar com apelando à supremacia militar.

Dentro da estratégia integral de dominação, pretende-se apresentar o Plano Colômbia e seu complemento à Iniciativa Regional Andina e ao Plano Puebla-Panamá como projetos de desenvolvimento e humanitários, sendo seu verdadeiro pano de fundo o controle e a apropriação dos recursos estratégicos, energéticos e de biodiversidade. Para complementar estes objetivos, pretende-se a dolarização das economias regionais e a eliminação de toda resposta popular, da social à insurgente. O X Foro reafirma seu apoio à saída política dos conflitos armados da região, e reclama o direito de seus povos a decidirem seus destinos em pleno exercício de suas autonomias.

Respaldamos firmemente o direito inalienável à autodeterminação e independência dos povos latino-americanos e caribenhos submetidos à dominação colonial (Porto Rico, Guadalupe, Martinica, Saint Martin, Guiana Francesa e Antilhas Holandesas). Apoiamos o chamamento feito pela ONU a eliminar essa humilhante e anacrônica forma de dominação, ao proclamar o período 2000-2010 como a “Segunda Década pela Erradicação Total do Colonialismo”. Durante este ano, intensificou-se em Porto Rico a luta para tirar a marinha de guerra dos Estados Unidos da Ilha Município de Vieques, luta que conta com a simpatia e a admiração de nossos povos, e à qual o Foro de São Paulo reitera seu mais completo apoio.

Os crescentes protestos contra a ordem atual, que rejeitam a mercantilização globalizada, imposta a todas as esferas, e que começaram a abalar o triunfalismo neoliberal e também sua onipotência, obrigaram as principais potências capitalistas e os organismos internacionais a amenizar suas linguagens e propostas, porque as maciças mobilizações para combater as políticas emanadas desses centros hegemônicos não puderam ser desconhecidas, nem subestimadas.

A força demonstrada pelas Cúpulas dos Povos, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre e outras ações, evidenciam também que o

Foro de São Paulo, como espaço aberto e plural de coordenação de iniciativas políticas das forças progressistas e de esquerda da nossa América, tem diante de si uma nova etapa de trabalho. Precisamos generalizar a resistência, aprofundar a proposta, desenvolver a consciência de toda a sociedade civil e potencializar o poder contestatário e a capacidade negociadora das organizações sociais, das redes, movimentos e partidos que se opõem ao neoliberalismo.

O objetivo de acumular forças, visto como um processo, está vigente para nosso Foro. Devemos continuar sendo uma referência para a luta pela defesa dos legítimos interesses das maiorias, organizadas ou não; e devemos potencializar nossa incidência sobre a estratégia e as ações dos movimentos sociais e populares da região latino-americana e caribenha, ao mesmo tempo em que continuamos ampliando e fortalecendo as relações com partidos progressistas e de esquerda de outras latitudes. Estas alianças se tornam essenciais para avançar na busca de alternativas à ordem internacional vigente.

Desafios para a esquerda

Diante dos desafios e da responsabilidade histórica do conjunto da esquerda, é imprescindível desenvolver uma série de ações que contribuam para a definição de objetivos estratégicos, o que é possível a partir da construção da unidade em todos os seus espaços de ação e respeito à diversidade regional existente no interior de nossos países.

Assistimos a importantes avanços das forças de esquerda e progressistas, atuando sós ou como parte de amplas coalizões, em vários países de nosso continente, com importantes resultados eleitorais, e em alguns deles com possibilidades reais de chegar a governos nacionais e locais nos próximos anos, através do acúmulo eleitoral e pelo caminho das lutas populares mais diversas.

É indispensável articular reflexões, construir consensos e propiciar ações que envolvam a militância partidária de mulheres e homens com o movimento social e a luta dos povos indígenas, em um processo que construa tecidos de poder alternativo, respeitando seus processos e autonomias.

Se estas propostas não encontrarem eco e sujeitos político-sociais para se imporem na esfera política, tampouco poderão triunfar. Em última instância, os projetos coletivos só triunfarão se forem expressos em decisões políticas que mudem o Estado, construam alianças regionais e estabeleçam uma política internacional que aponte a uma mudança na correlação de forças e à democratização das instâncias de decisão no âmbito mundial.

Adicionalmente, é imperativo que a esquerda e o movimento social deem conta das mudanças e impactos da globalização neoliberal no tecido social, o que permitiria identificar outros aliados que o próprio processo de exclusão e exploração econômica gerou, e que até pouco tempo atrás não eram considerados como tais. Chamamos a atenção especialmente para a necessidade da participação dos jovens e garantir sua representação nas instâncias de decisão.

Este caminho implica não apenas a oposição ao neoliberalismo, mas também a acumulação das forças da mudança, e implica propor e implementar alternativas na construção de um novo modelo social para alcançar um governo nacional, popular, democrático e anti-imperialista. Os partidos do Foro de São Paulo assumem o compromisso de desenvolver estratégias, programas e políticas públicas voltadas a fomentar a igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros. Ao mesmo tempo, devemos promover a discussão sobre a identidade e direitos dos povos indígenas, que inclui a eliminação de concepções e práticas discriminatórias que ainda persistem no seio de nossas organizações e partidos.

Temos que gerar práticas de democracia participativa, adotando mecanismos que possibilitem a participação popular nas decisões de governo, promovendo desta maneira a construção da cidadania.

Após completar uma frutífera década do Foro de São Paulo, estamos diante do desafio de uma nova etapa: apresentar as grandes linhas da proposta alternativa, que se concretizará em cada país de acordo com as peculiaridades nacionais e as condições específicas, aproveitando a experiência adquirida pela esquerda.

Insistimos na transformação política, em convergência com as demandas sociais, como via imprescindível para alcançá-las. Esta reivindicação da política é uma responsabilidade que nós, dos partidos e das organizações do Foro de São Paulo, devemos assumir plenamente, em uma época histórica em que essa atividade foi desprestigiada pela corrupção, o clientelismo e políticas sociais e econômicas que deram as costas para os povos.

O projeto alternativo

Duas condições são essenciais para o início e a sustentabilidade deste projeto:

- a) A prioridade dos objetivos sociais em oposição à condição de elementos residuais à qual foram relegados pelas políticas neoliberais.
- b) A recuperação dos espaços de soberania econômica e política nas relações com os países centrais e os núcleos de decisão da economia global.

Entre os eixos principais de um projeto alternativo figuram o resgate do desenvolvimento e da soberania; o impulso aos processos de integração regional como forma de inserção na economia mundial; a construção de autênticas democracias participativas, considerando o papel crescente da mulher e dos jovens, a secular e profunda luta dos povos indígenas e a luta contra todas as formas de exploração, opressão econômica e alienação dos cidadãos.

Defendemos todas as formas de propriedade social existentes em nossa região (cooperativa, estatal, áreas de propriedade dos tra-

balhadores, comunitária, originária etc.) e pelo desenvolvimento de formas de economia popular que permitam tanto estratégias de sobrevivência, de exercício da democracia econômica, de respeito real à biodiversidade, como a construção de redes de comercialização alternativa e consumo ético.

A referência principal de qualquer projeto emancipatório não é o crescimento, e sim o desenvolvimento, em uma perspectiva multidimensional que eleve as mulheres e homens e não o dinheiro como principal sujeito desse processo; propicie as condições para o crescimento estável e sustentado; impulsione mudanças estruturais, equidade na distribuição da riqueza; garanta igualdade de oportunidades no acesso aos serviços sociais; preserve o meio ambiente, e respeite a realidade pluricultural e multiétnica de nossos povos.

Em relação aos processos de integração regional, o Foro está claramente a favor de reorientá-los e aprofundá-los para avançar para um nível superior de integração, uma verdadeira Comunidade Latino-americana de Nações e povos originários ou indígenas.

Mas hoje nossa América está submetida à ameaça de desarticulação das precárias tentativas de integração em andamento, motivo pelo qual o Foro se pronuncia por rejeitar o projeto geoestratégico de dominação concebido através da ALCA, devido a que esta:

- Aprofunda o modelo neoliberal que prevaleceu nos últimos anos, com nefasto resultado para os povos latino-americanos.
- Pretende uma abertura total e imediata das economias latino-americanas e caribenhas em um momento de profunda crise econômica e social da região.
- Oferece garantias absolutas apenas aos interesses corporativos do grande capital, especialmente às empresas transnacionais norte-americanas, acima dos Estados nacionais.
- Significa uma maior restrição da soberania sobre as políticas econômicas nacionais e limita ainda mais o exercício do poder político por parte dos governos e as possibilidades de desenvolvimento endógeno da região.

- Viola direitos dos povos cristalizados em nossas Constituições.
- Não leva em consideração as grandes disparidades entre os países firmantes, dando ênfase à reciprocidade e não à preferencialidade.
- Impacta muito negativamente os mercados laborais, precariza ainda mais as condições de trabalho, debilita a segurança alimentar e acelera a desarticulação do setor agropecuário.
- Atenta ainda mais contra as identidades multiculturais e os direitos dos povos indígenas.
- Incrementa a super-exploração e produz a desapropriação de nossos recursos naturais e das reservas de biodiversidade e agrava a deterioração do meio ambiente.
- Por razões de problemas históricos entre os quais se conta a ausência de ética dos Estados Unidos perante seus compromissos internacionais.

O Foro levanta como alternativa à ALCA o desenvolvimento e a potencialização dos processos de integração reais da América Latina e do Caribe e a convergência entre eles, transcendendo os aspectos comerciais e a lógica neoliberal que sustenta os Acordos de Livre Comércio, e focando nos objetivos do desenvolvimento sustentável e na intervinculação das sociedades, o que supõe ressaltar a dimensão política como pilar destes projetos. Esta integração deve ser dotada de mecanismos para enfrentar as desigualdades prevalentes entre os países; e no interior destes, entre os diferentes grupos sociais, promovendo a equidade de gêneros e o reconhecimento da identidade e dos direitos dos povos indígenas. Adicionalmente devem prestar atenção à cooperação produtiva e tecnológica, bem como ao fortalecimento da independência monetária, enfrentando o crescente processo de dolarização.

Promovemos um projeto de integração com forte participação do Estado e controle do mundo do trabalho, que permita projetos comuns que apontem a novas formas de produção e propriedade, as-

sim como a uma distribuição equitativa da riqueza. Propomos a criação de bancos interestatais de desenvolvimento, projetos energéticos conjuntos e pactos de produtores que favoreçam a industrialização de produtos agrícolas e minérios em escala global. Trata-se de uma integração horizontal, respeitosa das dimensões regionais e capaz de ser impulsionada com ações de luta comuns em cada sub-região e entre elas.

Sustentamos que todo projeto regional que envolva nossos países deverá ser amplamente informado, discutido e avalizado previamente pela cidadania, pelos povos indígenas em suas próprias formas de discussão e pelos setores sociais e forças políticas de cada país. O Foro considera fundamental a incorporação crescente das mulheres e dos jovens, de suas organizações e movimentos como uma força decisiva neste processo.

Nenhum projeto de desenvolvimento e integração é viável em nossa região sem remover o obstáculo interposto pela dívida externa, motivo pelo qual este Foro se pronunciou pela criação de um Pacto de Devedores que defenda o direito de cada país de negociar ou não pagar a dívida externa ilegítima e fraudulenta.

Avançar na recuperação e no desenvolvimento do pensamento emancipador em nossa América.

Nós dos partidos e movimentos integrantes do Foro de São Paulo reafirmamos nosso compromisso com os princípios humanistas que foram defendidos por nossos heróis e mártires. Nossa luta é pela transformação política, econômica e social e também uma batalha de ideias por um mundo melhor.

Havana-Cuba, 7 de dezembro de 2001

Declaração final do XI Encontro

- 1- Reunidos na cidade de Antigua, Guatemala, com motivo do XI Encontro do Foro de São Paulo, realizado de 2 a 4 de dezembro de 2002, 595 representantes de 142 partidos e movimentos políticos de esquerda de 45 países da América, Europa, Ásia, África, Oriente Médio e Oceania realizaram um balanço da evolução da situação mundial e, em particular, do agravamento da crise política, econômica e social que assola a maioria dos países da América Latina e do Caribe, bem como dos transcendentais avanços atingidos nas lutas dos povos da região.
- 2- Os participantes deste Encontro expressam o seu reconhecimento à direção e à militância da URNG e ao povo irmão guatemalteco pelo caloroso recebimento e recordam com emoção a figura querida de Rolando Morán, dirigente histórico do nosso Foro de São Paulo.
- 3- O processo de globalização capitalista abre espaço para uma estratégia de domínio político unilateral por parte dos Estados Unidos, que desata uma conduta belicista em escala planetária, exacerbada após os atentados de 11 de setembro de 2001, desafiando a vontade de paz dos povos e da maioria dos membros da comunidade internacional.
- 4- Hoje o neoliberalismo continua sendo a política das principais grandes potências, dos organismos financeiros internacionais e das elites governantes na América Latina. No entanto, aumenta dia a dia a sua crise de credibilidade perante os mais amplos setores sociais. Essa doutrina já se mostra incapaz de confundir

- e desmobilizar os povos da região: sopram ventos de mudança.
- 5- Num mundo capitalista que se caracteriza pelo aumento da brecha entre ricos e pobres, pela concentração do poder político, econômico e militar – com o seu correlato de ampliação da marginalização e da exclusão social, de discriminação de gênero, racial, étnica, cultural, geracional e outras, pela depredação do meio ambiente, pelo incremento da ameaça e do uso da força militar, pela corrupção, pelo narcotráfico, pelo terrorismo e outros flagelos que põem em risco o futuro da humanidade, nós, partidos e movimentos políticos do Foro de São Paulo, constatamos a certeza e a vigência das Declarações Políticas, Acordos e Resoluções aprovados nos nossos dez encontros anteriores. Como resultado do agravamento da crise e da maturidade das nossas lutas, passamos da crítica ao combate, e do combate à construção de alternativas concretas ao neoliberalismo.
 - 6- A reunião foi realizada sob o impacto do triunfo do povo brasileiro, que consagrou *Lula Presidente* com mais de 52 milhões de votos, expressão do amplo apoio de forças de esquerda, progressistas e democráticas. A conquista do governo no maior país do continente reafirma a validade de uma política de alianças de máxima amplitude e profundidade, conformada em torno do Partido dos Trabalhadores, com seu programa de transformações sociais. Assinalamos com satisfação que a maior parte dos partidos integrantes da aliança têm ativa participação no Foro de São Paulo desde sua origem. *Lula Presidente* significa um ponto de inflexão no continente e insufla um poderoso ânimo em todos os que lutam pela democracia no plano político, econômico e social.
 - 7- No Brasil, a esperança venceu o medo e permitiu uma vitória do “sim, nós podemos” contra o pensamento único. Foi um triunfo moral contra a corrupção, um ponto de encontro entre a ética e a política, uma vontade de mudança que chegou a todos os confins desse imenso país e se irradia para a América Latina e o Caribe, abrindo pers-

pectivas esperançosas para as lutas políticas e sociais que nossos povos estão levando adiante contra as consequências nefastas das políticas neoliberais, agravadas no último período.

- 8- Soma-se ao triunfo de Lula a vitória de Lucio Gutiérrez, candidato da aliança Sociedade Patriótica 21 de Janeiro e Movimento Pachakutik, com o apoio do Movimento Popular Democrático, de partidos de esquerda e movimentos sociais. Somam-se também o resultado eleitoral sem precedentes alcançado pelo movimento indígena, camponês, popular e de esquerda boliviano através da candidatura de Evo Morales, o desenvolvimento de novas formas de organização e luta popular na Argentina e o auge do movimento social salvadoreño, peruano e uruguaio contra as privatizações, assim como a luta do povo porto-riquenho para retirar a marinha estadunidense da ilha de Vieques, anunciada para maio de 2003.
- 9- O processo de consolidação da revolução democrática popular na Venezuela e a redefinição no sentido de relações mais soberanas na América Latina constitui um cenário melhor para a luta dos nossos povos. A resistência popular frente aos golpistas e a solidariedade internacional são aspectos nodais para a defesa e o desenvolvimento do processo de autodeterminação venezuelano.
- 10- É preciso aproveitar esta conjuntura para reafirmar a nossa histórica vocação integracionista e contribuir efetivamente em todas as regiões para mudar os rumos dos processos de integração liderados até hoje por uma visão exclusivamente mercantilista. Aprofundar a integração latino-americana e caribenha significa, antes de mais nada, priorizar a dimensão política e social, mediante a construção de instituições – parlamentos regionais diretamente eleitos, comissões representativas da pluralidade de interesses sub-regionais e de interesses dos povos, etc. – e mecanismos que permitam a formulação e implementação de políticas públicas regionais para enfrentar os problemas causados pelas graves desigualdades estruturais anteriormente mencionadas.

- 11- O XI Encontro do Foro de São Paulo, com a convicção de que outro modelo de integração é possível, propõe enfrentarmos a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Plano Colômbia e o Plano Puebla-Panamá com maior resistência e avançarmos nas propostas de mudança dos atuais processos: MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações, o processo de integração centro-americano e o CARICOM. Nossa perspectiva é a construção de uma Comunidade Latino-americana de Nações que defenda a soberania e a riqueza dos seus povos. Devemos olhar com atenção para o caso do México, pois passados oito anos do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC) aumentou a pobreza, a insegurança, a desarticulação das cadeias produtivas e a estrangeirização do seu sistema bancário, da sua indústria e do seu comércio. Isso reafirma o que declaramos insistentemente nos últimos Encontros: a ALCA, tal como foi proposta pelos Estados Unidos, constitui um plano de anexação e não um acordo de verdadeira integração para as Américas. Para fazer frente a essa estratégia, propomos uma integração alternativa, que contemple principalmente as suas dimensões política e social.
- 12- Para poder avançar nesses objetivos, é necessário fortalecer os nossos vínculos com os movimentos sociais, particularmente com as mulheres, os camponeses, os jovens, os povos indígenas ou originários. Reafirmamos o nosso compromisso de combate frontal à discriminação dos povos indígenas ou originários, e o respeito de sua identidade nacional. Os partidos do Foro de São Paulo consideram injusta a opressão por razões de sexo da qual as mulheres são vítimas, somada àquela que já sofrem por serem pobres, pela cor da sua pele, pela sua etnia ou por serem jovens. A luta pela participação das mulheres e homens em igualdade de direitos, oportunidades e condições faz parte da nossa estratégia, já que responde a uma responsabilidade histórica das forças revolucionárias de esquerda construir uma trama de relações

sociais integralmente humanas, baseadas na justiça, alternativas às milenares estruturas de opressão e exploração.

- 13- Todos os nossos partidos promoverão a discussão entre seus militantes de base e dirigentes, homens e mulheres, sobre as relações de gênero, a fim de melhorar a situação das mulheres em cada país e no interior das nossas próprias organizações. O reconhecimento dos avanços, retrocessos e obstáculos principais nos servirão de base para a elaboração de um programa que expresse o compromisso ético, a vontade política e as medidas específicas de luta contra a desigualdade de gênero. Os partidos do FSP devem, além disso, implementar mecanismos de acompanhamento que garantam o cumprimento desses programas e planos.
- 14- Será tarefa do Foro de São Paulo, dos partidos e dos governos, elevar a prioridade conferida aos problemas da imigração, que têm consequências cada vez mais profundas nos nossos países.
- 15- Nos países do Caribe insular, o XI Encontro do Foro de São Paulo ressalta a anacrônica subsistência da colônia estadunidense de Porto Rico, e das colônias de países europeus: Antilhas Holandesas, Ilhas Virgens, Guiana Francesa, Martinica e Guadalupe. O Foro de São Paulo respalda as gestões de tais nações perante o Comitê de Descolonização da ONU e outros fóruns internacionais, e considera discriminatória a caracterização dos povos das três últimas como populações por parte do governo francês. Enquanto isso, no Haiti, a luta do povo por mudanças no sistema político e por melhores condições de vida se enfrenta com sistemáticas violações à democracia e à institucionalidade por parte do governo. Com muita preocupação tomou-se nota da injustificada mobilização de tropas dos Estados Unidos para a fronteira desse país com a República Dominicana, assim como a entrega de armamentos a esta última nação.
- 16- Reiteramos a solidariedade com o povo cubano e o repúdio ao bloqueio que há quarenta anos os governos dos Estados Unidos

mantêm contra Cuba. Este fato, recentemente condenado, mais uma vez, pela Assembleia Geral da ONU por votação de 173 a 3, demonstra o isolamento dessa política. Outrossim, denunciemos a violação dos direitos humanos dos cinco cubanos prisioneiros em cárceres dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que demandamos a sua liberdade imediata.

17- Rejeitamos o Plano Colômbia, por constituir este uma estratégia de dominação estadunidense na região, sua aberta utilização com fins contrainsurgentes, a ampliação de uma rede de bases militares dos Estados Unidos que cercam todo o território colombiano e que se estende a outros países, com a cumplicidade de alguns governos em detrimento da sua própria soberania. Tudo isso está levando ao acirramento e ampliação do conflito e da crise humanitária. O Foro enfatiza que o diálogo e a negociação, orientados à busca de uma solução política que resolva suas causas originais, são a única saída para o conflito colombiano, motivo pelo qual exortamos a sua imediata retomada.

18- No caso da Guatemala, vemos com preocupação como os Acordos de Paz, que constituem uma agenda para a construção de uma nova nação multiétnica, pluricultural e multilíngue, e com justiça social, sejam substituídos pelas políticas neoliberais e pelo incremento do orçamento militar, agravando dessa maneira as condições de pobreza, exclusão e marginalização social. Valorizamos a luta das organizações camponesas e indígenas por seus legítimos direitos à terra e saudamos os preparativos da URNG para as próximas eleições como a alternativa para o real cumprimento dos Acordos de Paz.

19- Este é um momento no qual o Foro de São Paulo, integrado por latino-americanos e caribenhos, faz um chamado à reflexão sobre as sábias palavras de Benito Juárez no sentido de que “*O respeito ao direito alheio é a paz*”. É também momento de lembrar com muito orgulho do que sem dúvida foi a maior contribui-

ção da nossa região ao direito internacional e à causa da paz mundial, ou seja, o princípio de não intervenção e o respeito à autodeterminação dos povos. O princípio que deve ser respeitado para preservar a paz é o do direito internacional e não o uso arbitrário do poderio militar ou econômico.

- 20- O Oriente Médio torna-se novamente uma das mais tensas zonas de conflito do mundo. Este XI Encontro do Foro de São Paulo considera totalmente inaceitável a ameaça e o uso da guerra contra qualquer Estado. É por intermediação das Nações Unidas que os conflitos devem encontrar uma solução e, nesses termos, consideramos totalmente condenável a guerra contra o Iraque. Também rejeitamos a política do Estado de Israel de ocupação e genocídio nos territórios palestinos, em violação reiterada das resoluções da ONU. Ao mesmo tempo, pronunciamos-nos contra toda forma de violência que provoque vítimas civis e reiteramos a necessidade da retomada das negociações de paz.
- 21- Diante da intensificação das correntes belicistas no mundo, o Foro de São Paulo chama a intensificar a luta pela paz. Da mesma forma, denunciemos que se pretenda, com o pretexto do combate ao terrorismo, criminalizar as lutas sociais dos povos, e atentar contra as liberdades civis e os direitos humanos em geral. Não aceitamos a condução unilateral das questões de segurança global dos povos e nações. A paz é um desafio cotidianos de todos.
- 22- Por último, diante do agravamento das condições econômicas, políticas e sociais no mundo, o Foro de São Paulo faz suas as conclusões dos encontros de movimentos sociais celebrados recentemente em Quito e Havana, em relação à ALCA, que contribuem a sensibilizar e mobilizar os povos em defesa da sua soberania e do controle das suas economias.
- 23- Por tudo quanto foi exposto, o Foro de São Paulo conclama a intensificar a luta contra o neoliberalismo e pelo respeito à autodeterminação dos povos, como premissa fundamental para a cons-

trução e preservação da paz. A luta popular, eleitoral, parlamentar, das comunidades e dos governos, continua sendo um desafio para todos os integrantes do Foro de São Paulo.

Antigua-Guatemala, 4 de dezembro de 2002

Declaração final do XII Encontro

- 1- Celebrando os 15 anos da fundação do Foro de São Paulo, nesta mesma cidade realizamos nosso XII Encontro, com a presença de 364 participantes de cerca de 150 partidos políticos, entidades e organizações sociais. Participaram os partidos políticos membros da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela. Participaram também entidades e partidos convidados da Alemanha, Bélgica, Canadá, Catalunha, China, Espanha, França, Galícia, Itália, Portugal, Suíça e Vietnam. Contamos, além disso, com a participação de representantes diplomáticos de nove países no Ato Político de comemoração do 15o aniversário do Foro, e com a presença do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil.
- 2- É uma boa ocasião para medir o caminho percorrido através dos 12 encontros que marcaram estes três lustros, desde que, em julho de 1990, convocada pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil, a esquerda latino-americana e caribenha se reuniu para debater e refletir em conjunto, num fórum, os desafios que lhe eram impostos pela realidade e pelo futuro. Transitamos, assim, por um mapa político em mutação ao longo dos anos, além de percorrermos diversos pontos da nossa América Latina, desde a Cidade do México em 1991 (II Encontro) e 1998 (VIII), Manágua em 1992 (III) e 2000 (IX), Havana em 1993 (IV) e 2001 (X), Montevideu em 1995 (V), San Salvador em 1996 (VI), Porto Alegre em 1997 (VII), e Antigua, Guatemala em 2002 (XI).

- 3- Quando celebramos o XI Encontro do Foro de São Paulo em Antigua, Guatemala, em dezembro de 2002, a administração do presidente George W. Bush se encontrava no clímax da ofensiva destinada a tirar proveito dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Bush utilizava a retórica da luta contra o terrorismo e a proclamação da guerra preventiva como pano de fundo para tentar criminalizar as lutas populares na América Latina e no Caribe. Valia-se ademais do clima criado para obter do Congresso estadunidense a autoridade que desbloqueava a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).
- 4- Este balanço evidencia que, quando o FSP dava seus primeiros passos – 15 anos atrás – a situação internacional havia se deteriorado gravemente. Os Estados Unidos se afirmavam como potência dominante na pretensão de impor um mundo unipolar, enquanto grande parte da América Latina acabava de sair de um ciclo de ditaduras militares. Exceto Cuba, que resistia heroicamente ao bloqueio imperialista estadunidense, não existia nenhum governo de esquerda: reinavam o neoliberalismo e o “pensamento único”. Desde então, foram múltiplas as agressões do império norte-americano contra os povos do mundo, sua ofensiva guerreirista e militarista no afã de controlar os recursos naturais estratégicos, impor seus interesses econômicos e políticos, e afirmar o seu poderio mundial, como demonstram as experiências do Afeganistão e do Iraque.
- 5- Mas não foram poucos os planos imperialistas que fracassaram. Os triunfos populares e progressistas arrancaram de suas mãos o controle de importantes países do continente, entre os que se destacam o Brasil, a Venezuela e o Uruguai, juntamente com importantes avanços em outros países do Cone Sul. Na Argentina, o processo iniciado em dezembro de 2001 com a derrocada do governo neoliberal de De la Rúa conclui em maio de 2003 com o triunfo do presidente Néstor Kirchner. Temos que dar o devido valor à nego-

ciação da dívida externa argentina, que abre um caminho para outros países enfrentarem as regras impostas pelo FMI.

- 6- No caso do Brasil, merece destaque a política externa do governo Lula, que defende a inserção soberana do Brasil e da região no cenário mundial. São avanços importantes as políticas sociais do Fome Zero e outras políticas de inclusão social, assim como os progressos na reforma agrária em diálogo com o Movimento Sem Terra. Ressaltamos especialmente a não renovação do acordo com o FMI e o combate implacável à corrupção por parte do governo Lula.
- 7- O Foro de São Paulo valoriza a infatigável luta do povo chileno e suas organizações de direitos humanos na busca da verdade e da justiça, bem como reconhece os avanços nos processos que levam adiante os juízes de dedicação exclusiva no Chile. Valoriza também o Relatório da Comissão de Tortura e Prisão Política (Relatório Valech), que permitiu importantes avanços na luta pela verdade acerca do horror vivido por milhares de homens, mulheres e crianças nos cárceres e centros de detenção da ditadura de Pinochet. A investigação que desvendou o denominado Caso Riggs, que permitiu descobrir as milionárias operações de corrupção de Pinochet e sua família, desmascaram-no perante a comunidade nacional e internacional não só como principal responsável do terror de Estado, mas também como ladrão de Estado.
- 8- As dificuldades da política latino-americana de Bush obedece a dois fatores fundamentais: um é o agravamento da crise política, econômica e social na região. O segundo é a capacidade de luta e construção de alternativas demonstrada pelos povos em toda sua diversidade, mulheres e homens da nossa América Latina e Caribe. Entre as manifestações da crise, ressalta-se a derrocada dos governos de Gonzalo Sánchez de Lozada (Bolívia, 2003), Lucio Gutiérrez (Equador, 2005) e Carlos Mesa (Bolívia, 2005), somando já seis governos neoliberais derrubados pelo movimento popular desde 1997.

- 9- Quanto à capacidade de luta e construção de alternativas, destacam-se: a resistência da Revolução Cubana frente ao recrudescimento da política de bloqueio e isolamento, a derrota das diversas tentativas de desestabilizar e derrotar a Revolução Bolivariana na Venezuela e o governo constitucional do presidente Hugo Chávez nesse país, o triunfo de Lula nas eleições presidenciais brasileiras de outubro de 2002 e o triunfo de Tabaré Vázquez nas presidenciais uruguaias de outubro de 2004. A vitória da Frente Ampla incluiu as maiorias parlamentares e, neste ano, um triunfo consagrador nas eleições municipais. Igualmente, devemos frisar o avanço da esquerda colombiana nas eleições locais em 2003 e o processo de unidade gestado para as eleições de 2006. No Equador, expressou-se um avanço da esquerda nas eleições locais.
- 10- Assim, após o XI Encontro, às vitórias já citadas somam-se os resultados favoráveis aos setores progressistas nas eleições do Panamá e da República Dominicana, Chile, El Salvador, Nicarágua e Venezuela, além de importantes lutas sociais e políticas na área andina: Bolívia, Peru, Equador e Colômbia.
- 11- O primeiro indício de avanços da resistência contra a ofensiva do governo Bush foi a derrota do desenho original da ALCA, ocorrido na Reunião Ministerial das Américas celebrada em Miami em novembro de 2003; o segundo foi a derrota da tentativa de outorgar à Organização de Estados Americanos (OEA) faculdades para monitorar o “funcionamento democrático” dos países da região, que teria sido um mecanismo intervencionista contra o governo de Chávez na Venezuela; o terceiro foi a derrota da tentativa de impor os seus candidatos favoritos para a Secretaria Geral da OEA, o ex-presidente de El Salvador, Francisco Flores, e o secretário de Relações Exteriores do México, Luis Ernesto Derbez.
- 12- Constatamos, portanto, que a situação sofreu uma guinada positiva, a América Latina aparece como o continente com maiores possibilidades de mudanças progressistas.

- 13- Entretanto, a América Latina e o Caribe enfrentam sérios desafios. A situação do Haiti, certamente dramática, exige uma solução política e exige que nos comprometamos a fim de que o povo haitiano avance rapidamente para um exercício real do seu direito à soberania e à autodeterminação, com um decidido apoio internacional frente a suas urgentes carências em matérias de saúde, educação, habitação, obras básicas de infraestrutura e reconstrução ambiental.
- 14- Denunciamos a pretensão do governo estadunidense de se valer da Colômbia como base e fator de controle e penetração dos seus objetivos imperialistas apelando para o Plano Colômbia e para o Plano Patriota para impor em todos os aspectos a sua política de dominação. O seu objetivo com isso é regionalizar a guerra contra os povos andinos, sufocar a sua luta libertadora, comprometer os avanços na República Bolivariana da Venezuela e continuar os seus ataques contra a Revolução Cubana. Destacamos a iniciativa do Grupo de Trabalho do Foro de São Paulo para uma visita de parlamentares de diferentes países, com o objetivo de impulsionar uma agenda concreta com o objetivo de ajudar a promover a solução política negociada para o conflito armado interno e o acordo humanitário para fazer sentir a solidariedade da América Latina com o povo irmão.
- Constata-se claramente a mesma estratégia aplicada no Paraguai, com o pretexto da ameaça terrorista na zona da tríplice fronteira. Essa política é facilitada pela decisão do governo paraguaio de outorgar imunidade a forças militares estadunidenses.
- 15- Manifestamos nossa preocupação pelo recrudescimento do bloqueio a Cuba por parte dos EUA mediante o propósito de estender pelo mundo a aplicação (aberta ou encoberta) das disposições da lei Helms-Burton.
- 16- Rejeitamos igualmente as declarações da nova secretária de Estado para este segundo mandato de George W. Bush, Condoleeza

Rice, sobre o governo da irmã República Bolivariana da Venezuela, chamando-o de “incômodo para os EUA”, e nos solidarizamos com o povo venezuelano e com o seu presidente – democraticamente eleito e ratificado por plebiscito popular – o comandante Hugo Chávez Frías. Em consequência, manifestamos nossa satisfação pela derrota infligida na OEA recentemente às pretensões intervencionistas dos EUA de querer outorgar a este organismo já bastante desprestigiado o papel de juiz certificador do caráter democrático dos países membros, deixando assim aberta a possibilidade de intervenção no caso de um juízo negativo sobre um ou mais governos.

17- Conscientes de que a integração de nossas nações e povos é uma ferramenta fundamental na luta pelo nosso desenvolvimento e nosso progresso, pela nossa soberania e uma globalização diferente, solidária e respeitosa do interesse dos povos, acreditamos ser indispensável trabalhar intensamente para criar uma nova integração Sul-Sul, e especialmente latino-americana e caribenha, que vá além do estritamente comercial e transcenda para o social, cultural e político. Por isso, mantemos uma firme oposição às manobras do império para nos dividir e impor, por outra via, a sua fracassada ALCA, desta vez via os TLC, que agora pretende com a América Central e os países andinos, desconhecendo a demanda dos povos que exigem consulta popular.

18- Constatamos que, no período transcorrido desde o último Foro, houve avanços na integração regional promovidos pela Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela, cujos governos permitiram aprofundar a integração física e energética da nossa América. Hoje na região sul-americana existem três sistemas de integração em andamento, que possuem um papel importante se forem enquadrados na lógica integral já mencionada: a Comunidade Andina de Nações (CAN); o MERCOSUL, com vários países membros associados, Bolívia, Chile, Peru, Venezuela, Colômbia e Equa-

dor, avançando para maiores graus de integração econômica, política e social a se concretizarem em 2006; e a Comunidade Sul-americana de Nações, com grandes projetos de integração de infraestrutura e energia do continente. Destacamos, nesse sentido, as potencialidades do Acordo MERCOSUL-Comunidade Andina de Nações alcançado em 2004, que, com os avanços da oposição no Peru, Equador e Colômbia, contrária à assinatura dos TLC, permitirá a consolidação do projeto de Comunidade Sul-americana de Nações fundado na cidade de Cuzco em 2004, como passo em direção à formação da Comunidade Latino-americana e Caribenha de Nações.

- 19- Na região centro-americana, observamos uma deterioração do processo de integração ao quererem diminuir as funções do Parlamento Centro-americano e da Corte Centro-americana de Justiça, fortalecendo o autoritarismo presidencialista, e anulando todas as expressões sociais do Sistema de Integração Centro-americana (SICA). O Foro de São Paulo apoia as iniciativas de integração comunitária defendidas pelos partidos membros, ao mesmo tempo que respalda a luta contra a implantação do CAFTA e o Plano Puebla-Panamá, como expressões de anexação da região aos interesses dos Estados Unidos.
- 20- O México enfrenta hoje o desafio de alcançar um acordo trinacional para a revisão integral do Tratado de Livre Comércio da América do Norte. Mais ainda, quando os governos do México, Estados Unidos e Canadá pretendem criar a comunidade da América do Norte, cujo primeiro passo é a Aliança pela Prosperidade e Segurança, que não faz mais do que aprofundar as condições econômicas e financeiras de iniquidade que empobreceram essencialmente o México e criar parâmetros no terreno da segurança hemisférica, energética e fronteiriça para criminalizar a migração latino-americana, homologando-a à luta contra o narcotráfico e o terrorismo. O agravamento da crise social no campo

mexicano e a possível ofensiva do poder financeiro estadunidense em terrenos como a saúde pública, a energia e a educação, fazem com que o México, hoje mais do que nunca, deva olhar para a América Latina e o Caribe. Saudamos a possibilidade de que nossos irmãos da esquerda mexicana e os setores progressistas estejam em condições de ganhar as eleições presidenciais de 2006.

21- Valorizamos a materialização e a perspectiva da Alternativa Bolivariana para as Américas, que podemos apreciar, em primeiro lugar, nos convênios entre Venezuela e Cuba, mas que também podem ser identificadas no Convênio Integral de Cooperação Energética entre Venezuela e Argentina, na aliança estratégica Brasil-Venezuela, no Convênio Integral de Cooperação Energética entre Venezuela e Uruguai, bem como nos acordos de criação da TeleSur, da PetroSur e do mais recente, assinado pela Venezuela e os países do Caribe: PetroCaribe. A ALBA se propõe, em primeiro lugar, atacar as imensas dívidas sociais que foram se acumulando na nossa região, com base na cooperação, na complementação produtiva, na defesa da identidade latino-americana e na solidariedade.

22- Declaramos o nosso compromisso de trabalhar, a partir dos nossos partidos, para impulsionar essa nova integração em andamento, cuja agenda deve ser cada vez mais ampliada para atender os interesses dos nossos povos. Queremos que a integração signifique, além de acordos comerciais, uma agenda de complementação produtiva, acessibilidade a mercados regionais e abertura de outros, instrumentos financeiros comuns, complementação física e de comunicações, integração energética, articulação em matéria de defesa, preservação dos recursos naturais, complementação educativa, científica e tecnológica, integração cultural e complementação em direitos trabalhistas e seguridade social.

23- No VI Encontro do FSP, realizado em El Salvador em 1996, afirmamos que “a integração não exclui o interesse nacional” e

que “como processo, deve estar encaminhado a alcançar a convergência e complementaridade econômica e social dos países da região”. Sustentamos que “só mediante esquemas de integração sub-regional e regional será possível alcançar o peso específico que permita negociar com sucesso frente aos blocos econômicos que hoje se consolidam no mundo”. O projeto integrador regional precisa considerar os diversos níveis de desenvolvimento e a heterogeneidade existente na região. Para que a integração seja justa e solidária, estas tarefas deverão estabelecer mecanismos preferenciais, tendo em conta as assimetrias e desigualdades da região. Um princípio importante que deverá ser considerado é o de promover ações para alcançar uma adequada equidade.

24- Justamente por isso, sustentamos que a integração “não pode ficar apenas nas mãos dos governos, devem participar nela ativamente os partidos políticos, os movimentos populares, as organizações não governamentais, os empresários prejudicados pelo neoliberalismo e todos os atores reais, especialmente os verdadeiros produtores de riqueza”. Essa afirmação proferida há quase dez anos reafirma sua vigência à luz dos avanços e limitações existentes nas experiências em desenvolvimento. Na atualidade, continua sendo uma premissa indispensável para a real concretização dos projetos que têm lugar em diferentes regiões da América Latina e no Caribe, em prol de uma verdadeira integração de nações e povos.

25- Denunciamos e rechaçamos o feminicídio, expressão da crescente violência contra as mulheres, como a violência de gênero cuja base é a discriminação e decomposição social produzida pela persistência de uma concepção misógina e paternalista que gerou um novo fenômeno criminalístico nos nossos países, notadamente no México, El Salvador e Guatemala, onde a agressão emocional, econômica, trabalhista, psicológica e física pode chegar inclusive ao assassinato. Consideramos o feminicídio um crime de Estado porque a negligência e indiferença das instituições

responsáveis pela justiça e pela segurança, assim como a ausência de ações legislativas e de governo, reproduzem as condições de impunidade. Denunciamos, na mesma linha, a exploração sexual infantil e de gênero que lacera a dignidade da pessoa humana.

26- Por último, este XII Encontro saúda a participação ativa de representantes de entidades, movimentos sociais, parlamentares e pequenos e médios empresários, mulheres e jovens que, em conjunto com representantes dos nossos partidos, trabalharam nas oficinas deste Foro, que assume todas as recomendações, moções e propostas aprovadas nos mesmos, apresentadas no anexo a esta Declaração.

São Paulo-Brasil, 4 de julho de 2005

Nota: A delegação do Partido Intransigente, da Argentina, manifestou sua discordância com a referência feita no texto sobre o governo Kirchner.

Declaração final do XIII Encontro

De 12 a 14 de janeiro de 2007, em San Salvador, El Salvador, com a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) como anfitriã, desenvolveu-se o XIII Encontro do Foro de São Paulo, com a participação de 596 delegados. Entre eles, 219 representam 58 partidos e movimentos políticos, sociais e igrejas, procedentes de 33 países, assim como 54 convidados de outras regiões do mundo. Destacamos o esforço político e organizativo da FMLN, que garantiu o desenvolvimento exitoso deste encontro, e expressamos nosso reconhecimento à fraternidade e solidária hospitalidade dos companheiros.

Quatro grandes temas nos convocaram a este Encontro, na busca de uma nova etapa de integração latino-americana e caribenha.

- 1- A formulação de políticas antineoliberais que fomentem uma genuína democracia política, econômica e social; o desenvolvimento sustentável; a igualdade plena de todos os seres humanos e uma nova integração solidária.
- 2- A luta contra o colonialismo e a ingerência imperialista, e a favor da solução dos conflitos armados mediante processos de paz nos quais não se extinga o avanço dos nossos povos em direção à imprescindível transformação política, econômica e social em benefício das maiorias e minorias oprimidas.
- 3- O enfrentamento da doutrina imperialista de segurança hemisférica, que promove a militarização.
- 4- A relação entre as forças políticas, os movimentos sociais e cidadãos, e os governos de esquerda e progressistas, e o papel que desempenha a solidariedade internacional.

Durante os trabalhos do Encontro, foram realizadas diferentes oficinas nacionais e internacionais que analisaram e debateram temáticas que fortalecem a construção de linhas legislativas e de políticas públicas, cujas resoluções serão dadas a conhecer por meio da publicação do documento base e dos respectivos relatórios que resumem os debates dos diferentes temas de discussão.

Nesse intercâmbio aberto, franco e pluralista que caracteriza o Foro de São Paulo, todas e todos nós coincidimos em que, apesar de o neoliberalismo continuar sendo a doutrina hegemônica imposta pelos centros de poder mundial, o enfrentamento em ascensão dos povos da sua seqüela de concentração da riqueza e massificação da exclusão social, favorece um acúmulo político sem precedentes por parte da esquerda latino-americana. Esse enfrentamento é um dos fatores fundamentais que explicitam os triunfos eleitorais mais recentes colhidos pela esquerda latino-americana e caribenha, entre eles a segunda reeleição do presidente Hugo Chávez Frías na Venezuela, a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, a eleição do presidente Rafael Correa no Equador e do presidente Daniel Ortega na Nicarágua, cujo povo venceu o medo. Eles contribuem ao processo de mudanças na correlação de forças na região. Com esta batalha político-eleitoral, recuperou o governo – que anos antes havia conquistado – o triunfo da revolução sandinista.

Os novos triunfos eleitorais da esquerda somam-se aos obtidos com a eleição do presidente Tabaré Vázquez no Uruguai em outubro de 2004, a eleição do presidente Evo Morales Ayma na Bolívia, o primeiro líder indígena a chegar à presidência num país da América Latina em dezembro de 2005. E a presença ou apoio de partidos integrantes do Foro em outros governos da região, como é o caso de Michelle Bachelet no Chile e a presença de Néstor Kirchner na Argentina. Também houve triunfos em várias nações do Caribe. No Haiti, o imperialismo norte-americano e a direita local não conseguiram consumar a fraude para evitar a eleição do presidente René Preval.

Junto a estas novas gerações de governos latino-americanos de esquerda ou progressistas que se fortalecem com a primeira eleição de Chávez em dezembro de 1998, ergue-se a revolução cubana com seus 48 anos de luta e resistência. Embora não tenham os candidatos de esquerda ou progressistas triunfado em todas as eleições presidenciais, durante as votações realizadas em 2006, no México, Peru e Colômbia manifestou-se um importante acúmulo político. Acrescentam-se a tudo isso as bancadas de esquerda nas legislaturas nacionais e parlamentos de integração e nos numerosos estados, províncias ou departamentos, e os ainda mais numerosos municípios e governos locais administrados pela esquerda por todos os cantos da América Latina e do Caribe. Esses avanços no terreno político e eleitoral criam condições favoráveis sem precedentes para avançar rumo à derrota política e ideológica definitiva do neoliberalismo na nossa região, mas ao mesmo tempo fazem com que os partidos e movimentos políticos da esquerda latino-americana e caribenha se comprometam a atuar de acordo com as expectativas depositadas neles pelos povos, sob pena de que seus governos sejam apenas um breve lapso após o qual se recicle a dominação neoliberal.

Nestes alvares do século XXI, em que os povos latino-americanos e caribenhos começam a fazer valer a sua soberania, autodeterminação e independência para romper com o neoliberalismo patriarcal, e empreender políticas próprias de desenvolvimento econômico e social, o colonialismo é um anacronismo ainda mais ultrajante do que antes, motivo pelo qual todos e todas nós, que conformamos o Foro de São Paulo, nos comprometemos a redobrar a nossa luta pela autodeterminação e independência das colônias que subsistem na região, como Porto Rico, Martinica, Curaçao, entre outros.

Também lutamos contra o Plano Colômbia, a Iniciativa Regional Andina e o resto dos mecanismos de ingerência e intervenção impostos pelo imperialismo norte-americano como parte de seu sistema de dominação continental, amparados na doutrina de seguran-

ça hemisférica, que utiliza como pretextos o combate ao crime organizado, ao narcotráfico e ao terrorismo, para ampliar e aprofundar a militarização da região e a criminalização da luta popular. Demandamos uma solução política negociada para resolver o conflito armado da Colômbia. Na atualidade, são requisitos para o alcance da paz democrática: a autodeterminação, a soberania e a consolidação das mudanças democráticas na América Latina e no Caribe.

A violência também se abateu sobre as mulheres, que são objeto de feminicídios, violência doméstica, assédio sexual, violência no trabalho e agressões das tropas agressoras e dos governos fantoches. Pronunciamos-nos pela erradicação da violência contra a mulher.

Levantamos as bandeiras que se identificam com a defesa dos direitos dos povos indígenas do continente, reivindicamos a interculturalidade e a condição plurinacional e étnica de vários países da América Latina.

Das nossas respectivas realidades, assumimos o compromisso de levantar uma corrente de opinião, como parte de um movimento que exija o cumprimento dos acordos de paz em El Salvador e Guatemala.

Expressamos a nossa solidariedade com a revolução cubana, fazemos votos pela rápida e efetiva recuperação do presidente Fidel Castro Ruz, reafirmamos a nossa condenação ao bloqueio imperialista, exigimos a liberdade dos cinco cubanos injustamente presos em cárceres estadunidenses pelo suposto delito de lutar contra o terrorismo.

Expressamos a nossa solidariedade com Evo Morales e respaldamos a sua postulação ao Prêmio Nobel da Paz.

O Foro de São Paulo concluiu no seu XIII Encontro que já é hora de que os povos da América Latina e do Caribe sentem as bases para a derrota integral do neoliberalismo patriarcal e o avanço na construção da alternativa ao sistema imperante.

Isso requer uma ação articulada e uma relação respeitosa e complementar entre os partidos, movimentos e coalizões políticas de esquerda e a diversidade de organizações e movimentos populares

e sociais. O que nos permitirá construir as alianças políticas e sociais para fazer avançar em cada país uma ampla frente de luta que integre todos os setores populares e democráticos afetados pelas políticas do modelo dominante.

Esta é uma condição indispensável para a realização e consolidação das transformações das nossas sociedades no terreno econômico, social, ideológico e cultural.

Premissas básicas da construção do modelo alternativo que, em mais de um lugar, se define com uma perspectiva socialista, são a conquista da independência nacional e regional, a justiça social, a democracia política e social, a integração regional e continental baseada na cooperação, o internacionalismo e a solidariedade entre os povos, a defesa e o desenvolvimento dos nossos recursos naturais e da biodiversidade, e a erradicação de toda forma de discriminação contra as mulheres e os povos originários.

O objetivo primordial do modelo alternativo é o bem-estar e a dignificação das pessoas, dos povos e dos países da América Latina.

Nas novas condições históricas vividas pela América Latina e o Caribe, nós, partidos membros do Foro de São Paulo, sentimo-nos comprometidos a voltar todos os nossos esforços políticos, materiais e nossa solidariedade para tornar realidade esta grande oportunidade histórica de derrotar o neoliberalismo e entrar no caminho da construção dessa nova sociedade justa e democrática.

Na projeção da cultura construída no Foro, de sentir como própria cada batalha democrática travada pelas organizações membros, comprometemos a nossa solidariedade com os companheiros da ANN e da URNG da Guatemala, que enfrentarão eleições em setembro próximo, bem como com todas as forças, membros do FSP, que passarão por processos eleitorais.

O fortalecimento da coerência e unidade dos nossos partidos e do Foro de São Paulo, a ética no exercício do poder público, a superação do sexismo, a profunda vinculação com o povo e a solidariedade

internacional são e serão as nossas melhores armas para acometer com sucesso as batalhas vindouras.

O Foro de São Paulo se compromete a defender os processos de mudança em curso e estender toda a nossa capacidade internacionalista e solidária com Cuba, com os governos democráticos e com a luta dos povos.

O fraterno e franco debate do Foro teve como importante contribuição o documento base elaborado e apresentado pelo Grupo de Trabalho. Ele foi enriquecido pelo intercâmbio realizado. As delegações assistentes fizeram próprias as propostas contidas no documento: 1- A publicação de um boletim eletrônico mensal. 2- A constituição de uma escola continental de formação política. 3- A realização de um festival político cultural. 4- A criação de um observatório eleitoral. 5- Desenvolver uma política orientada à juventude e de promoção da arte e da cultura. O Grupo de Trabalho se dedicará a discutir as medidas que permitirão a sua implementação.

O propósito destas iniciativas é permitir uma maior capacidade para fomentar o debate político, o intercâmbio de experiências e para conseguir que o Foro seja um instrumento mais eficaz e permanente para articular o trabalho político dos partidos e movimentos membros.

Os avanços deste Encontro nos permitem cifrar expectativas no desenvolvimento de capacidades para responder aos desafios que o avanço das lutas dos nossos povos nos impõem. E passar para uma nova etapa na atividade do Foro.

O Foro prestou homenagem e manifestou seu reconhecimento ao grande dirigente Shafik Handal, destacando o exemplar compromisso que caracterizou sua luta coerente pela emancipação dos povos.

San Salvador-El Salvador, de 12 a 14 de janeiro de 2007

Declaração final do XIV Encontro

Reunidos em Montevideú, no XIV Foro de São Paulo, entre os dias 23 e 25 de maio de 2008, com a participação de 844 delegados de 35 países, os partidos participantes declaram:

O XIV Foro se realiza num momento em que a humanidade se encontra ameaçada pelas políticas de uma globalização impulsionada unicamente em benefício do grande capital.

A política de guerra preventiva levada adiante pelos Estados Unidos e seus aliados levaram sangue e morte a várias regiões do mundo. O império pretende por essa via desenvolver suas aspirações hegemônicas, breçar o desenvolvimento autônomo dos nossos países e os processos de unidade e integração que permitam ao nosso continente uma melhor defesa de suas riquezas naturais.

Hoje o planeta se encontra ameaçado pela profunda deterioração do meio ambiente e pela mudança climática, produto da exploração selvagem dos recursos naturais. Não obstante, os países industrializados se negam a tomar medidas acordadas em fóruns internacionais que impeçam continuar pelo caminho do desastre.

A crise financeira nos EUA ameaça, junto com o aumento incontrolável do preço do petróleo, provocar uma recessão em escala mundial.

A manipulação e especulação desatada pelas grandes transnacionais aproveitando o aumento da demanda mundial de alimentos, a concentração da propriedade das terras, as monoculturas irracionais, o uso do milho por parte dos Estados Unidos para produzir etanol e o controle das fontes aquíferas, têm provocado uma escalada nos pre-

ços dos produtos agrícolas, que comporta o perigo de afundar grandes populações do mundo em uma fome de incalculável alcance.

A situação da América Latina e do Caribe nestes tempos

*“Não vivemos uma época de mudanças
mas sim uma mudança de época.”*

O momento político da América Latina se caracteriza pelo contínuo avanço das forças políticas de esquerda e forças sociais, que se reflete na conquista do governo por parte de forças progressistas pertencentes ao Foro. Isso ocorre em 13 países da América Latina e do Caribe.

Os movimentos e organizações sociais e cidadãs ganham também cada vez mais espaços através de suas lutas contra as políticas neoliberais e organizam múltiplas manifestações e fóruns onde impulsionam a permanente apresentação de alternativas aos modelos que foram implementados no nosso continente nas últimas décadas.

Como manifestamos na palavra de ordem deste XIV Foro, as forças progressistas do continente que se encontram no governo buscam por diferentes vias implementar projetos que, conforme as características próprias de cada país, lhes permitam enfrentar os principais problemas gerados pelo neoliberalismo. Em todos os nossos países, os níveis de marginalidade, pobreza, analfabetismo, carência de planos de saúde, a violência estrutural, e endividamento externo e interno, a falta de coesão social, a privatização de importantes recursos que foram arrancados da soberania dos nossos países, constituem uma herança muito pesada.

Nesse quadro, se bem é inegável a diversidade de projetos, também é real que todos eles estão contribuindo para o desenvolvimento, a afirmação da soberania e o progresso dos nossos países. As políticas sociais impulsionadas por todos eles constituem um primeiro passo para enfrentar os graves problemas existentes.

Comprovou-se repetidamente o fracasso das receitas dos organismos multilaterais de crédito: FMI, BID, BANCO MUNDIAL e todos os governos progressistas têm empreendido caminhos diferentes e à margem dessas receitas.

O bloco conservador se opõe às mudanças

O avanço dos projetos progressistas na América Latina está sendo enfrentado pelo imperialismo dos EUA e pelas direitas nacionais, as empresas transnacionais e em forma muito importante também pelas grandes empresas midiáticas que sistematicamente realizam campanhas de desinformação.

A ofensiva da direita apresenta múltiplas formas:

- Introduziu na América Latina o conceito de guerra preventiva e aumentou a militarização. É uma situação totalmente inédita comandada pelos EUA e que utiliza o governo da Colômbia como cabeceira de ponte. O exemplo mais flagrante é o ataque militar levado adiante no território do povo irmão do Equador. A recente ativação da IV frota marca a tentativa dos EUA de amedrontar os nossos povos e governos.
- As direitas nacionais tentam levar adiante processos em alguns países, como a Bolívia e a Venezuela, na contramão da história que nesse momento é de integração dos nossos povos.
- Tentam, mediante a fraude, como no caso do México, impedir que novas forças progressistas alcancem o governo. Em 2009, se não forem cumpridas as recomendações da OEA e outras organizações internacionais, corre-se o risco de se repetir o mesmo nas próximas eleições de El Salvador.
- Criminalizam o protesto social e a luta política da esquerda.
- Ainda hoje apelam para a privatização de empresas estratégicas, como no caso do México com seus enormes recursos petrolíferos.

- São mantidas, em pleno século XXI, situações coloniais, como é o caso de Porto Rico.

Neste XIV Foro de São Paulo, nós, partidos nele reunidos, manifestamos que:

- Saudamos o povo paraguaio e todos os partidos e organizações sociais que contribuíram para o triunfo da candidatura do companheiro Fernando Lugo, a quem desejamos sucesso e manifestamos a nossa vontade de contribuir em todos os aspectos de sua gestão.
- Lutaremos para garantir a paz e a estabilidade democrática na região latino-americana e caribenha. Por isso rejeitamos o Plano Colômbia, a Iniciativa Mérida e o Plano Balboa, entre outros, que são a ponta de lança da intervenção militar e da ingerência política na região, ameaçando os projetos de transformação em andamento.
- Fecharemos filas para impedir que o conceito de guerra preventiva que tem lavado com sangue e destruição os povos do mundo se instale no nosso continente. Em tal sentido, a política antiterrorista de Bush e seus aliados buscam criminalizar o protesto social, assim como perseguir os movimentos sociais e políticos que lutam pela transformação de nossos povos. Rechaçamos toda forma de terrorismo, mas nos negamos a usar essa desculpa para criminalizar o protesto social e cobrir de medos a sociedade.
- A situação vivida pela irmã República da Colômbia constitui o principal fator de risco para a estabilidade e a paz da região. Por isso, devemos extremar nossos esforços para chegar a uma saída negociada do conflito armado, que garanta uma paz duradoura e evite a generalização do conflito na região. O acordo humanitário constitui um passo significativo nessa direção que permite a libertação dos reféns civis e militares.

- Defendemos em toda instância a vigência dos direitos humanos, e o aprofundamento da democracia constitui para os nossos partidos um objetivo permanente. Nosso continente sofreu milhares de desaparecimentos e assassinatos como consequência da sua luta pela liberdade, pela democracia e em defesa da justiça e da paz.
- Continuaremos lutando contra o bloqueio que há décadas sofre a irmã República de Cuba. O XIV Encontro saúda muito especialmente os companheiros cubanos neste anos, em vésperas de comemorar 50 anos da sua revolução. Exigimos mais uma vez a libertação dos cinco patriotas processados ilegalmente nos EUA por evitarem atos de terrorismo.
- Impulsionaremos os diversos projetos de integração que, esperamos, possam convergir – MERCOSUL, Comunidade Andina, CARICOM, ALBA-TCP e UNASUL – e que permitam acabar com a velha realidade das veias abertas da nossa América. Integração que, sem ser cópia de modelos geocêntricos, reflita a realidade da nossa região e se constitua em benefício dos nossos povos e como alternativa à globalização neoliberal.
- Não haverá destino para os nossos países se nos mantivermos isolados. A América Latina e o Caribe são o continente da esperança. Suas riquezas são incalculáveis mas a sua inserção no mundo dependerá exclusivamente da força da legitimidade que alcançarem os seus processos de integração. Os países centrais aspiram a nos dividir para conseguirem acordos comerciais em seu exclusivo benefício. Respondamos com a nossa integração.
- Saudamos e apoiamos firmemente a criação da UNASUL, que engloba iniciativas como as do Banco do Sul, como eixo de uma futura unidade dos países e dos povos da América do Sul, e a proposta de criação do Conselho Sul-americano de Defesa. Seu fortalecimento permitirá avançar na criação de uma organiza-

ção permanente integrada unicamente pelos países da América Latina e do Caribe, sem exclusões.

- Expressamos a nossa solidariedade com os processos levados adiante pelos governos irmãos da Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua e rejeitamos as tentativas de desestabilização por parte dos Estados Unidos.
- Proporemos impulsionar projetos de desenvolvimento sustentável que, respeitando o meio ambiente, defendendo a biodiversidade e com o ser humano como centro, assegurem a soberania alimentar e o desenvolvimento cultural dos nossos povos.
- Como parte da defesa das nossas riquezas naturais, expressamos a nossa solidariedade com o México em sua luta para preservar os seus recursos petrolíferos.
- Apoiamos e defendemos os direitos e reivindicações dos povos originários e os afrodescendentes, exigimos o respeito das suas tradições, saberes e cultura, e a defesa dos seus território interculturais.
- Lutaremos pela democratização dos meios de comunicação, colocando-os ao alcance de toda a sociedade, em particular daqueles que nunca foram ouvidos. Declaramos a nossa decisão de lutar pela igualdade social de acesso à tecnologia da informação e à Internet, que deve preservar o seu caráter de bem público global.
- A luta contra o narcotráfico e suas redes requer um novo olhar mais integral, que inclua a corresponsabilidade dos grandes países consumidores, um enfoque de saúde pública, e a não criminalização dos cultivos. Lutamos contra o tráfico e a exploração sexual de meninas, meninos e mulheres.
- A migração é um fenômeno multifatorial. Em sua expressão econômica, é uma tragédia social e familiar para os nossos países, que deve ser enfrentada com políticas públicas de desenvolvimento social e emprego dirigidas a melhorar as condições de vida dos nossos povos. Exigimos o respeito irrestrito

dos direitos humanos dos migrantes, que são violentados nos países receptores, sobretudo nos Estados Unidos, na União Europeia e no Japão. Pronunciamo-nos contra a construção de muros e a favor da livre circulação das pessoas.

- Prosseguiremos a luta para acabar com o fenômeno do colonialismo. Acolhemos os processos de descolonização no Caribe como prioridade e condição para que possa prevalecer uma verdadeira democracia na América Latina e no Caribe. Reiteramos o chamado de apoio à livre determinação e independência de Porto Rico com base na Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU.
- Unimo-nos aos esforços de solidariedade com a autodeterminação e independência de Porto Rico para levar o seu caso perante a Assembleia Geral da ONU a partir do presente ano. De igual maneira, respaldamos as demandas de descolonização e independência de Bonaire, Curaçao, Martinica, Guadalupe e Guiana.
- Os partidos do Foro de São Paulo agradecem à Frente Ampla do Uruguai pela organização do XIV Foro e o caloroso recebimento que ofereceram a todos os delegados.
- Foi uma nova oportunidade para reafirmar os laços que unem os partidos que o integram e a vocação de unidade na diversidade que é nosso sinal de identidade.
- Na pluralidade e diversidade do Foro de São Paulo reside o segredo de uma longa e frutífera existência. Em sua capacidade de “debater sem se ferir, discrepar sem se dividir e polemizar sem deixar de se sentir companheiros” está a garantia da sua preservação como um autêntico espaço de socialização de experiências e de articulação de ações de solidariedade.
- Promoveremos a unidade das esquerdas e o fortalecimento das suas organizações políticas em todos os países como ferramenta importantíssima para impulsionar os processos de mudança.

Nesse sentido, recomendamos ainda o fortalecimento das organizações de juventude no âmbito dos partidos políticos membros do Foro de São Paulo, bem como a criação de um espaço de articulação próprio entre as organizações de juventude dos partidos membros.

- Comprometemo-nos a redobrar esforços para alcançar a equidade de gênero e saudamos os avanços alcançados nessa luta que se manifesta na presença de duas presidentas, amplas bancadas femininas e um importante número de companheiras liderando movimentos sociais.
- Ao culminar nossos trabalhos em Montevideú, deixamos uma fraterna saudação ao povo uruguaio e nos convocamos para o XV Encontro na Cidade do México, onde continuaremos reafirmando a nossa inquebrantável vontade de luta para alcançar a definitiva libertação dos nossos povos e pelo socialismo.

Montevideú-Uruguai, 25 de maio de 2008

Declaração final do XV Encontro

O XV Encontro do Foro de São Paulo teve lugar de 20 a 23 de agosto de 2009, na Cidade do México, com a participação de 520 delegadas e delegados de 32 países da América Latina e do Caribe, e de 38 convidadas e convidados, representando 63 partidos e organizações políticas, forças populares, progressistas e de esquerda. O tema principal do Encontro foi “As alternativas da esquerda latino-americana diante da crise capitalista”.

Tendo o Partido do Trabalho do México e o Partido da Revolução Democrática como anfitriões, os delegados do XV Encontro aprovaram a seguinte declaração:

Primeiro. O Foro de São Paulo, há quase vinte anos da sua fundação, mantém a sua identidade anti-imperialista e antineoliberal. Nos encontros prévios que tiveram lugar, fez-se uma reflexão permanente sobre os problemas e a crise do capitalismo, propondo diversas ideias para construir alternativas democráticas e populares. Se o FSP nasceu num momento em que o neoliberalismo parecia se impor sem resistências, hoje, iniciando a comemoração do Bicentenário dos numerosos processos independentistas latino-americanos e caribenhos, podemos afirmar que o FSP, ao longo desses anos, manteve uma luta constante contra essas políticas, que demonstraram sua falência histórica e seu fracasso, e, ao mesmo tempo, a batalha para tornar realidade os sonhos e as causas dos Libertadores.

Segundo. A profunda crise capitalista que se desatou no ano passado, com epicentro nos Estados Unidos, teve impacto em todos os países do mundo e se vislumbra como sendo de longa duração.

Somam-se a ela outras crises sofridas pelo mundo: a ambiental, a energética e a alimentar, todas as quais agravam as crises sociais e políticas em diversas regiões do mundo. Cabe acrescentar que na América Latina e no Caribe se vive uma séria crise de segurança pública.

Em conclusão, estamos diante de uma crise sistêmica, que não só põe em questão o modelo neoliberal imperante, mas também o modo capitalista de produção. Ratificamos aquilo que anunciamos no Encontro de Montevideu no ano passado: “não estamos apenas diante de uma época de mudança, mas sim de uma mudança de época”.

Terceiro. A crise mundial, em todos os seus níveis e faces, tornou mais distante o objetivo das Nações Unidas, enunciado nas Metas do Milênio, de reduzir a pobreza e a fome no mundo. O que estamos vendo, e será agravado nos próximos meses, é o desemprego e uma queda na qualidade de vida de centenas de milhões de pessoas. Cabe ressaltar a situação da mulher, sobre quem recairá a carga mais pesada.

Não obstante, a crise é também uma oportunidade de mudança no mundo unipolar, já que se acentuou o processo de constituição de blocos econômicos nas diferentes regiões do mundo. Podemos advertir um declínio do poder hegemônico dos Estados Unidos, embora este país continue representando a maior economia do mundo, conservando o maior poder militar e mantendo o controle dos principais meios de comunicação.

Quarto. A crise e o fracasso do neoliberalismo foram advertidos por diferentes setores da esquerda. O FSP foi especialmente claro em assinalar os perigos entranhados pelo monetarismo, o Estado mínimo, a desregulação, a flexibilização, a abertura comercial e financeira e o Consenso de Washington.

No entanto, a crise atual não é apenas financeira e não é possível explicá-la apenas pela falta de controle propiciada pelo neoliberalismo e pelo esgotamento das instituições surgidas de Bretton

Woods. Estamos diante de uma crise mais profunda do que a de 1929, e que será de longa duração. Isso se deve a que ela ocorre numa etapa de máxima expansão e hegemonia do modo de produção capitalista.

Quinto. O desenlace da crise abre um amplo leque de opções para o futuro e será o resultado combinado de dois movimentos: a luta de classes em cada país e os conflitos entre os diferentes Estados e blocos regionais. É provável que dessa inter-relação surjam diversos modelos econômicos e políticos: uns serão conservadores, outros progressistas e outros a caminho do socialismo.

Sexto. O XV Encontro do Foro de São Paulo saúda o 50o Aniversário da Revolução Cubana e reconhece o exemplo da Revolução Cubana que, com sua heróica resistência, contribuiu de maneira fundamental para a nova época de guinada para a esquerda do nosso continente.

Ratificamos mais uma vez o nosso rechaço ao bloqueio do imperialismo norte-americano e reafirmamos a nossa demanda de libertação dos cinco lutadores antiterroristas cubanos injustamente encarcerados em prisões dos Estados Unidos.

Sétimo. Boa parte dos países da América Latina e do Caribe vive, há mais de uma década, um processo de mudanças, desenvolvendo uma crescente luta pela sua soberania e pelos direitos e bem-estar dos seus povos. Os efeitos da crise terão um impacto e podem trazer retrocessos naquilo em que se avançou em matéria de crescimento econômico, emprego e diminuição da pobreza. Fará ainda mais evidentes os limites e problemas das economias primário-exportadoras e controladas por poderosos oligopólios, alheias a modelos de desenvolvimento a serviço dos povos, do seu bem-estar, progresso e liberdade.

Entretanto, é preciso assinalar que a crise não afetará todos os países por igual. Os países primário-exportadores e os altamente dependentes dos Estados Unidos, como o México, terão uma queda

mais forte no seu crescimento econômico e a crise será mais prolongada. No caso dos países governados pela esquerda, haverá maiores possibilidades de superar os problemas, especialmente se eles fizerem esforços para fortalecer as economias internas e a integração regional. Cabe dizer, porém, que embora a margem de manobra desses governos pode se ver reduzida, a crise pode levar a um aprofundamento das mudanças.

Oitavo. A direita latino-americana definiu diversas estratégias para deter o avanço da esquerda e para sabotar os seus governos, partidos e movimentos. De um lado, está dando um renovado brio ao militarismo e à militarização do protesto social, com traços anti-comunistas e racistas. Do outro, a direita se apoia no controle dos principais meios de comunicação para desprestigiar os partidos políticos e fortalecer os poderes fácticos. Vale notar que um dos traços do processo de mudanças, especialmente na região andina, tem sido a luta pela incorporação na vida política, econômica e social dos povos originários, indígenas e das maiorias excluídas mediante vigorosos movimentos sociais.

Denunciamos a estratégia da direita de utilizar como pretexto a luta contra o crime organizado para promover políticas de segurança que militarizam as sociedades, reduzem o espaço de ação política para a esquerda, criminalizam a luta social e promovem o temor entre a população, favorecendo ações cada vez mais repressivas. Este é o caso, particularmente, do que acontece no México e na Colômbia, como também no Peru e em Honduras.

O Foro de São Paulo avaliará permanentemente as estratégias da direita para evitar que elas prosperem e continuará trabalhando para ampliar a força da esquerda.

Nono. O XV Encontro teve a oportunidade de analisar a situação geral da América Latina e do Caribe e focou na reação da direita e do imperialismo diante da crise, através da militarização crescente no nosso continente, a reativação da IV Frota norte-americana-

na, a criminalização da política e do protesto social e a pretensão de impor Convênios ou Tratados de Livre Comércio que garantam os seus interesses e o controle sobre mercados e recursos naturais. Igualmente, analisou em maior profundidade três casos específicos: Honduras, Porto Rico e Colômbia. Denunciamos que o golpe de Estado em Honduras é uma intentona da direita para utilizar os métodos mais brutais e assim deter o avanço das forças progressistas e de esquerda. O XV Encontro assumiu o compromisso de continuar apoiando a luta do povo hondurenho e de exigir a libertação imediata de todos os presos políticos, o fim da repressão, a restituição imediata e incondicional do presidente Zelaya no seu cargo, assim como da ordem constitucional e das liberdades políticas. O XV Encontro se comprometeu a promover a unidade de todas as forças progressistas e de esquerda em Honduras, apoiar a resistência popular e a opção que a esquerda apoiar nas próximas eleições.

Décimo. O colonialismo continua existindo, tanto no nível político quanto no cultural, e isso é inaceitável. O XV Encontro se compromete a fortalecer a luta pela plena independência de Porto Rico e a sua incorporação soberana à comunidade de nações latino-americanas e caribenhas. Exigimos a libertação dos presos políticos porto-riquenhos. Denunciamos ainda a persistência de povos americanos colonizados por países europeus: Aruba, Bonaire, Curaçao, Martinica, Guadalupe e Guiana, que têm direito à autodeterminação.

Décimo primeiro. O XV Encontro rechaça a reativação da IV Frota do Comando Sul dos Estados Unidos e condena energicamente o acordo entre o governo dos Estados Unidos e o governo da Colômbia que permite o uso de bases militares ao longo de todo o território nacional. Esse acordo atenta contra a soberania colombiana e constitui uma ameaça direta para Equador, Venezuela e Bolívia, afetando a estabilidade e a convivência pacífica de toda a região latino-americana e caribenha. Convocamos os povos, partidos e forças populares, progressistas e de esquerda do continente e de todo

o mundo a se oporem à presença militar norte-americana e a se mobilizarem contra a militarização. Unimo-nos à convocatória de atividades contrárias às bases militares que foi impulsionada pelos partidos integrantes do FSP, em especial na Argentina, Venezuela e Colômbia. Denunciamos também o aval que os governos do México e Peru deram a esta medida, evidenciando sua subordinação aos interesses dos Estados Unidos.

Décimo segundo. A esquerda está presente em todo povo em luta e organizado, assim como em seus partidos, seus representantes parlamentares e seus governos municipais, estaduais e nacionais. Sua principal força reside na organização e mobilização popular, que continua se expressando em toda a América Latina de diversas formas, e nas que ressalta o papel dos povos indígenas e originários, como na Bolívia, e na importante luta iniciada pelos povos amazônicos do Peru.

A crise exige que os governos populares, progressistas e de esquerda radicalizem a sua opção a favor da ação do Estado, do investimento público, do mercado interno, da mudança do modelo econômico primário-exportador e sob controle das corporações transnacionais, devendo impulsionar a integração regional. Serão necessárias ações mais decididas para defender a economia popular, combater a pobreza e a desigualdade. Urge por em prática reformas profundas para mudar as estruturas econômicas e políticas imperantes, assim como breçar a deterioração ecológica.

Mais democracia, mais participação e mais organização social são as ferramentas da mudança. É preciso aprofundar a participação popular nas lutas sociais e o resgate da gestão do Estado. Também temos a responsabilidade de gerar e consolidar em cada um dos nossos países a unidade das forças políticas e sociais que procuram a mudança por progresso, justiça e democracia participativa.

Décimo terceiro. Os governos e as forças populares, progressistas e de esquerda da América Latina e do Caribe devem apro-

fundar a integração regional, assim como a criação de organismos supranacionais de gestão política, econômica, social, cultural e ecológica. Devemos avançar na construção de um bloco de nações que possa sair e negociar unitariamente o seu lugar no mundo. Para tanto, temos que fazer avançar de forma complementar os diferentes processos de integração, fortalecendo as ferramentas integradoras que já existem: UNASUL, MERCOSUL, CAN, ALBA, CARICOM, SICA etc., e assim alcançar nosso objetivo estratégico de uma verdadeira Integração Latino-americana e Caribenha.

Décimo quarto. É necessário que os partidos e governos populares, progressistas e de esquerda da América Latina e do Caribe participem no debate sobre a nova ordem mundial que surgirá depois da crise e que já é matéria de disputa. Trata-se de propor a criação de novas regras e de novas instituições mundiais que deem ao mundo, e em especial aos países em desenvolvimento, maior capacidade para financiar suas economias e regular o comércio, o investimento e os fluxos de capital.

Décimo quinto. O XV Encontro do Foro de São Paulo aprovou um plano de trabalho para o próximo ano que se propõe:

- 1- Acompanhar os governos progressistas e de esquerda, organizando um debate e intercâmbio permanente de informação entre os dirigentes dos partidos do FSP sobre a evolução da situação na América Latina e dos governos da região, criando para isso um Observatório de Governos de Esquerda e Progressistas.
- 2- Apoiar decididamente a esquerda hondurenha nos termos da resolução particular aprovada por este XV Encontro.
- 3- Contribuir a fortalecer os movimentos sociais, assim como a plena articulação destes com os povos indígenas e originários na América Latina e no Caribe.
- 4- Gestar e consolidar, em cada um dos nossos países, a unidade das forças políticas e sociais que querem a mudança pelo progresso, a justiça e a democracia participativa.

- 5- Fortalecer os partidos e movimentos sociais e políticos com mecanismos de efetiva democracia interna, formação de gerações para a renovação política e firmes vínculos com os movimentos e dirigentes populares, desenvolvendo com estes um trato horizontal e integrador. Promover a unidade das forças políticas e sociais que buscam a mudança como base para a vitória, estimulando a luta de ideias contra o capitalismo e espaços de unidade de ação que favoreçam a unidade.
- 6- Apoiar os processos eleitorais de 2009 e 2010, com dois objetivos: não perder nenhum governo para a direita e ampliar os espaços da esquerda. Para isso, resolveu-se enviar observadores eleitorais.
- 7- Prestar especial atenção à situação do México, Colômbia e Peru, realizando ao longo de 2010 uma reunião do Grupo de Trabalho em cada um desses países, com o objetivo de debater as respectivas situações nacionais e o que pode o Foro de São Paulo fazer em termos de apoio efetivo.
- 8- Convocar um grande Encontro Continental dos Movimentos Sociais e Partidos Políticos populares, progressistas e de esquerda, integrantes do Foro e das organizações da sociedade civil, pela paz e contra a presença militar imperialista na região, especialmente a instalação das bases militares dos Estados Unidos na Colômbia e a IV Frota.
- 9- Celebrar um evento cimeira, de caráter continental, onde o tema central e único seja o problema do colonialismo em Nossa América.
- 10- Articular a ação do Foro de São Paulo com a luta dos imigrantes latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos.
- 11- Reformar a Secretaria Executiva do Foro de São Paulo, para que daqui em diante seja composta por uma Secretaria Executiva indicada pelo GT, e por três secretarias adjuntas indicadas pelas secretarias regionais (Cone Sul, Andino-amazônica, Meso-americana e Caribenha), de acordo com a resolução específica.

Décimo sexto. Durante o XV Encontro, realizou-se pela primeira vez, de forma paralela, o Primeiro Encontro da Juventude do FSP. Consideramos que isso significa um avanço de grande importância para a esquerda latino-americana e reconhecemos o empenho, a visão e a capacidade política dos jovens do FSP para que este Primeiro Encontro pudesse se tornar realidade. Apoiamos as resoluções tomadas neste primeiro encontro juvenil e consideramos que estas ações devem ser permanentes e prestar a elas maior atenção e todo o apoio necessário.

O XV Encontro faz suas as resoluções dos encontros de autoridades nacionais; parlamentares; escolas e fundações; movimentos sociais, povos originários e afrodescendentes; cultura; e mulheres. O Grupo de Trabalho fará o que for necessário para promover e levar à prática as resoluções adotadas.

Décimo sétimo. O XV Encontro do Foro de São Paulo prestou homenagem ao companheiro Armando Chavarría, dirigente histórico do PRD mexicano, covardemente assassinado no dia da inauguração do Foro. De igual maneira, fez um sentido reconhecimento a Juan Bosch e Marco Benedetti, que simbolizam a coragem e a alma da luta por uma nova América.

Décimo oitavo. Convocamos ao XVI Encontro do Foro de São Paulo, que será levado a cabo em Buenos Aires, Argentina, em agosto de 2010, coincidindo com a celebração de nosso XX aniversário.

Décimo nono. Os delegados assistentes ao XV Encontro do FSP deixaram claro o seu reconhecimento pelo esforço realizado pelos partidos anfitriões, o PT e o PRD do México, para a realização deste importante e exitoso encontro da esquerda latino-americana.

Cidade do México-DF, 23 de agosto de 2009

Declaração final do XVI Encontro

O Foro de São Paulo celebra vinte anos de existência. Neste momento, valorizamos o vigor deste espaço de unidade, solidariedade internacionalista, intercâmbio e cooperação entre os partidos e organizações políticas de esquerda da América Latina e do Caribe, que em seu XVI Encontro continua se fortalecendo como expressão do novo quadro político vivido por nossa região.

A América Latina e Caribenha vive mudanças profundas.

Entre essas mudanças, destacam-se as ações dos governos de esquerda e progressistas, que desde 1998 estão edificando mais democracia e mais qualidade de vida para as maiorias populares antes excluídas, assim como mais soberania nacional e integração continental entre países que antes estavam submetidos isoladamente às ameaças de império.

Entre as diferentes expressões da integração latino-americana e caribenha, ressaltam a Aliança Bolivariana para os Povos da América Latina (ALBA) e seu trabalho solidário; a União de Nações Sul-americanas (UNASUL), que jogou um papel extraordinário contra aqueles que queriam dividir a Bolívia e a favor da reconciliação entre as irmãs nações da Colômbia e da Venezuela; e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), um escalão superior na dinâmica de integração, que de alguma maneira recolhe os postulados originários dos pais e mães fundadores da Nossa América.

As mudanças na nossa região têm como pano de fundo a crise do capitalismo neoliberal e a deterioração da hegemonia estadunidense.

se. A crise do capitalismo é profunda e ainda não está superada. Como resultado disso, mas também do nosso trabalho, o Estado, os interesses nacionais, a solidariedade, a integração regional e o socialismo se fortalecem como alternativas das sociedades frente aos descabimentos do modelo de sociedade de mercado. Ao mesmo tempo, o multilateralismo e a multipolaridade vão se fortalecendo como alternativas ao unilateralismo imperial.

Os movimentos sociais, os partidos progressistas, democráticos, populares, nacionalistas, de esquerda, nossos parlamentares e governos locais, estaduais e nacionais tiveram uma participação decisiva nessas mudanças. Sem a nossa intervenção, poderia acontecer o que acontece em outras regiões do planeta, onde a crise do neoliberalismo abre espaço para soluções conservadoras.

Este é o grande êxito do Foro de São Paulo, criado em 1990, no contexto da ascensão neoliberal, da crise do socialismo no Leste Europeu e do unilateralismo imperial dos Estados Unidos. Resistimos, lutamos, apresentamos propostas, defendemos nossas ideias, estamos realizando governos transformadores e estamos vencendo aqueles que falaram em pensamento único e fim da história.

As forças conservadoras nos nossos países e seus aliados externos não aceitam esta situação e fazem o possível para deter e reverter os avanços das esquerdas. Para esse fim, dispõem de todos os meios: as campanhas midiáticas e eleitorais, os golpes, o bloqueio econômico e as pressões militares.

O XVI Encontro do Foro de São Paulo ocorre em meio ao transcurso da luta política entre os setores populares e a direita, que é a marca dos últimos anos, na disputa acirrada pelos rumos do nosso continente. No último período, junto a movimentos de contra-ataque postos em marcha pela direita e pelo imperialismo estadunidense, persiste a iniciativa das forças de esquerda. Prossegue, com importantes avanços, o processo de integração sul e latino-americano. Em 2009, observaram-se as reeleições presidenciais na Bolí-

via e no Equador; no Uruguai a Frente Ampla obteve nova vitória e em El Salvador a FMLN foi vitoriosa.

Nesses e noutros países, como México e Peru, o Foro de São Paulo joga um papel positivo na unidade das forças populares e de esquerda.

Para derrotar o contra-ataque das direitas e do imperialismo, para continuar avançando, o XVI Encontro do Foro de São Paulo indica como tarefas fundamentais para os partidos e organizações de esquerda e progressistas da América Latina e do Caribe:

- ampliar a unidade dos partidos progressistas, populares e de esquerda;
- consolidar as conquistas e não ceder nenhum espaço para a direita;
- aprofundar as mudanças nos países que governamos;
- apoiar os partidos de esquerda que ainda não são governo na região;
- derrotar o contra-ataque da direita;
- acelerar o processo de integração;
- fazer deste ciclo de governos progressistas e de esquerdas o ponto de partida para um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe.

Estas foram algumas das principais conclusões do XVI Encontro do Foro de São Paulo, que se realizou de 17 a 20 de agosto de 2010, em Buenos Aires, Argentina, com a presença de 600 delegados e delegadas, convidados e convidadas de 54 organizações, provenientes de 33 países.

O Foro incluiu, além dos plenários, oficinas temáticas: sobre parlamentares; autoridades estaduais e locais; fundações e escolas ou centros de capacitação; políticas de defesa regional e continental; meio ambiente e mudança climática; movimentos sociais (contra a criminalização); trabalhadores da arte e da cultura; democratização dos meios de comunicação; segurança, delinquência organizada e direitos humanos; soberania nacional e descolonização; migra-

ções (Declaração de Los Angeles, Lei Arizona, leis europeias); encontro de gênero; II Encontro de juventudes; Regional Andino-amazônica; Regional Cone Sul; Regional Mesoamericana e Caribenha, cujas conclusões principais são objeto de resoluções especiais aprovadas pelo XVI Encontro.

O XVI Encontro sugere a inclusão na agenda do Foro da temática racial, na perspectiva de formalizar a cooperação política entre os movimentos e os partidos que integram o Foro, com o propósito de universalizar a luta contra o racismo e a xenofobia em todas as suas expressões, por todos os cantos da América Latina e do Caribe.

Reconhecemos o papel estratégico da cultura na luta política, como um direito humano inalienável, como um bem superlativo para os nossos povos e tendo a educação como um grande aliado e o único caminho possível em sua defesa. Um dos principais ativos da América Latina e do Caribe é nossa diversidade cultural, já que a cultura é um bem inesgotável.

A estratégia contra-insurgente dos Estados Unidos acarretou a intervenção militar e a militarização da segurança pública nos países da América Latina, sob o argumento da luta contra a real ação e violência das bandas delinquentiais e do narcotráfico que puseram em estado de crise humanitária os nossos povos e que são protegidas, política e financeiramente, pelas próprias elites dominantes às quais servem.

Por isso, o FSP convoca os partidos, governos e movimentos democráticos e de esquerda a abrirem os espaços para o debate e formulação de ideias e propostas em vistas à construção de uma política regional integral antidrogas que seja apresentada perante o XVII Encontro do Foro de São Paulo.

O Foro abordou o tema do colonialismo na região caribenha e aprovou a decisão de levar o caso colonial de Porto Rico para a Assembleia Geral das Nações Unidas, comparecendo com uma delegação perante o Comitê de Descolonização.

O XVI Encontro do Foro de São Paulo, realizado em Buenos Aires de 17 a 20 de agosto de 2010, expressa sua plena solidariedade com a demanda argentina pela descolonização dos arquipélagos das Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, ocupadas pela Grã Bretanha desde o século XIX; apoia as resoluções das Nações Unidas que instam ambas as partes em conflito a iniciarem de imediato as negociações – às quais a Coroa Britânica vem se negando sistematicamente – tendentes a por um fim nessa rêmora do passado colonial particularmente anacrônica neste século XXI, quando várias nações celebram o Bicentenário da gesta independentista que as viu nascer como repúblicas.

O Encontro do Foro de São Paulo expressa sua profunda preocupação pelo estabelecimento da grande base militar da OTAN de Mount Pleasant, na Ilha Soledad, que constitui um perigo para todos os povos e países da região e contradiz abertamente a resolução da ONU que exige fazer do Atlântico Sul um oceano de paz e cooperação; e adverte que a presença dessa fortaleza militar na Ilhas Malvinas foi e é um fato de força esgrimido pelo governo britânico para continuar negociando com grandes empresas transnacionais a concessão de licenças de pesca e de exploração de petróleo, o que constitui uma ação ilegal por se tratar de um território em disputa de soberania.

O Foro teve a oportunidade de compartilhar com a presidenta da República Argentina, Cristina Fernández e com outras autoridades do governo argentino, através de quem transmitimos o nosso agradecimento ao povo e aos setores populares argentinos pela calorosa recepção oferecida ao XVI Encontro do Foro de São Paulo.

O Foro prestou homenagem à vida exemplar da heroína porto-riquenha Lolita Lebrón, consciência sublime da luta centenária do continente latino-americano e da luta do povo porto-riquenho por sua libertação nacional.

O XVI Encontro do Foro de São Paulo prestou homenagem ao

destacado dirigente comunista do Chile, Luis Corvalán, que foi protagonista durante quase 40 anos de fatos notáveis da história chilena, que já estão inscritos como parte inerente das nossas lutas, e com uma contribuição para a libertação dos povos da América e que continuarão repercutindo e influenciando nas nossas lutas por muito tempo.

O XVI Encontro do FSP também rendeu uma afetuosa homenagem a um grande pensador e revolucionário venezuelano, como foi Alberto Muller Rojas, quem se desempenhou em vida como primeiro vice-presidente do Partido Socialista da Venezuela (PSUV).

O FSP manifestou ainda a sua solidariedade com as forças revolucionárias e socialistas da Venezuela e auguram uma contundente vitória nas eleições legislativas que terão lugar no próximo dia 26 de setembro.

O Foro fez uma homenagem também a Tomás Borge por ocasião de seu aniversário e decidiu que a sede do XVII Encontro será a cidade de Manágua, Nicarágua.

O Foro recebeu ainda Manuel Zelaya e decidiu incorporar ao Foro de São Paulo a Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP).

Muitas foram as mensagens recebidas durante os quatro dias de Foro, entre as quais destacamos as do Partido Comunista de Cuba. O Foro reafirma nossa solidariedade com Cuba, a condenação ao bloqueio, a demanda pela libertação dos cinco heróis.

O Foro recebeu mensagem do presidente Lula, do Brasil, e expressa seu apoio e esperança na vitória eleitoral das forças progressistas nesse país.

Parte importante das reflexões do XVI Encontro do Foro de São Paulo foi dedicada ao tema da paz.

A situação internacional se caracteriza por novas ameaças de guerras, não obstante o rotundo fracasso das investidas imperialistas no Iraque e Afeganistão. Rejeitamos firmemente o caminho da guerra imperialista e levantamos a bandeira da paz e o diálogo no

conflito das potências imperialistas contra o Irã e outros países ameaçados pelos EUA e a OTAN.

Compartilhamos das vozes que alertam o mundo sobre os riscos de um conflito militar de gravíssimas consequências, motivo pelo qual saudamos a recente assinatura do Acordo de Teerã, entre Brasil, Turquia e Irã, em defesa do direito, consagrado nas normas internacionais, de domínio da tecnologia para a produção de energia nuclear com fins pacíficos por parte de países em desenvolvimento.

E convocamos a uma forte mobilização pela paz na América Latina e no Caribe.

O Foro de São Paulo se pronuncia pela retirada de todas as bases militares estrangeiras da América Latina e do Caribe, condição *sine qua non* para a preservação da paz na região.

A paz no mundo está ameaçada pela estratégia dos Estados Unidos, que tenta compensar o seu declínio ideológico, político e econômico com o recurso da ação militar, campo no qual continuam tendo uma hegemonia incomparável.

Na América Latina e no Caribe, a estratégia dos Estados Unidos é representada pelo Plano Colômbia, as bases militares antigas e novas na região, a reativação da IV Frota, assim como a presença dos serviços de inteligência e policiais, sob pretextos vários.

A solução política negociada para o conflito armado colombiano se constitui numa prioridade para a paz regional e para o avanço dos governos progressistas e de esquerda. Em consequência, o Foro de São Paulo se compromete a impulsionar uma ação decidida com os governos e movimentos sociais na região. Em especial buscará que a UNASUL desempenhe um papel de facilitação ou mediação.

O Foro de São Paulo reafirma que as saídas militares não solucionam o conflito de várias décadas, muito pelo contrário, aumentam a crise humanitária que padece o povo colombiano. Mais de quatro milhões de deslocados e refugiados, centenas de milhares de desaparecidos e assassinados, valas comuns, detenções arbitrárias,

ameaças e ataques aos movimentos sociais e aos partidos de oposição política.

Para o Foro de São Paulo, é necessário que se respeite o Direito Internacional Humanitário e os Direitos Humanos, que se acabe com a prática do sequestro, da desapareição forçada, das detenções arbitrárias e se avance na libertação de pessoas retidas e na concretização de acordos humanitários. É igualmente necessário que se garantam os direitos das vítimas à verdade, à justiça, à reparação e à não repetição, bem como à devolução das terras despojadas.

O Foro de São Paulo defende um plano de paz que se fundamente numa saída política negociada e justa para o conflito interno colombiano, que inclua:

- a imediata libertação de todos aqueles que foram privados de sua liberdade com motivo do conflito político;
- o fim das hostilidades;
- a agenda humanitária;
- uma negociação com mediação externa.

Outrossim, o Foro de São Paulo manifesta o seu respaldo ao restabelecimento das relações entre Colômbia e Venezuela. O Foro de São Paulo faz parte do esforço pela paz, dispondo-se a cumprir o papel que as partes diretamente envolvidas julgarem adequados.

O tema da defesa regional e continental passa a constituir uma das dimensões do processo de integração regional. Em especial saudamos o surgimento do Conselho Sul-americano de Defesa, no âmbito da UNASUL. Denunciamos o papel e a presença de atores extrarregionais – notadamente do imperialismo estadunidense – como fator de instabilidade em matéria de segurança e defesa na nossa região. Rejeitamos a existência de bases militares estrangeiras na América Latina e no Caribe e reafirmamos a proposta de que a nossa região se constitua numa zona de paz. Por fim, saudamos o processo de renovação doutrinal no pensamento estratégico dos países dirigidos por forças progressistas e apoiamos a ideia, no

âmbito da UNASUL, de afirmação de um pensamento geopolítico autóctone, que valorize as nossas independências e soberanias nacionais.

O Foro de São Paulo nasceu num momento no qual o neoliberalismo parecia invencível. Hoje, quando se realiza a comemoração do Bicentenário dos numerosos processos independentistas latino-americanos e caribenhos, podemos afirmar que o FSP é uma iniciativa bem-sucedida.

Nosso sucesso não reside em que tenhamos conseguido alcançar todos os nossos objetivos. Ainda estamos longe disso: um exemplo é a situação do Haiti, para o qual o Foro de São Paulo convoca à solidariedade internacional.

Nosso êxito reside em que contribuímos não somente a construir a época de mudanças em que estamos, mas principalmente porque escolhemos um caminho que está nos levando a construir uma mudança de época.

Um caminho baseado na resistência ao capitalismo neoliberal, na valorização da democracia, na construção de um novo modelo econômico-social de desenvolvimento, em novas formas de governar, em defesa do socialismo e na percepção de que a unidade das esquerdas, em todas as suas diversas expressões, é uma condição essencial para a nossa vitória.

Viva os povos latino-americanos e caribenhos!

Viva o Foro de São Paulo!

Buenos Aires-Argentina, 20 de agosto de 2010

Declaração final do XVII Encontro

O XVII Encontro do Foro de São Paulo, reunido em Manágua, por ocasião do 50º Aniversário da fundação da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua e a 116 anos do natalício do General Augusto C. Sandino, contou com a participação de 640 delegados de 48 partidos membros pertencentes a 21 países, e 33 convidados de 29 partidos pertencentes a 15 países da África, Ásia e Europa.

As organizações e participantes presentes no XVII Encontro debateram durante cinco dias temas de grande interesse para os povos latino-americanos e para toda a humanidade, tais como: o projeto alternativo das forças populares, progressistas e de esquerda na América Latina e no Caribe; os êxitos dos governos e parlamentos nacionais, estaduais e locais impulsionados pelos partidos do Foro; a crise internacional, em todos os seus aspectos: econômico, alimentar, energético, climático, social e político; a luta pela descolonização e pela soberania nacional; as ameaças e tragédias causadas pelas políticas do imperialismo e pela direita, tais como as do narcotráfico e do crime organizado, que atentam contra a paz, os direitos humanos e os direitos dos povos.

Foram debatidos ainda outros assuntos de importância transcendental, como a necessidade de democratização da informação, da comunicação e da cultura; a luta por ampliar os direitos e a participação das mulheres, dos jovens, das etnias e dos povos originários; a defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias; os desafios dos movimentos sociais; a temática da defesa e da segurança.

Nós, partidos políticos participantes do XVII Encontro, que já governamos uma importante quantidade de países no nosso continente, reafirmamos a nossa inabalável disposição para continuar construindo uma mudança de época, o que inclui alcançar novos avanços da esquerda e das forças populares e progressistas latino-americanas e caribenhas nas eleições deste ano de 2011; na Argentina, para derrotar a direita e aprofundar as mudanças; no Peru, com um patriota firmemente identificado com a democracia e comprometido com que a prosperidade econômica chegue aos setores empobrecidos do seu país, Ollanta Humala; na Nicarágua, com o experiente combatente e estadista, líder revolucionário sandinista, Comandante Daniel Ortega; e na Guatemala, com a lutadora pelos direitos dos nossos povos originários e Prêmio Nobel da Paz, Rigoberta Menchú, como candidata de todas as forças unidas de esquerda, o que constitui uma conquista histórica que nos cobre de júbilo.

O Foro de São Paulo parabeniza por sua valentia e sua vocação indeclinável pela democracia o presidente Rafael Correa, por ocasião do inquestionável triunfo obtido no referendo para o estabelecimento de políticas que aprofundem o processo de mudanças vivido no Equador.

As vitórias da esquerda desde a eleição do Comandante Hugo Chávez em 1998 até o triunfo da FMLN com Mauricio Funes em 2009 expressam a nossa fortaleza política, em parte como resultado do rechaço ao neoliberalismo e à política tradicional; mas sobretudo pela atividade política organizada da esquerda que, desse modo, conquistou não apenas governos nacionais, mas também governos locais, estaduais e espaços nos poderes legislativos. A partir dessas novas posições de poder político, nós nos colocamos como objetivo o desmonte do modelo neoliberal e a construção de uma alternativa que responda às demandas imediatas e históricas dos nossos povos.

As políticas de governo impulsionadas pela esquerda e forças populares e progressistas latino-americanas e caribenhas, orienta-

das à redistribuição da riqueza, ao controle dos recursos naturais, à crescente participação dos cidadãos e dos setores sociais na vida política e econômica acompanhada pela correspondente institucionalização de tais processos, marcam o rumo desse processo de mudanças que tem como ponto de referência inicial a necessidade de formular e construir projetos alternativos ao neoliberalismo. A redistribuição da renda, a democratização da comunicação e a defesa da soberania nacional constituem bandeiras comuns e indeclináveis das forças de esquerda no continente.

A superação do neoliberalismo surgirá da diversidade dos processos nacionais, da unidade das forças progressistas e de esquerda, da sua consolidação, do aprofundamento das mudanças e, como parte deste, da radicalização da democracia, tudo quanto poderá habilitar etapas superiores do desenvolvimento social. A crise capitalista em curso representa para os movimentos sociais novos desafios: não somente a denúncia do modelo neoliberal, mas também a construção de alternativas históricas.

As políticas e conquistas das forças de esquerda no governo a favor dos setores populares do nosso continente se manifestam em projetos de construção social que se correspondem, cada um deles, com as realidades dos países, entre os quais se destaca sempre a Revolução Cubana, neste momento empenhada mais uma vez no seu aperfeiçoamento, mediante a atualização do seu modelo econômico com a mais ampla participação popular, o que adquire um significado muito particular se consideramos que o processo revolucionário na maior das Antilhas é fonte de inspiração para os revolucionários do mundo e que sem a sua contribuição não teria sido possível o auge da esquerda e do movimento popular na América Latina com a chegada do novo século.

Repudiamos mais uma vez a terrível injustiça, a arbitrariedade, a falta de ética e a moral dupla aplicadas pelo imperialismo norteamericano contra os cinco heróis cubanos lutadores contra o terro-

rismo, que são mantidos encarcerados enquanto, por outro lado, protege-se e absolve-se de delitos maiores um terrorista confesso e delinquente como Luis Posada Carriles, e enquanto se aplica há cinquenta anos o mais prolongado bloqueio já exercido contra qualquer país do mundo, com o objetivo de render pela fome e enfermidade a totalidade de um povo pelo simples fato de ter decidido construir o seu próprio destino de uma forma que não é do agrado dos poderosos do mundo.

Processos revolucionários e de transformação social destacam-se na América Latina mostrando com suas políticas e com a implementação de projetos alternativos, que os interesses populares só podem ser defendidos com efetividade se contarem com uma força política organizada que apresente batalha contra a direita, a oligarquia e o imperialismo. Mostra disso são, além da Revolução Cubana: a Nicarágua com sua Revolução Sandinista novamente em marcha, cristã, socialista e solidária; a Venezuela com a Revolução Bolivariana e a construção do socialismo do século XXI; El Salvador com a retirada da oligarquia do poder e a grande maturidade da FMLN no que diz respeito a suas alianças no governo que iniciou mudanças favoráveis no país; assim como as grandes mudanças no Brasil e no Uruguai; a Bolívia com a construção do Estado Plurinacional e o socialismo comunitário; o Equador com a Revolução Cidadã; o Paraguai alcançando melhoras notáveis nas condições de vida do seu povo; a Argentina resgatando o país da prostração e débacle causadas pelo neoliberalismo e promovendo novos direitos.

Contudo, os êxitos obtidos nas lutas recentes não devem nos levar a desconhecer o perigo representado pelo contra-ataque do imperialismo, da direita e das oligarquias locais a seu serviço, prontas para atuar a qualquer momento no nosso continente, e pelas bases militares estrangeiras em diversos países e territórios coloniais. Além disso, em seus ataques contra os governos progressistas e revolucionários, a direita tem recorrido sistematicamente à fraude

eleitoral, cujo exemplo mais evidente é o do México; e tem retomado o uso dos golpes de Estado, que foram afortunadamente derrotados pelas forças populares na Venezuela, Bolívia e Equador.

O Foro de São Paulo reafirmou o seu apoio à Frente Nacional de Resistência Popular de Honduras (FNRP) em sua luta de resistência contra o governo atual que não é mais do que uma prolongação do golpe de Estado perpetrado contra o governo legítimo de José Manuel Zelaya. Acompanhamos o processo de mediação em curso para o regresso do presidente Zelaya.

Reafirmamos que enquanto as demandas da FNRP não forem cumpridas, não aceitamos o retorno de Honduras aos espaços internacionais dos quais foi corretamente expulsa, tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Sistema de Integração Centro-americano (SICA), que se encontra em verdadeiro estado de paralisia como parte de toda uma crise gerada pelo golpe de Estado.

Reiteramos a nossa firme convicção de que o conflito interno na Colômbia, com profundas raízes históricas e socioeconômicas, somente pode ser resolvido pela via da negociação política. Reafirmamos o nosso apoio ao Polo Democrático Alternativo, partido da unidade da esquerda colombiana e único partido da oposição.

Expressamos a nossa solidariedade com a luta do povo haitiano pela reconstrução do seu país, a superação das consequências das políticas que o levaram à miséria, incluídas as ocasionadas por desastres naturais, e em defesa da sua soberania frente ao intervencionismo dos EUA e outras potências imperialistas.

Apoiamos a luta do povo Mapuche no Chile, que exige o seu reconhecimento como povo originário.

O XVII Encontro do Foro de São Paulo tem lugar em momentos particularmente complexos e dramáticos na arena mundial. As rebeliões populares nos países árabes, entre as que se destacam as da Tunísia e do Egito, demonstram que os povos não permanecem passivos eternamente, mas também nos lembram que a reação

mundial e o imperialismo não permanecerão jamais indiferentes e farão o que for necessário para frustrar o ânimo revolucionário dessa rebeldia.

Destacamos a flagrante violação da soberania nacional da Líbia, cujo povo está sendo bombardeado pelas forças da OTAN no que constitui um ataque em massa das potências imperialistas do mundo contra uma só nação, soberana e independente que, portanto, tem o direito de escolher por si mesma o regime socioeconômico e político que mais lhe convém, que corresponda a suas próprias aspirações, cultura e forma de ver o mundo e a vida; assim como de resolver sem imposições externas os seus problemas e conflitos internos.

O Foro de São Paulo demanda o fim da agressão imperialista contra o povo líbio, a começar pela suspensão imediata dos bombardeios; da mesma forma que coloca a necessidade de um cessar fogo de ambas as partes em conflito dentro da Líbia, acabando com a confrontação fratricida, de modo a obter uma solução pacífica para a guerra civil, sem condições prévias que apenas obstaculizam os esforços que possam ser feitos para alcançar a paz.

Em tal sentido, fazemos próprias todas as iniciativas que promovem a paz na Líbia, tais como as empreendidas pela ALBA, pela União Africana e pelo grupo integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Somos solidários com a luta do povo palestino pela criação de um Estado nacional independente e saudamos o acordo entre suas diversas forças políticas, ao mesmo tempo em que exigimos o restabelecimento das fronteiras existentes em 1967. Saudamos e manifestamos novamente o nosso apoio ao povo saharauí e à República Árabe Saharauí Democrática pelo reconhecimento de sua soberania nacional, e conclamamos a Organização das Nações Unidas a intensificarem os esforços para que o povo saharauí possa exercer o seu direito à autodeterminação, mediante um referendo conforme o direito internacional.

O Foro de São Paulo reitera a sua posição de que o terrorismo não se pode combater com mais terrorismo, desprezo pela soberania nacional, violência contra civis e execuções individuais.

As elites de poder nos países dominantes recorreram ao estigma do terrorismo para criminalizar a justa luta dos povos por sua liberdade e em defesa dos seus direitos, enquanto por outra parte se pratica o terrorismo de Estado e para isso se faz uso do pretexto das ações “humanitárias”. Denunciamos a pretensão dos EUA de imporem a sua agenda de Segurança Hemisférica, particularmente em alguns países cujos governos de direita permitem a militarização da segurança pública, ameaçando a democracia, a paz e os direitos humanos.

Num mundo globalizado, onde as forças da reação mundial e o imperialismo atuam de maneira cada vez mais agressiva, e num momento caracterizado por uma das mais profundas e integrais crises do sistema capitalista, fazem-se mais necessários do que nunca os processos de integração, uma das garantias para que o nosso continente tenha uma identidade e um peso específico com capacidade de influência no mundo atual. Nesse sentido, é importante destacar a derrota da iniciativa norte-americana da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA), e o impulso de alternativas como a Aliança Bolivariana dos Povos da América Latina e do Caribe (ALBA), iniciativa que ressalta entre os processos de integração e união latino-americana e caribenha pela prática sistemática da solidariedade entre os povos, a melhora nas condições de vida e na defesa dos direitos sociais dos setores populares nos países que fazem parte dessa aliança e em outros que, sem ser membros, foram beneficiados por seus projetos específicos.

Uma importantíssima expressão de integração continental soberana é a UNASUL, com a qual os países avançam na defesa dos interesses comuns dos nossos povos. Saudamos o papel da UNASUL contra os golpes de Estado na Bolívia e no Equador, e no

acordo entre Colômbia e Venezuela para normalizar as suas relações. Reconhecemos o papel do recentemente falecido ex-presidente argentino Néstor Kirchner como primeiro secretário-geral desse organismo.

Um verdadeiro acontecimento está se gestando a partir do momento em que, unanimemente, os países membros do Grupo do Rio decidiram a conformação de uma nova organização continental que agrupará todos os países da América Latina e do Caribe: a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Demandamos a inclusão de Porto Rico nesse organismo como uma forma de avançar na luta para alcançar o reconhecimento pleno de seu direito à soberania nacional.

A persistência do colonialismo constitui uma situação particularmente grave em nosso continente, situação que afeta diretamente os povos de Porto Rico, Martinica, Guadalupe, Curaçao, Aruba, Bonaire, a “Guiana francesa” e as Ilhas Malvinas argentinas, e que constitui um obstáculo para a realização completa do processo de integração, representando ao mesmo tempo uma ameaça para a soberania dos povos da América Latina e do Caribe. O Foro de São Paulo reafirma a sua solidariedade com os povos de todos os continentes que lutam pelo respeito de sua soberania e se opõem à dominação e à exploração.

O imperialismo, a direita do continente e as oligarquias pretendem retardar e impedir a integração continental. Esse foi o propósito da ALCA, assim como dos Tratados de Livre Comércio (TLC) e, também, do Acordo do Pacífico, assinado em Lima pelos governos do México, Colômbia, Peru e Chile, interessados num TLC com os Estados Unidos e alinhados com a política exterior de Washington.

Destacamos que o Foro de São Paulo realizará o seu próximo encontro em Caracas, em solidariedade com a Revolução Bolivariana, com motivo da instalação da CELAC e no marco do Bicentenário de nossas independências.

É de se ressaltar a vital importância neste XVII Encontro do Foro de São Paulo do debate sobre a estratégia e os projetos alternativos da esquerda latino-americana e caribenha, e a unidade dos povos do nosso continente para a defesa dos seus interesses frente às ações das grandes potências que pretendem perpetuar a dominação histórica que nos subsumiu na miséria e nas injustiças sociais. Apenas unidos conseguiremos vencer e essa é a razão de ser do Foro de São Paulo como espaço de encontro das forças populares, progressistas e revolucionárias que lutam por um continente com justiça, liberdade e prosperidade e um futuro socialista para os nossos povos.

Por fim, é importante destacar que a Nicarágua, país sede deste XVII Encontro do Foro de São Paulo, dispõe-se a um novo triunfo da esquerda latino-americana e caribenha no mês de novembro, com o seu candidato, o Comandante Daniel Ortega, a quem oferecemos todo o nosso apoio.

O XVII Encontro do Foro de São Paulo conclui expressando a sua profunda gratidão ao povo nicaraguense e manifestando o seu mais firme respaldo ao triunfo eleitoral da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

VIVA A UNIDADE DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE.

Manágua-Nicarágua, 20 de maio de 2011

Declaração de Caracas

Os povos do mundo, contra o neoliberalismo e pela paz

O XVIII Encontro do Foro de São Paulo, reunido em Caracas nos dias 4, 5 e 6 de julho de 2012, realiza-se em meio a uma forte crise estrutural do capitalismo, acompanhada pela disputa por espaços geopolíticos e geoestratégicos, pela emergência de novos polos de poder, pelas ameaças contra a paz mundial e a agressividade militar ingerencista do imperialismo que tenta reverter o seu declínio. Adicionalmente à crise econômica devem-se contar a ambiental, a energética e a alimentar, assim como a crise dos sistemas de representação política. Todas estas situações exigem uma firme resposta dos povos latino-americanos e caribenhos e uma eficaz atuação das forças progressistas, populares e de esquerda.

A crise econômica mundial está muito longe de ser superada, os responsáveis por dirigir as instituições financeiras internacionais continuam ancorados no dogma neoliberal, o efeito da contração econômica dos Estados Unidos e a paralisia do motor europeu já se manifestam em várias regiões, inclusive na economia chinesa. A região latino-americana e caribenha não escapa do impacto negativo da crise mundial, embora as políticas econômicas e sociais de boa parte dos governos da região tenham evitado um impacto maior da crise.

Enquanto há regiões, como a Europa e os Estados Unidos, onde o neoliberalismo continua sendo o fundamento ideológico da política econômica, com suas políticas de austeridade permanente e prioridade para o capital financeiro, na América Latina as forças progressistas e de esquerda dirigem os destinos de uma parte importante das nações do continente e desenvolvem iniciativas que per-

mitiram em alguma medida a longa noite neoliberal, implementando planos sociais de grande envergadura, obtendo êxitos indiscutíveis na luta contra a pobreza e impulsionando como nunca antes o processo de integração, o desafio de continuar construindo-o e aprofundando as mudanças nas atuais condições de agravamento da crise.

A direita e o imperialismo respondem ao crescimento das forças democráticas populares, progressistas e de esquerda de diversas maneiras, entre elas a agressão sistemática do governo dos Estados Unidos, a manipulação e criminalização das demandas sociais, para gerar enfrentamentos violentos e uma contraofensiva golpista.

Chama a atenção que na Bolívia tenham se produzido duas tentativas de golpe e uma de magnicídio, além do motim policial que recentemente foi derrotado pela ação dos movimentos sociais. Outros feitos golpistas foram os seguintes: em 2002, a derrocada do presidente Chávez por 47 horas e, em 2009, a destituição do presidente Zelaya. Em setembro de 2010, houve uma tentativa de golpe de Estado no Equador, que não se consolidou pela mobilização imediata do povo equatoriano e a rápida atuação da comunidade internacional. Há apenas algumas semanas o presidente paraguaio Fernando Lugo foi derrocado. O golpe de Honduras e a derrocada de Lugo mostram que a direita está disposta a utilizar vias violentas e/ou manipulação das vias institucionais para derrocar governos que sirvam a seus interesses.

No mesmo sentido, a direita tem desatado uma ampla campanha midiática, instrumentada internacionalmente através de poderosos consórcios comunicacionais. A atitude dos meios de comunicação da direita é um tema recorrente da agenda política regional, com grandes corporações desenvolvendo planos desestabilizadores que se comportam como fatores de poder, capazes de se colocar acima dos poderes públicos que emanam do sufrágio universal. Grandes corporações de mídia desafiam todos os dias a democracia e suas instituições. Essa é talvez uma das questões mais complica-

das que os governos de esquerda têm que resolver: a democratização da comunicação.

Ao mesmo tempo, recentemente registraram-se vitórias eleitorais de grande significado, como a de Dilma Rousseff no Brasil, Daniel Ortega na Nicarágua, Cristina Fernández de Kirchner na Argentina e Danilo Medina na República Dominicana, triunfos contundentes que dão conta do avanço das forças progressistas e de esquerda.

As presidentas Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner, junto ao presidente José Mujica, decidiram, há poucos dias, suspender do MERCOSUL o governo golpista do Paraguai até que seja restaurada a democracia e, ao mesmo tempo, aprovaram a incorporação da Venezuela como membro pleno do bloco político e econômico mais importante desta parte do mundo.

É previsível que a incorporação do Equador ao Mercado Comum do Sul seja aprovada, e num tempo relativamente curto, do qual se deriva uma realidade nova. O bloco do sul teria saída para o pacífico e, com a incorporação da Venezuela, já está no Caribe.

Enquanto isso, os chefes de Estado dos países que integram a Comunidade Andina de Nações tentam dar um salto no caminho da integração, embora devam superar enormes dificuldades.

Por outro lado, a Aliança Bolivariana dos Povos da nossa América (ALBA) vem conjugando políticas econômicas comuns, como o Sucre, o fundo de reservas PetroCaribe e, recentemente, seus presidentes decidiram a criação de uma zona econômica da ALBA, que assinala um novo momento nesse esforço integrador de Antigua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Equador, Dominica, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Venezuela.

Os esforços em torno à União de Nações Sul-americanas (UNASUL) surpreende e anima. Um conjunto de iniciativas integradoras foi posto em andamento, como a construção de uma política de defesa comum, na que se vincula a defesa do desenvolvimento e da América Latina como uma zona de paz, livre de armamento nuclear. Ao

mesmo tempo, são registrados avanços na construção de uma nova arquitetura econômica que parte do critério da complementaridade, cooperação, respeito à soberania e solidariedade.

A reunião constitutiva da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), realizada em Caracas em dezembro de 2011, representa um ponto de inflexão no processo integrador. O acordo subscrito marca o início de um programa de trabalho que busca os pontos de encontro e frisa a necessidade de unidade, dado que todos reconhecem que os grandes problemas comuns só têm saída com a integração.

Por outro lado, diante do fracasso da ALCA e dos limitados avanços dos tratados de livre comércio bilaterais, o imperialismo busca enfraquecer os mecanismos de integração latino-americanos, impulsionando a Aliança do Pacífico.

A integração tem uma base política, responde a uma realidade em mutação e conta com o substrato material que são as forças produtivas e os recursos naturais abundantes e diversos, as florestas, o petróleo, minérios de todo tipo, terras raras, o gás, vastas extensões de terra para agricultura e pecuária e, o mais importante, a integração conta com a diversidade cultural e humana de mais de 500 milhões de seres. O processo de integração deve buscar políticas comuns e o manejo e uso soberano dos recursos naturais, o que inclui a defesa da água e seu reconhecimento como direito humano.

Um tema transcendente que faz parte da agenda do Foro de São Paulo é a necessidade de contar com uma política comum, de desenvolvimento sustentável, com ciência e tecnologia, desenvolvimento humano inclusivo com prioridade para as mulheres, a infância e a juventude.

Devido à magnitude dos recursos naturais renováveis e não renováveis que existem na nossa região, temos que reforçar a defesa do meio ambiente, empreender uma rota de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico de grande envergadura, e fazer respeitar os direitos dos povos originários e seu direito à consulta.

A direita tenta se apropriar simbolicamente do discurso em defesa do meio ambiente, esquecendo as políticas neoliberais depredadoras da Mãe Terra e a dívida ambiental que o capitalismo tem com o mundo. Há uma intensa luta pelo controle dessas riquezas.

Os partidos de esquerda, populares, progressistas e democráticos do Foro de São Paulo reafirmam o seu apoio às relações de amizade, fraternidade e cooperação solidária da República Bolivariana da Venezuela. Nesse sentido, rejeitam com firmeza as infundadas acusações de ingerencismo que o governo ilegítimo do Paraguai formulou contra o chanceler Nicolás Maduro.

Os desafios estratégicos e táticos do Foro de São Paulo são enormes. Para enfrentá-los com êxito, contamos com a força expressa na assistência a este XVIII Encontro, onde participam 200 delegados e delegadas provenientes de 100 partidos e organizações e 50 países de todos os continentes.

Durante os dias 4, 5 e 6 de julho, esta potente delegação realizou dezenas de atividades, entre as quais se destacam: as reuniões das Secretarias Regionais do Cone Sul, Andino-amazônica e Mesoamericana e o Caribe. As oficinas temáticas de Afrodescendentes, Autoridades locais e subnacionais, Defesa, Democratização da informação e da comunicação, Fundações, escolas ou centros de capacitação, Meio ambiente, Mudança climática, Migrações, Movimentos sindicais, Movimentos sociais e poder popular, Povos originários, Segurança agroalimentar, Segurança e narcotráfico, Trabalhadores da agricultura, União e integração latino-americana e caribenha. O I Encontro das Mulheres, o IV Encontro das Juventudes, o II Seminário sobre Governos Progressistas e de Esquerda e o Seminário sobre Paz, Soberania Nacional e Descolonização.

A relatoria de cada uma dessas reuniões e atividades, as respectivas resoluções, o Documento Base, assim como as moções e a Declaração Final serão publicadas nos anais do XVIII Encontro, mas entre essas resoluções há alguns temas que gostaríamos de destacar.

Os partidos membros do Foro de São Paulo, de esquerda, progressistas e anti-imperialistas, reconhecem que a presença e participação das mulheres nos diferentes setores da sociedade, incluindo os partidos, é algo imprescindível para o seu fortalecimento, crescimento e desenvolvimento. Não é possível construir o socialismo (ou uma sociedade socialista, justa, equitativa), se não se modificarem os papéis e padrões tradicionais que foram designados e assumidos historicamente de forma diferente por homens e mulheres, e forem criadas as condições necessárias para arrancar as bases da discriminação contra a mulher e que ambos participem em condições de igualdade tanto do âmbito público quanto do privado. Continua sendo um desafio a incorporação de um correto enfoque de gênero e da agenda das mulheres de esquerda e revolucionárias nas políticas, programas e ações empreendidas na luta contra a direita e o capitalismo depredador, patriarcal e na construção do socialismo.

Também destacamos que desde o próprio nascimento do Foro, o reconhecimento da soberania da República Argentina sobre as Malvinas é claro e contundente. O XVIII Encontro acompanha a solicitação de abrir as negociações diplomáticas entre Argentina e Reino Unido, além de reiterar o protesto latino-americano pelas ações empreendidas pelo governo britânico numa zona declarada livre de armas nucleares. Da mesma forma, o Foro de São Paulo condena a situação de colonialismo na qual se encontram várias nações latino-americanas e caribenhas, e repudiamos igualmente as tentativas de recolonização.

O Foro de São Paulo respalda a reivindicação do povo e do governo da Bolívia de uma saída soberana para o Oceano Pacífico.

Os partidos e movimentos agrupados no Foro e outros movimentos sociais têm a tarefa de empreender todas as iniciativas possíveis para que o tema da independência de Porto Rico se transforme num ponto essencial das ações das Nações Unidas. É inconcebível que no século XXI persistam enclaves coloniais em nossa região e

no mundo. Unimo-nos à demanda pela libertação do prisioneiro político porto-riquenho Oscar López Rivera, que está encarcerado em prisões dos Estados Unidos há mais de 31 anos pelo único “delito” de lutar pela independência da própria pátria.

Este Encontro deve implementar novas tarefas e um plano de ação conjunto contra o bloqueio norte-americano a Cuba e pela liberdade dos cinco heróis, bandeira comum de todos e todas.

O Foro de São Paulo expressa o seu respaldo ao povo da Nicarágua e ao seu governo diante da ameaça de embargo financeiro, que significaria a negação por parte do governo dos Estados Unidos da aprovação que é outorgada ou negada a cada ano como um arbitrário instrumento de chantagem, mediante o uso de seu poder direto nos organismos multilaterais, sendo a pretensão norte-americana impor decisões políticas que são de exclusiva competência dos nicaraguenses no exercício de sua soberania.

O Foro de São Paulo expressa, também, o seu respaldo ao povo boliviano e seu presidente, o companheiro Evo Morales Ayma, na defesa da democracia do profundo processo de transformação que ele encabeça, junto aos movimentos sociais e setores populares.

O Foro de São Paulo declara o seu apoio e ativa solidariedade para com o povo paraguaio, com a Frente Guazú e a frente pela defesa da democracia e com o movimento camponês mobilizado, desconhecendo o governo *de facto* encabeçado pelo golpista Federico Franco, e anunciando ações continentais a favor da democracia que respeite a vontade popular expressa em abril de 2008 e pela unidade e integração dos povos e de governos da América Latina e do Caribe.

O Foro de São Paulo manifesta a sua solidariedade com o povo haitiano em sua luta pela recuperação de sua dignidade e sua soberania nacional. Só a consolidação das estruturas estatais permitirá ao Haiti superar a crise que está vivendo. O êxito desse processo exige o apoio dos governos de esquerda, dos povos latino-americanos e caribenhos, assim como a retirada programada das forças

estrangeiras do território haitiano. A superação da situação de crise requer nosso apoio tecnológico, humanitário e material.

O Foro de São Paulo expressa o seu apoio ao processo de paz na Colômbia, onde continua vigente a luta pela solução pacífica para o conflito armado, a paz com justiça social e por um novo modelo econômico e social que garanta os direitos humanos e a proteção da natureza, e decide conformar uma comissão representativa dos movimentos e partidos políticos do Foro de São Paulo que, em comum acordo com os partidos e movimentos colombianos, visite o país e proponha uma agenda de estudo, contatos e apoio para os propósitos unitários.

O Foro de São Paulo manifesta a sua solidariedade com a Frente Ampla da Guatemala como a referência da esquerda guatemalteca e saúda a convicção de seus partidos integrantes – Winaq, ANN e URNG – de continuarem trabalhando pela unidade da esquerda guatemalteca e pela busca de alianças com forças democráticas e progressistas. Condena, ainda, o uso da força repressiva por parte do governo guatemalteco contra os setores populares.

O Foro de São Paulo se solidariza com a luta do povo hondurenho pelo respeito dos direitos humanos e oferece seu total apoio à companheira Xiomara Castro de Zelaya como candidata de consenso das forças da resistência para a presidência da República de Honduras.

O Foro de São Paulo expressa o seu total apoio e solidariedade com a luta do povo saharai em defesa de sua autodeterminação, soberania e independência nacional.

O Foro de São Paulo expressa o seu apoio à luta pela soberania e autodeterminação da Palestina e seu ingresso nas Nações Unidas como membro de pleno direito.

Declaramos a nossa oposição a qualquer intervenção armada extrema na Síria e no Irã e convocamos as forças progressistas de esquerda a defender a paz na região.

Nos próximos meses terão lugar vários processos eleitorais, como em novembro de 2012 na Nicarágua, onde haverá eleições municí-

país. Em fevereiro de 2013 ocorrerão eleições gerais no Equador, onde o presidente Rafael Correa está proposto para a reeleição, à qual o Foro de São Paulo manifesta o seu compromisso, solidariedade e total apoio.

O Foro de São Paulo faz um chamado também pela defesa da democracia no México. Mais uma vez, a direita mexicana apelou à manipulação midiática com pesquisas de opinião forjadas, compra maciça de votos e outros tipos de fraudes que distorceram a eleição presidencial celebrada em 1o de julho. Tudo para tentar impor um candidato oposto aos melhores interesses do povo mexicano. O Foro de São Paulo se pronuncia a favor da investigação a fundo das denúncias apresentadas pelos partidos progressistas.

A batalha central dos próximos meses é a disputa eleitoral na Venezuela, prevista para o dia 7 de outubro. A campanha se iniciou com potentes mobilizações populares em respaldo à candidatura de Chávez e ao programa que este apresentou. Todas as pesquisas de opinião indicam claramente que a vantagem do candidato Hugo Chávez sobre o candidato da direita é de 20 pontos. A poucos meses das eleições a direita já considera como certa a vitória de Hugo Chávez. Por essa razão, a direita participa no processo eleitoral, mas preparando as condições para desconhecer o resultado e o Conselho Nacional Eleitoral. Frente a essa situação, o Foro de São Paulo convoca as forças progressistas e de esquerda a respaldar a democracia venezuelana e a rechaçar as tentativas de desestabilização da direita.

O XVIII Encontro do Foro de São Paulo conclui convocando os povos a lutar contra o neoliberalismo e as guerras, a construir um mundo de paz, democracia e justiça social. Outro mundo é possível e nós o estamos construindo: um mundo socialista.

Caracas-Venezuela, 4 a 6 de julho de 2012